



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
IFCE – CAMPUS FORTALEZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM REDE NACIONAL EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

ANTÔNIA DE FÁTIMA RODRIGUES DE SOUSA

TRABALHO DOCENTE NO ENSINO PROFISSIONAL TECNOLÓGICO - EPT:
FLEXIBILIZAÇÃO, PRECARIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO LABORAL DOCENTE
EM TEMPOS DE PANDEMIA

FORTALEZA

2022

ANTÔNIA DE FÁTIMA RODRIGUES DE SOUSA

TRABALHO DOCENTE NO ENSINO PROFISSIONAL TECNOLÓGICO - EPT:
FLEXIBILIZAÇÃO, PRECARIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO LABORAL DOCENTE EM
TEMPOS DE PANDEMIA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, (profEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) Campus Fortaleza, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica. Área de concentração: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof.^a Dra. Antônia de Abreu Sousa.

Coorientadora: Prof.^a Dra. Elenilce Gomes de Oliveira.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal do Ceará - IFCE
Sistema de Bibliotecas - SIBI

Ficha catalográfica elaborada pelo SIBI/IFCE, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S725t Sousa, Antônio de Fátima Rodrigues de.
Trabalho docente no ensino profissional tecnológico - EPT: flexibilização, precarização e exploração laboral docente em tempos de pandemia / Antônio de Fátima Rodrigues de Sousa. - 2022.
178 f. : il. color.
- Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal do Ceará, Mestrado Profissional em Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, Campus Fortaleza, 2022.
Orientação: Prof. Dr. Antônio de Abreu Sousa..
Coorientação: Prof. Dr. Elenilce Gomes de Oliveira..
1. Trabalho Docente. 2. Educação Profissional e Tecnológica. 3. Precarização Laboral. 4. Ensino remoto. 5. Pandemia. I. Título.

CDD 378.013

ANTÔNIA DE FÁTIMA RODRIGUES DE SOUSA

TRABALHO DOCENTE NO ENSINO PROFISSIONAL TECNOLÓGICO - EPT:
FLEXIBILIZAÇÃO, PRECARIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO LABORAL DOCENTE EM
TEMPOS DE PANDEMIA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, (profEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) Campus Fortaleza, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica. Área de concentração: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 12 de Dezembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dra. Antônia de Abreu Sousa (Orientadora)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- IFCE

Prof.^a. Dra. Elenilce Oliveira Gomes (Coorientadora)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- IFCE

Prof. Dr. Jefferson Queiroz Lima

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará-IFCE -Membro Interno

Prof^a Dra. Márcia Gardênia Lustosa Pires

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia IFPB -Membro Externo

ANTÔNIA DE FÁTIMA RODRIGUES DE SOUSA

TRABALHO DOCENTE NO ENSINO PROFISSIONAL TECNOLÓGICO - EPT:
FLEXIBILIZAÇÃO, PRECARIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO LABORAL DOCENTE EM
TEMPOS DE PANDEMIA

PODCAST: VOZ DOCENTE – LUGAR DE DIÁLOGOS

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em: 12/12/2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a. Dra. Antônia de Abreu Sousa (Orientadora)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- IFCE

Prof.^a. Dra. Elenilce Oliveira Gomes (Co-orientadora)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- IFCE

Prof.^o Dr. Jefferson Queiroz Lima (Membro Interno)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- IFCE

Prof.^a Dra. Márcia Gardênia Lustosa Pires (Membro Externo)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba- IFPB

Dedico esse trabalho ao meu pai, José Carlos de Sousa (*in memorim*), a minha mãe, Diana Rodrigues de Sousa, que sempre acreditaram que a educação seria o melhor legado que deixariam.

A meu filho Carlos Elias, que compreendeu as ausências nesse período de quase reclusão.

As minhas irmãs Valéria, Ciana, Marcolina. A(o) sobrinha(o)s Pierre, Darlianne e Dávilla pela torcida e presença. A Luara Mel (tivó), que renovou nossas esperanças, reavivando nossa fé e coragem em tempos tão difíceis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e Nossa Senhora, forças espirituais que me inspiraram e impulsionaram na concretização desse projeto diante de tantas adversidades e desafios impostos durante a caminhada.

Ao Instituto Federal do Ceará - IFCE, patrimônio do povo cearense, que contribuiu com meu processo formativo desde a licenciatura em Educação Profissional Científica e Tecnológica – EPCT, e agora com o mestrado profEPT.

À minha família pela torcida e colaboração diária para a realização desse projeto exitoso.

Ao corpo docente do ProfEPT, ao coordenador prof. Dr. Solonildo, às secretárias do curso, Raquel Leal e Raquel Casemiro. Às professoras Dras. Antônia de Abreu Sousa e Elenilce Oliveira Gomes orientadora e co-orientadora respectivamente, pelas sugestões e escuta paciente. Ao professor Dr. Jefferson Queiroz Lima pelo aceite em participar como membro Interno da banca e pelas recomendações significativas. À professora Dra. Márcia Gardênia Lustosa Pires, membro externo da banca, que contribuiu com uma leitura cuidadosa e sugestiva.

Aos professores colegas de trabalho, que compreenderam meu silêncio e isolamento necessário para a escrita desse estudo, especialmente meu coordenador professor Lúcio Moreira, a Jéssica Varela pela escuta atenta, a Ryan Sampaio pelas contribuições tecnológicas.

Agradeço ao núcleo gestor da EEEP participante da pesquisa, pela acolhida e carinho, bem como os docentes, protagonistas desse estudo, meu agradecimento especial pela aceitação em participar e pelas contribuições de suma importância para a pesquisa.

À professora Séphora Sampaio, pelo apoio junto aos professores sujeitos da pesquisa.

À professora Dávilla Dianna, meu agradecimento especial pela correção deste trabalho. Aos professores Airton Amaral e Veloso pela aceitação para participar da gravação dos áudios para o podcast, à Valdiano do estúdio da TV e rádio Cauípe.

À turma IV do ProfEPT, minha melhor aquisição em 2020, pelo companheirismo, pela partilha, amizade e cuidado recíproco, particularmente Cinthya, Lívia, Carla, Fernando, pelas vivências e suporte nos momentos de dúvidas e na escrita de artigos.

Enfim, minha gratidão a todos que diretamente e indiretamente contribuíram para a conclusão dos trabalhos e o êxito da pesquisa.

“O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral”. (Karl Marx)

RESUMO

A pesquisa sobre “Trabalho Docente no Ensino Profissional Tecnológico - EPT: flexibilização no mundo do trabalho, precarização e exploração laboral durante a pandemia”, emerge de inquietações verificadas entre colegas de profissão, mediante a efervescência observada com a chegada da *Covid-19* e a adoção do ensino remoto. O objetivo do estudo é investigar a nova configuração do trabalho docente em tempos de pandemia, em decorrência da situação de isolamento social ocorrido durante a *Covid-19*. Sob a luz do materialismo histórico de Karl Marx (1987; 2010; 2013), tomando por base um olhar crítico a partir dos aportes bibliográficos de Antunes (2004; 2009; 2011; 2015; 2018; 2020), Mészáros (2008, 2011), Braverman (1987), Saviani (2011), Saviani e Galvão (2020), Kuenzer (2016), Ciavatta (2005), Moura (2014), Santos (2020), bem como de documentos oficiais a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB (9394/1996) e regulamentações sobre a pandemia do coronavírus, em âmbito federal e estadual (BRASIL, 2020; 2021; 2022). Esta pesquisa se classifica, quanto aos objetivos, como estudo exploratório e descritivo, e quanto aos procedimentos técnicos e operacionais se utiliza da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com abordagem qualitativa. Durante a investigação utilizamos como instrumentos para coleta de dados questionários produzidos pelo *google forms*, aplicados aos professores de uma escola profissionalizante de Caucaia, sujeitos de nossa investigação, que busca identificar a exacerbação da exploração laboral dos docentes em tempos de pandemia, a partir da incorporação mais intensificada das novas tecnologias. Como produto educacional foi produzido um *Podcast* sobre a temática. Concluimos que o fenômeno da precarização, flexibilização e exploração laboral dos docentes, constitui um fenômeno em processo no modelo social vigente, que se agudiza e se intensifica ainda mais, pela rápida incorporação das “novas” tecnologias (digitais/interativas), adotadas para efetivação das aulas remotas durante a pandemia da *Covid-19*. Cumpre registrar que a adesão as novas tecnologias no ambiente educativo não é algo novo. No entanto, nas condições impostas pelo cenário pandêmico, este fenômeno ocorre de forma abrupta, impactando significativamente a vida dos profissionais da educação, deixando também um aprendizado novo, com a incorporação das ferramentas tecnológicas à prática pedagógica, refletindo em mudanças necessárias no modo de ensinar no pós-pandemia.

Palavras-chave: Trabalho Docente. Educação Profissional e Tecnológica. Precarização Laboral. Ensino remoto. Pandemia.

ABSTRACT

The research on “Teaching Work in Technological Vocational Education - EPT: flexibilization in the world of work, precariousness and labor exploitation during the pandemic”, arose from concerns verified among professional colleagues, through the effervescence observed with the arrival of Covid-19 and the adoption of remote teaching. The objective of the study was to investigate the new configuration of teaching work in times of a pandemic, as a result of the situation of social isolation that occurred during Covid-19. Under the light of the historical materialism of Karl Marx (1987; 2010; 2013), based on a critical look from the bibliographic contributions of Antunes (2004; 2009; 2011; 2015; 2018; 2020), Mészáros (2008, 2011), Braverman (1987), Saviani (2011), Saviani and Galvão (2020), Kuenzer (2016), Ciavatta (2005), Moura (2014), Santos (2020), as well as official documents such as the Law of Guidelines and Bases of Education LDB (9394/1996) and regulations on the coronavirus pandemic, at the federal and state levels (BRASIL, 2020; 2021; 2022). This research is classified, in terms of objectives, as an exploratory and descriptive study, and in terms of technical and operational procedures, it uses bibliographical, documental and field research, with a qualitative approach. During the investigation, we used questionnaires produced by Google Forms as instruments for data collection, applied to teachers at a vocational school in Caucaia, subjects of our investigation, which seeks to identify the exacerbation of labor exploitation of teachers in times of pandemic, from the incorporation intensified use of new technologies. As an educational product, a Podcast on the subject was produced. We conclude that the phenomenon of precariousness, flexibilization and labor exploitation of teachers, constitutes a phenomenon in process in the current social model, which is exacerbated and intensified even more, by the rapid incorporation of "new" technologies (digital/interactive), adopted to effectuate of remote classes during the Covid-19 pandemic. It should be noted that adherence to new technologies in the educational environment is not something new. However, under the conditions imposed by the pandemic scenario, this phenomenon occurs abruptly, significantly impacting the lives of education professionals, also leaving new learning, with the incorporation of technological tools into pedagogical practice, reflecting on necessary changes in the way of teaching in the post-pandemic.

Keywords: Teaching Work. Professional and Technological Education. Labor Precariousness. Remote teaching. Pandemic.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	— Ferramentas utilizadas antes da pandemia da <i>covid</i> 19.....	88
Gráfico 2	— Ferramentas utilizadas durante o ensino remoto	89
Gráfico 3	— Conceito sobre a experiência em ministrar aulas no formato remoto.....	94
Gráfico 4	— Comparativo de horas aulas trabalhadas antes e durante ensino remoto	97
Gráfico 5	— Aquisição de equipamentos para ministrar aulas remotas durante a pandemia.....	99
Gráfico 6	— Impactos positivos/negativos na vida profissional durante o ensino remoto	101
Gráfico 7	— Alterações e impactos na vida pessoal com o ensino remoto	102
Gráfico 8	— Possível alteração no comportamento (emocionais/ psicológicas) em função do trabalho remoto durante a pandemia.....	103
Gráfico 9	— Docentes que já ouviram falar sobre o fenômeno do Trabalho Precarizado.....	106
Gráfico 10	— Os motivos que podem levar ao fenômeno da precarização do trabalho docente.....	106
Gráfico 11	— Desafios enfrentados na prática docente durante a pandemia	108
Gráfico 12	— Ambientes virtuais mais acessados na internet pelos professores.....	115
Gráfico 13	— Hábito em ouvir podcast	116
Gráfico 14	— Tipos de <i>Podcasts</i> ouvidos pelos professores	117
Gráfico 15	— Podcast pode ser utilizado como uma ferramenta metodológica para a aprendizagem dos estudantes?	118

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	—	Rendimento dos alunos durante a pandemia.....	36
Figura 2	—	Engajamento dos alunos durante o ensino remoto.....	37
Figura 3	—	Principais desafios do ensino remoto.....	58
Figura 4	—	Resultados sobre os danos	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	— Perfil docente, seção I do questionário (apêndice B)	85
Tabela 2	— Comparativo dos dispositivos utilizados antes e depois da pandemia coronavírus	90
Tabela 3	— Reunião <i>on line</i> com grupo gestor	91
Tabela 4	— Conceito sobre a experiência em ministrar aulas no sistema remoto.....	96
Tabela 5	— Respostas sobre a avaliação dos áudios do podcast Voz docente....	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABET	Associação Brasileira de Estudos do Trabalho
AIDS	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ABPod	Associação Brasileira de <i>Podcasters</i>
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CENTEC	Instituto Centro de Ensino Tecnológico
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CLT	Consolidação das Leis Trabalhista
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONSUP	Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CREDE 1	Coordenadoria de Desenvolvimento da Educação – Maracanaú
EAD	Educação a Distância
EEEPs	Escolas Estaduais de Ensino Profissionalizante
EEM	Escola de Ensino Médio
EEMTIs	Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral
EPCT	Educação Profissional Científica e Tecnológica
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
EaD	Educação a Distância
EUA	Estados Unidos da América
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FM	Frequência Modulada
GESTRADO	Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFCE	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará
IPEC	Instituto de Inteligência em Pesquisa e Consultoria

INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSPER	Instituto de Ensino e Pesquisa
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MP	Medida Provisória
OCDE	Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico
PE	Produto Educacional
ProfEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
NE	Plano Nacional de Educação
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SARS	Síndrome Respiratória Aguda Grave
SEDUC	Secretaria de educação do Ceará
SciELO	Scientific Electronic Library Online (Biblioteca Científica Eletrônica Online)
SPAECE	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará,
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
TICs	Tecnologias da Informação e da Comunicação
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
SUS	Sistema Único de Saúde
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
1.1	Perfil da pesquisadora: algumas palavras.....	19
1.2	O que busca a pesquisa?	21
2	EDUCAÇÃO, TRABALHO DOCENTE NA EPT E A PANDEMIA DO CORONVÍRUS.....	25
2.1	Contextos da pandemia do coronavírus no Brasil.....	25
2.2	A fatal “gripezinha” e a efervescência social ocasionada pela pandemia no Brasil.....	29
2.3	O “novo” formato de ensino com aulas virtuais e as implicações do uso das ferramentas tecnológicas no ensino remoto.....	32
2.4	Impressões sobre as consequências do ensino remoto.....	35
3	A COMPLEXA RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO: EXPRESSÕES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.	38
3.1	Contextualizando o cenário da Educação Profissional e Tecnológica – EPT no Ceará.....	38
3.2	O trabalho na concepção do materialismo histórico.....	41
3.3	O trabalho docente.....	48
3.4	O trabalho docente e o ensino remoto durante a pandemia.....	55
3.5	O protagonismo docente: desafios.....	58
3.6	Precarização, Flexibilização e Exploração Laboral	60
4	METODOLOGIA.....	69
4.1	Procedimentos metodológicos da pesquisa.....	72
4.2	A escolha do produto educacional: um Podcast.....	75
5	ANÁLISE DE DADOS SOB A LUZ DO MATERIALISMO HISTÓRICO: PRIMEIRAS IMPRESSÕES.....	78
5.1	A análise dos dados coletados.....	80
5.1.1	<i>Perfil dos docentes pesquisados.....</i>	81
5.2	Elementos que contribuem para precarizar o trabalho docente.....	85
5.2.1	<i>A sala de aula metamorfoseada.....</i>	87
5.3	O trabalho precarizado.....	93

5.4	A saúde emocional dos docentes.....	102
5.5	Algumas considerações.....	110
5.6	Produto Educacional- <i>Podcast: Voz Docente</i>	112
5.6.1	<i>O que inferimos dos dados?</i>	114
5.6.2	<i>A avaliação do produto educacional</i>	121
6	PRODUTO EDUCACIONAL – VOZ DOCENTE.....	124
6.1	O que é um Podcast?	126
6.2	O caminho trilhado	129
6.3	O resultado da coleta de dados dos áudios..	130
7	CONCLUSÃO.....	132
	REFERÊNCIAS.....	135
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	144
	APÊNDICE B - INSTRUMENTO DE CONSULTA E COLETA DE DADOS SOBRE O TRABALHO DOCENTE.....	149
	APÊNDICE C- INSTRUMENTO DE CONSULTA PARA AVALIAR O PRODUTO EDUCACIONAL.....	155
	APÊNDICE D - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA PESQUISA	158
	APÊNDICE E - FORMATAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL – PE	159
	APÊNDICE F - TABELA COM OS EPISÓDIOS DOS ÁUDIOS E PROFESSORES EM GRAVAÇÃO DO PODCAST: VOZ DOCENTE, LUGAR DE DIÁLOGOS.....	174
	ANEXO A - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA CEP/IFCE.....	177
	ANEXO B- IMAGENS DA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PROFESSOR ANTONIO VALMIR DA SILVA....	179

1 INTRODUÇÃO

A situação de crise sanitária gerada pela pandemia da *Covid-19* contribuiu para intensificar o fenômeno de precarização laboral dos trabalhadores, especialmente da categoria docente, uma vez que, com a chegada da pandemia do coronavírus no Brasil, em meados de 2020, a situação de isolamento social alterou significativamente a vida em sociedade. Em decorrência disto, os problemas já existentes no âmbito econômico, político, social e, sobretudo, no setor educacional são agravados com a referida crise sanitária.

Nosso estudo encontra lastro na abordagem de acontecimentos ocorridos no campo da educação durante o período da pandemia do coronavírus, com a recomendação e adoção em caráter emergencial do ensino remoto.

As constantes crises do capitalismo, em sua estrutura há décadas, segundo Antunes (2011, p. 33) nada mais é do que a “ruptura de um padrão de dominação de classe relativamente estável”. Em outras palavras, a corrosão do sistema capitalista que vive da exploração do trabalho e do lucro, em processo de reorganização do capital frente às novas ideologias surgidas no campo político e econômico, a exemplo do neoliberalismo adotado pelos governos liberais que adotaram a privatização, liberdade de mercado, estado mínimo de direito, acabando com o bem estar social adotado como um novo modelo a ser implementado para reestruturar as bases do capitalismo corroídas.

Essas transformações afetaram o sistema político, econômico e financeiro provocando outra crise, a do desemprego estrutural, intensificada com a chegada da tecnologia, que resultou nas demissões em larga escala.

Nessa seara, os problemas citados já existentes foram intensificados com a chegada da pandemia da *Covid 19*, maximizando as mazelas sociais seculares, como a fome e o desemprego, reverberada pela informalidade, pelo trabalho intermitente ou mesmo pelo desalento da população. Essa situação, impulsionada com a chegada da *Covid 19*, afetou os trabalhadores, especialmente os professores. Eles sentiram as mudanças com a adoção do sistema de aulas virtuais, as quais se apresentaram como grandes desafios para esses profissionais.

A ausência de formação continuada e específica na área tecnológica para professores se utilizarem das ferramentas tecnológicas necessárias para as aulas virtuais ocorrerem, a escassez de equipamentos adequados, como a internet e dispositivos robustos para professores ministrarem suas aulas fora do espaço escolar, provocaram desconfortos aos professores e, por

consequência para os estudantes, o que que externou as deficiências formativas e descortinou a exclusão social digital existentes.

Na pesquisa, propomos um estudo sobre a precarização do trabalho docente com a adoção do ensino no formato remoto, tendo como recorte temporal o período da pandemia do coronavírus. Consideramos importante aprofundar o estudo sobre a precarização laboral docente, fenômeno verificado há algumas décadas, desde a crise estrutural do capitalismo em transformação, registrado nas últimas décadas do século XX, intensificado pelas recentes mudanças provocadas pelas perdas trabalhistas com a reforma trabalhista de 2017, pela inserção tecnológica e pelos impactos da pandemia da *Covid 19*, trazendo implicações para a vida do trabalhador, elevando o desemprego estrutural e o número de desempregados.

Assim, a pesquisa em tela tem como título o trabalho docente no ensino profissional tecnológico - EPT: flexibilização, precarização e exploração laboral docente em tempos de pandemia. É importante salientar que o trabalho docente, durante o período de pandemia da *covid 19*, foi impactado com o agravamento da crise econômica, sanitária e social.

No âmbito educacional, com o ensino remoto, as salas de aula foram metamorfoseadas, refletindo na prática pedagógica e por consequência no trabalho docente, em virtude das diferenças do formato que, ao que parece, aumenta o tempo de trabalho, exige todo um aparato tecnológico e formação para o manuseio das ferramentas, precarizando e intensificando o trabalho docente.

As exigências características do mundo capitalista cobram dos trabalhadores o ônus gerado em meio à crise sanitária e social intensificadas pelo aumento do trabalho, a multifuncionalidade à qual o professor foi submetido, além das inquietações trazidas com a pandemia, proporcionada pela intensificação da inserção das tecnologias no processo ensino aprendizagem, sem contudo oferecer formação continuada que garantisse ao professor a utilização de ferramentas tecnológicas necessárias nas aulas virtuais.

A justificativa em pesquisar o tema decorre das inquietações verificadas entre colegas de profissão com a adoção, em caráter emergencial, do ensino remoto subitamente, acrescida da efervescência observada em sociedade, com a chegada da Síndrome Respiratória Aguda Grave *Sars-Cov-2*, (*Covid 19*) que acelerou transformações em curso, pela importância em investigar como ocorreu o trabalho docente em meio a uma pandemia, onde a ausência de equipamentos e formação específica para o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação – TICs inexistem ou são insuficientes, promovendo a intensificação da precarização laboral.

1.1 Perfil da pesquisadora: algumas palavras

São relevantes os vínculos que o pesquisador estabelece com seu objeto de pesquisa, haja vista a inexistência de uma ciência neutra e, em especial, considerando a temática desenvolvida no estudo, que se entrelaça as vivências experimentadas pela pesquisadora, a qual atua na educação básica há duas décadas, por isso, presenciou, ao longo do tempo, transformações sociais e, por consequência, educacionais.

Assim, apresentamos um breve relato da trajetória da pesquisadora, no tocante a formação e em relação a educação na perspectiva de buscar os motivos que desencadearam interesse pelo tema em evidência. As profundas transformações no trabalho docente, intensificadas pelos novos modelos que se apresentaram com o isolamento social durante a pandemia da Covid 19, são elementos que despertam interesse em pesquisar o fenômeno de precarização do trabalho dos docentes.

Sou natural da região centro norte do estado do Ceará, filha de pais semianalfabetos, mas que sempre acreditaram na educação como a maior herança que deixariam às filhas e, por isso, saíram do interior para a região metropolitana de Fortaleza na busca por escola de qualidade e não mediram esforços para conseguir bolsas de estudos para que pudessem oferecer a melhor escola da cidade.

Assim, como estudante bolsista, cursei o ensino fundamental e médio em escola particular na perspectiva de receber a melhor instrução. Não foi fácil, mas sempre aproveitei as oportunidades como elas se apresentam e concluí o ensino médio no final dos anos 80. Não foi o suficiente, desejava ocupar um dos bancos da universidade pública, gratuita e de qualidade em Fortaleza e assim conquistei uma vaga na Universidade Estadual do Ceará- UECE, no curso de licenciatura plena em história e me encantei pela educação.

Os trabalhos na Escola de Ensino Médio- EEM José Alexandre, hoje Escola de Ensino Integral - ministrando aulas de filosofia e história para turmas de ensino médio iniciaram antes mesmo da conclusão da graduação. Apesar das dificuldades, existia uma motivação extraordinária em contribuir com o que pudesse, na perspectiva de oportunizar os jovens do interior a seguir no estudos em busca de melhores perspectivas de vida em meio a tantas dificuldades. A ausência de políticas públicas para a compra de livros e de merenda, melhores salários aos professores, estrutura física com quadras, laboratórios, dificultava o processo de ensino aprendizagem.

Mesmo assim, pude desenvolver grandes projetos de aulas em campo, cidadania, aulas preparatórias para o vestibular, com a ajuda de uma gestão democrática e participativa e

professores comprometidos com a educação. Por 13 anos pudemos verificar novas configurações que alteraram o processo de ensino aprendizagem ao longo do tempo com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB de 1996 e inúmeras reformas como a Base Nacional Comum Curricular -BNCC, Plano Nacional de Educação PNE, promovidas com o intuito de proporcionar mudanças na estrutura educacional.

As lacunas deixadas na formação acadêmica na universidade, especialmente em relação teoria e prática foram sentidas na atuação em sala, por isso buscamos formação continuada na busca incessante por conhecimentos para aprimorar o processo de ensino aprendizagem e tentar responder as primeiras inquietações que surgiam em torno das temáticas sobre formação de professores e a precarização do trabalho docente, resultando na escrita dos primeiros artigos acadêmicos que ecoam na atualidade e se materializam nos escritos dissertados neste estudo.

Com a experiência e as oportunidades surgidas fizemos a segunda graduação em Educação profissional Científica e Tecnológica – EPCT, pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará – IFCE, em 2018, assim como algumas especializações no campo do ensino de história na busca por aperfeiçoamento e formação para atuar em sala de aula, no âmbito da educação ambiental, por entender que essa temática é de suma importância para qualquer profissional da educação e em Educação a Distância- EaD, para conhecer o campo que atuo pela Universidade Aberta do Brasil, na modalidade semipresencial como assistente à docência em diversos cursos de graduação.

Após experimentar experiências como professora da escola pública e privada, e em um período improvável em plena pandemia da *Covid 19*, surgiu a oportunidade de ingressar no mestrado profissional ProfEPT pelo IFCE na busca por formação continuada, fundamental para a atuação dos profissionais da educação, sobretudo diante das mudanças que ocorrem nas sociedades modernas em transformação.

Assim, historiadora por formação e atuando na educação básica e na EaD, consideramos que os registros do estudo sobre a temática são de suma importância para futuras gerações de pesquisadores que tencionam em um tempo histórico, verificar registro, comparar, confrontar dados do período em questão e avaliar as mudanças ocorridas. O desejo de pesquisar sobre a temática não é recente e acompanha diversas etapas vividas em tempos diferentes em que se configuram novas abordagens, metodologias, fazeres, que exige do professor formação continuada e conhecimentos que se renovam constantemente.

Com as mudanças que alteraram a vida em sociedade e o cotidiano escolar, coube ao professor a função de (re)inventar, (re)aprender e (re)adaptar novas metodologias para o uso de ferramentas digitais; montar planilhas complexas; gravar e editar vídeos; ministrar aulas nas

plataformas virtuais; atender aos pais e alunos via *whatsapp* e *e-mails*; participar de reuniões, acumulando diversas funções, que constituem desafios que levam à exploração, flexibilização e exaustão; por consequência, ao adoecimento dos profissionais.

1.2 O que busca a pesquisa?

O programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica profEPT, exige do pesquisador a criação de um produto educacional como resultado de pesquisa, por contribuir para a formação e produção de materiais que viabilizem a prática pedagógica.

Para Kaplún (2003), material educativo é conceituado como “um objeto que facilita a experiência de aprendizado; ou, se preferirmos, uma experiência mediada para o aprendiz”, e não se trata apenas de um objeto ou artefato produzido sem aplicabilidade prática e eficiência para com os processos de aprendizagem que produza uma transformação conceitual ou prática.

Atendendo a determinação do programa produzimos um produto educacional, um podcast intitulado “Voz Docente”, com áudios sobre o trabalho precarizado, para apreciação dos professores sujeitos da pesquisa ouvirem e emitirem parecer de provação do produto. O *podcast Voz Docente* visa oferecer ao docente um lugar de diálogo sobre o trabalho docente e sua ‘nova’ configuração, adquirida durante a pandemia do coronavírus.

O objetivo do produto educacional consistiu na produção de um *Podcast*, cujo material repercutiu junto a categoria e demais interessados da área, sobre o fenômeno da precarização do trabalho docente durante o ensino remoto e seus impactos durante a pandemia da *Covid 19*, como um espaço de diálogos e resistência, descritos no capítulo reservado ao produto educacional com o detalhamento das etapas e a utilidade desse material educativo para os profissionais da educação.

Consideramos a temática da pesquisa importante do ponto de vista histórico, como registro dos acontecimentos verificados no contexto político, econômico e social vivido pela sociedade durante a pandemia da *Covid 19*, bem como os desafios experimentados no período com a configuração de aulas remotas na visão de profissionais que atuam no ensino profissional tecnológico na escola de ensino médio, e suas implicações verificadas com as mudanças ocorridas.

Foi possível observar durante o período pandêmico, que o trabalho docente foi afetado por diversas modificações, a exemplo da forma como a escola e os educadores passaram a mediar o processo de ensino aprendizagem através das ferramentas tecnológicas. Nos inquietou,

portanto, e se fez necessário investigar como ocorreu essa “nova” realidade e suas consequências para o trabalho docente.

O problema investigado na pesquisa buscou identificar a exacerbação da exploração laboral dos docentes em tempos de pandemia, a partir da incorporação mais intensificada das novas tecnologias no ambiente educativo. É fato que o fenômeno de precarização do trabalho docente já existia, no entanto, a aceleração desse processo já em curso, ainda que de forma mais lenta, com a inserção de nova tecnologias no cenário educativo notadamente na sala de aula, foi acelerado com a pandemia do coronavírus. A exploração e flexibilização laboral, são categorias que em consequência da precarização laboral se agudizam pelas condições de trabalho a que são submetidos os profissionais da educação.

Toda a problemática levantada sobre a adoção das aulas remotas e suas implicações no trabalho docente foram investigadas junto aos professores de uma escola profissional da região metropolitana de Fortaleza. Tal investigação foi realizada através da coleta por meio de questionários eletrônicos produzidos pelo *Google forms*. As respostas coletadas foram analisadas sob a luz do materialismo histórico, com o intuito de responder às questões levantadas sobre a intensificação do processo de precarização do trabalho docente durante a pandemia do coronavírus.

Situamos como objetivo geral deste estudo investigar a nova configuração do trabalho docente, em tempos de pandemia, em decorrência da situação de isolamento social durante a pandemia da *covid 19*.

Para tanto, nos objetivos específicos, situamos:

- a) Identificar as mudanças operadas no trabalho docente, com os esforços envidados para a continuidade das aulas no sentido de atender a legislação/regulamentação.
- b) Analisar os impactos verificados no trabalho docente, a partir da adoção de “novos” recursos para mediação pedagógica, com uso das ferramentas tecnológicas no ensino remoto;
- c) Conhecer como se desenvolveu o trabalho docente a partir das aulas virtuais, ministradas durante a pandemia, e explicitar as consequências percebidas pelos professores, sujeitos de nossa pesquisa.
- d) Elaborar um Produto Educacional - PE, como resultado desta investigação, pautado tanto na pesquisa bibliográfica, documental e de campo, a partir do contato com os professores.

Diante de mudanças profundas que apontam para o recrudescimento da precarização, flexibilização laboral e exploração dos profissionais da educação capturados pelas exigências

capitalistas, os trabalhadores, especialmente os profissionais da educação arcaram com o ônus gerado em meio à crise sanitária e social.

Vale ressaltar que, apesar da adoção do ensino remoto ter sido recomendado pelas autoridades educacionais dos municípios e estados, na maioria das escolas públicas e privadas, professores e gestores de algumas escolas, a exemplo do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, que não concordaram com o modelo remoto imposto, em substituição às aulas presenciais, que promoveu a exclusão dos estudantes que não possuíam acesso à internet e/o equipamentos tecnológicos.

À princípio, no auge da pandemia a atenção do governo federal se concentrou nas questões político-partidária e econômica, sem contudo, priorizar medidas para minimizar a contaminação da população pelo coronavírus, como a compra de vacinas, recurso comprovado e recomendado por cientistas como a única forma de controlar a contaminação do vírus, e, assim, voltarmos ao retorno das atividades normais.

O percurso metodológico pertinente para o estudo da temática seguiu a seguinte configuração nos capítulos: iniciamos com a introdução, situando a abordagem sobre o tema com o recorte temporal, seguido do problema, sua relevância (justificativa), objetivos gerais e específicos. No capítulo 2, apresentamos o referencial teórico dialogando com teóricos que serviram de aporte para explicar as categorias: trabalho, trabalho docente, EPT, a crise sanitária, análise de dados e a temática geral.

No capítulo 3, abordamos a complexa relação entre trabalho e educação: expressões na Educação Profissional e Tecnológica – EPT. No capítulo 4 apresentamos o percurso metodológico da pesquisa, coleta de dados e a construção do produto educacional (PE). No capítulo 5, a análise de dados sob a luz do materialismo histórico, apresentando os dados coletados em duas etapas, incluindo o produto educacional. No capítulo 6, mostramos o caminho trilhado na construção do PE. E, por fim, a conclusão descrita sob a luz dos estudos, com recomendações e apreciação crítica reflexiva sobre a temática e seus resultados. Após os capítulos citados, seguem as referências, apêndices, anexos e todo material necessário que foi produzido durante a pesquisa como relatórios, tabelas, figuras e gráficos.

Vale ressaltar, que o mestrado profissional exige que o pesquisador desenvolva um produto educacional com o intuito de contribuir com o conhecimento. Nosso produto é um Podcast intitulado: Voz docente, um lugar de diálogo, composto por áudios gravados em 3 episódios, que dialoga com os docentes sobre o trabalho docente, especialmente no tocante ao fenômeno de precarização, salientando suas implicações na vida profissional e pessoal.

No capítulo que segue, apresentamos uma revisão da literatura abordando as categorias trabalho e educação, levando em consideração aspectos que envolvem o labor docente, na EPT e a nova configuração trazida pela crise sanitária decorrente da pandemia do coronavírus.

2 EDUCAÇÃO, TRABALHO DOCENTE NA EPT E A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Nesta seção, apresentamos um debate ancorado no *corpus* teórico que embasa nosso estudo, discutindo a precarização do trabalho docente, em tempos de pandemia da *Covid 19*. Desta feita, o aporte teórico que contribui para iluminar nossas análises tem como amparo os estudos de Antunes (2004; 2009; 2011; 2015; 2018; 2020), Mészáros (2008; 2011), Saviani (2007; 2011; 2021), para compreender as mudanças que se apresentaram com novas configurações no mundo do trabalho, notadamente, a precarização laboral configurada no trabalho docente.

Assim, examinamos o fenômeno de precarização do trabalho docente na EPT, levando em consideração as transformações das sociedades modernas contemporâneas que intensificam as mudanças na vida do trabalhador, com a perda das garantias trabalhistas exacerbada com a inserção tecnológica e a chegada da pandemia em meados de 2020.

2.1 Contextos da pandemia do coronavírus no Brasil

Os problemas econômicos, políticos e sociais no Brasil são históricos. No entanto, em meados de 2020, com a chegada do *coronavírus*¹, intensificaram-se, com o alastramento desse vírus pelo mundo inteiro, configurando uma pandemia², agravando profundamente as questões econômicas e sociais sobretudo.

Anunciada por Tedros Adhanom, diretor geral da OMS em 11 de março de 2020, a pandemia causada pelo vírus da *Covid 19*, agravou acentuadamente a miséria e aumentou as desigualdades sociais gerando uma situação atípica na vida de todos, sobretudo dos mais vulneráveis em virtude do desemprego, informalidade, fome, abandono, levando milhares de pessoas a morarem nas ruas em condições sub-humanas.

Aliás, essa discrepância social não é novidade no Brasil, com a abolição da escravatura no fim no século XIX, os negros não foram integrados a sociedade de classes, intensificando a formação de favelas pelos libertos e a população desamparada do poder público. O aumento da fome, desemprego, informalidade e violência são mazelas sociais que fomentaram as

¹ Do inglês (Coronavirus Disease 2019). É uma doença infecciosa causada pelo vírus Sars-Cov-2 ou COVID 19 segundo a Organização Mundial de Saúde -OMS.

² É a disseminação mundial de uma nova doença e o termo passa a ser usado quando uma epidemia, surto que afeta uma região, se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa. (OMS, 2020).

desigualdades sociais, como atesta a Rede Penssan - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Península e Nutricional, que fez um estudo sobre a fome (2021/2022), no Brasil.

Segundo a Rede Pessan, o país regrediu para um patamar equivalente ao da década de 1990 em relação ao números de brasileiros que passam fome. Os dados revelaram que 31,1 milhões de brasileiros (Rede Penssan, 2022) estão passando algum tipo de insegurança alimentar³, seja ela moderada ou grave. As causas que intensificaram a insegurança alimentar no país, segundo a pesquisa, foram: “o desmonte de políticas públicas, a piora no cenário econômico, o acirramento das desigualdades sociais e o segundo ano da pandemia da Covid-19 tornaram o cenário ainda mais preservado”. (REDE PENSSAN, 2022).

A grande concentração de renda na mão de poucos que detêm riquezas em detrimento da maioria do povo que vive na miséria é uma distorção que contribui para a miséria da população. Sabemos que a pandemia do coronavírus sozinha não é a responsável pela crise econômica e social pela qual passamos, as mazelas sociais já existiam, foram apenas potencializadas.

A grande concentração de renda na mão de poucos que detêm riquezas em detrimento da maioria do povo que vive na miséria é uma distorção que contribui para a miséria da população. Sabemos que a pandemia do coronavírus sozinha não é a responsável pela crise econômica e social pela qual passamos, já que as mazelas sociais já existiam. Portanto, foram apenas potencializadas por esse novo cenário pandêmico

Não há dúvidas que a chegada da pandemia da *Covid 19* nos surpreendeu, pois trata-se de uma situação nunca vivida antes pela população e que gerou impacto inclusive na comunidade científica, pelo desconhecimento do vírus. A urgência nas pesquisas para combatê-lo, era necessário para controlar a contaminação da população, por isso a busca por fármacos, pela descoberta e pela produção de uma vacina capaz de combater o vírus, imunizando as pessoas, foi uma conquista científica importante para a imunização das pessoas e para valorizar a ciência.

O agravamento da situação foi marcado pela ausência de um plano nacional coordenado pelo ministério da saúde com medidas sanitárias que norteassem órgãos de saúde na esfera estadual e municipal. Assim, governos estaduais e municipais tiveram que tomar providências em caráter emergencial, baixando decretos e deliberando sobre medidas sanitárias protetivas para a população contra o vírus, determinando distanciamento social, confinamento domiciliar

³ Incapacidade no acesso regular e permanente aos alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem sentir a iminência de sofrer alguma restrição no futuro próximo. (Rede Penssan, 2022)

conhecido por todos como *lockdown*⁴, e inclusive o fechamento de escolas para evitar aglomeração de pessoas.

Desde o início da pandemia do coronavírus no Brasil, o Conselho Nacional de Saúde – CNS, produziu inúmeros documentos para os órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário com foco no combate à pandemia. Dentre eles: notas públicas, recomendações, cartas, parecer técnico, pacote de medidas, orientações, moções.

Os documentos emitidos pelo CNS, trazem orientações sobre isolamento social, compra e uso de equipamentos de proteção contra o coronavírus para profissionais da saúde e a população, leitos para pacientes contaminados, investimentos na compra de vacinas e até contra as famosas “fakes News” presidenciais publicados ao longo dos anos de 2020 a 2022 com diversos assuntos sobre a *covid 9*.

A Nota Pública de 25 de outubro de 2021, intitulada: Frente pela vida considera gestão de Bolsonaro “show de horrores” se refere ao repúdio ao vídeo do presidente Jair Bolsonaro divulgado em suas redes sociais estabelecendo “uma correlação falsa entre a conclusão do esquema vacinal, com a administração da 2ª dose, com o desenvolvimento da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida, a Aids”. (CNS, 2021)

Na mesma seara, a CNS publicou a recomendação nº 022, de 09 de abril de 2020, recomendando “medidas com vistas a garantir as condições sanitárias e de proteção social para fazer frente às necessidades emergenciais da população diante da pandemia da COVID-19”. A recomendação foi em virtude do número de contaminados nos primeiros meses da infecção chegar ao Brasil, que eram 7.200.708 casos confirmados e 186.205 mortes pela Covid-19, com taxa de letalidade no país de 2,6%, conforme o ministério da saúde, portanto preocupante.

A recomendação de confinamento gerou uma série de debates e críticas por se tratar de uma medida em que a maioria da população brasileira, sobretudo a mais carente não poderia adotá-la, em razão das dificuldades econômicas que resultam nas desigualdades sociais, tendo em vista que o trabalhador em geral, sobretudo o informal, dependente do dia trabalhado para alimentar sua família.

A nível estadual, o executivo do Ceará, expediu diversos decretos, entre eles o de nº 33.510, de 16 de março de 2020, decretando situação de emergência em saúde, dispondo sobre medidas para enfrentamento e contenção da infecção humana pelo novo coronavírus, com o registro dos primeiros casos no estado.

⁴ O lockdown é a medida preventiva obrigatória que consiste no bloqueio total de circulação de pessoas com o objetivo de desacelerar a propagação do vírus.

Grupos sociais considerados mais vulneráveis, como os idosos que vivem uma espécie de quarentena, as mulheres vítimas de violência doméstica cujo isolamento pode significar riscos à própria vida, trabalhadores informais, povos originários, quilombolas entre tantos outros, cada qual com suas peculiaridades e diferenças, foram mais afetados pelo confinamento (SANTOS, 2020), com as recomendações de medidas sanitárias básicas e preventivas para minimizar o contágio da *Covid 19*, até então desconhecida e letal.

A quarentena, segundo Santos (2020, p. 21), “avivou as mazelas sociais e provocou um imerecido sofrimento” a sociedade, sobretudo para os mais vulneráveis, aqueles invisíveis para o poder público, embora a miséria e as desigualdades sociais sempre estivessem presentes em suas vidas.

No meio social, efervescência e incertezas do por vir. No âmbito educacional, uma nova configuração foi adotada pela maioria das escolas públicas e privadas no país, com o ensino remoto, endossada por técnicos ligados à área que atuam nos segmentos educacionais e pelas secretarias de educação dos estados e municípios como uma alternativa para dar sequência ao ano letivo em curso em virtude do fechamento das escolas.

A pandemia do coronavírus no Brasil deixou marcas indeléveis em milhares de famílias que perderam seus entes queridos. O número de vítimas acometidas pela doença de acordo com o consórcio de veículos de imprensa no Brasil em dois anos da pandemia, ultrapassaram as 650.000 (seiscentos e cinquenta mil) pessoas que perderam a vida, tragédia anunciada por cientistas e profissionais da saúde. (PORTAL G1, 2022)

A Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, em matéria publicada no portal G1 em 28/04/2021, noticiou dados informando que a taxa de letalidade entre os infectados pela *Covid 19* chegou a atingir 4,2% da população em função do vírus. Outro fator amplamente divulgado nos meios de comunicação foi que a negligência do governo federal contribuiu para o alto número de perdas humanas que poderiam ter sido evitadas se tivesse havido a implementação de políticas públicas, sobretudo com investimentos na área da saúde.

Pesquisadores, médicos sanitaristas e infectologistas recomendaram isolamento social, uso de máscaras, higienização das mãos como forma primária de controlar a contaminação, muito embora somente com a vacinação massiva da população seria possível controlar a contaminação do vírus e conter a pandemia. A ausência de um programa de coordenação nacional por parte do governo federal e ministério da saúde agravou a situação, pois os governos estaduais e municipais ficaram sem orientação e foram obrigados a adotarem medidas sanitárias (isolamento e/ou distanciamento), de cunho político administrativas com a sanção de decretos

determinando o fechamento de comércio, escolas, espaços públicos e em alguns casos todos os locais que houvesse aglomeração de pessoas e que não fosse considerado serviço essencial.

A paralisação dos setores econômico, produtivo, financeiro, serviços, sociais, culturais e o educacional do país, sugeridas pelas autoridades em saúde, geraram embates políticos entre os governos: federal, estadual e municipal em virtude de divergências e ideologias políticas, a complexidade da situação e as diferenças geográficas do Brasil. As lacunas e o abismo social denunciado com a adoção do ensino remoto emergencial, revelam a realidade dos alunos que não possuem acesso à internet e tecnologias digitais inviabilizando o acesso ao ensino remoto em muitas escolas nos rincões do país e, conseqüentemente, aos processos de ensino aprendizagem citados.

Enfim, a *Covid 19* surgiu como um divisor de águas na vida em sociedade, pelos transtornos provocados ou já existiam e foram apenas reavivados e trazidos à cena para o debate? Para Nóvoa e Alvim (2021, p. 07) “A Covid-19 revela, com nitidez, que toda a vida familiar e econômica é regulada pelo ritmo da escola. Construir um novo *contrato* entre a escola e a sociedade implica, inevitavelmente, novas articulações entre os tempos familiares, sociais e laborais”. Assim, inferimos que com as mudanças provocadas não pela pandemia, mas potencializadas com sua chegada, os setores da sociedade, particularmente o educacional, se apresentou como o polo central do qual depende toda a organização dos demais setores da sociedade.

2.2 A fatal “gripezinha” e a efervescência social ocasionada pela pandemia no Brasil

A propagação do vírus da *Covid-19* e sua periculosidade foi desacreditada por parte da população sob a liderança do presidente da república que classificou, à princípio, o vírus como uma “gripezinha”, provocando insatisfação sobretudo na parcela da sociedade que sofriam a perda de seus entes queridos, acirrando debates no país no momento que o vírus, mutante e agressivo, lotava hospitais públicos e particulares, saturando o Sistema Único de Saúde- SUS, levando milhares de brasileiros a óbito diariamente por falta de respiradores e leitos hospitalares.

Enquanto isso, o representante do povo no planalto em Brasília, contrariando recomendações sanitárias, fazia carreatas nas ruas das principais capitais do país sem máscara, aglomerando, confundindo a população com informações negacionista e criticando o “fique em casa”, expressão que se popularizou nas redes sociais para pedir que as pessoas evitassem

grandes concentrações em locais públicos e que foi sugerida por autoridades em saúde para controlar a disseminação do vírus.

Vale ressaltar que, durante o período crítico de contaminação do vírus, a pasta ministerial da saúde trocou de ministros por 4 vezes em menos de um ano de pandemia, pela ingerência e ausência de alinhamento com a ideologia presidencial. Um dos indicados para ministro da saúde, um era general do exército e, como os demais que o sucederam, era alinhado à ideologia negacionista presidencial. A ingerência e incompetência associada à falta de conhecimento na área de saúde e gestão para conduzir a situação foram os principais motivos para a troca ministerial no período em que se registrou grande número de vítimas da *Covid 19*.

É importante dizer que, à proporção que o vírus e os problemas avançavam, setores políticos e a sociedade civil de um modo geral se articularam na tentativa de minimizar o caos que se instalava no país. Um exemplo dessa articulação política foi a criação do ‘consórcio nordeste’ formado por nove governadores dos estados nordestinos, com a justificativa de implementar políticas de desenvolvimento regional, compras coletivas de vacinas, respiradores, equipamentos de proteção individual - EPI como máscaras e luvas, com o objetivo de suprir os hospitais, economizar e agilizar o socorro a saúde diante da inércia do governo federal.

O consórcio rendeu acusações de corrupção que ainda estão sob investigação em virtude das rivalidades políticas verificadas entre grupos antagônicos e evidenciou dicotomias que, em alguns casos, mas que serviram para acelerar políticas que beneficiaram a população como a compra da vacina. Por outro lado, surgiram controvérsias de cunho partidárias e desconfianças sobre a lisura dos acordos e processos administrados pelo consórcio, enquanto a população padecia sem atendimento em meio ao debate político e inoportuno em um momento crítico na saúde pública.

A disputa política se intensificou com a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, aberta pelo senado federal em 27 de abril de 2021, para investigar ações e omissões do presidente Jair Bolsonaro e eventuais desvios de verbas federais enviadas aos estados durante a maior crise sanitária do século. (PORTAL G1, 27/04/2021). Essa comissão ficou conhecida como CPI da morte.

De acordo com o site do governo federal (BRASIL, 2021), no dia 08 de abril de 2021 registrou-se a perda em um único dia de 4.249 brasileiros vítimas do descaso e da falta de gestão competente no ministério da saúde e no governo federal. Vale ressaltar que o Amazonas foi o Estado que mais sofreu com o colapso no sistema de saúde, uma tragédia que precisa encontrar os responsáveis. De fevereiro de 2020 quando iniciou a pandemia no Brasil, a novembro de 2021, portanto a menos de dois anos do início da infecção, o Brasil registrou 611.898 mortes desde

o início da pandemia, sendo que a grande maioria desse total de óbitos (68%) ocorreu em 2021 de acordo com o balanço do consórcio de veículos de imprensa com dados das secretarias de saúde.

No campo social, surgiram movimentos e campanhas solidárias para minimizar a fome de pessoas que já viviam em situação de extrema pobreza e miséria, potencializadas com o aumento do desemprego. Registrou-se o aumento de pessoas que passaram a viver nas ruas porque não puderam mais pagar aluguel, por causa do desemprego que cresceu vertiginosamente no país durante a pandemia. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, o número de desempregados ultrapassou os 15,2 milhões no primeiro trimestre do ano de 2021, representando uma taxa de 14,9% da população.

A chegada do *coronavírus* gerou uma situação atípica na vida de todos, sobretudo dos mais vulneráveis que já eram abandonados pelo poder público, ganharam notoriedade com o agravamento da miséria durante a pandemia.

A pandemia não é responsável pela crise econômica e social pela qual passamos, as desigualdades sociais já existiam, apenas foram expostas e aumentaram em virtude das dificuldades ampliadas pelo desemprego, informalidade, inflação, gerando mais miséria entre os mais pobres e abandonados pelo poder público à própria sorte.

Segundo Santos, (2020, p.06) “uma situação de crise a que a população mundial tem vindo a ser sujeita. Daí a sua específica periculosidade”. A ausência de políticas públicas eficientes, investimentos e empenho por parte do governo, resultou no caos para aqueles acometidos pelo vírus que já viviam assolados pela miséria.

Em relação à saúde, o SUS demonstrou durante a pandemia, que, apesar da ausência e incentivos financeiros e adequados, é uma estrutura democrática, fundamental no Brasil e que serviu a toda população, independente da classe social, mesmo com todas as suas deficiências durante a pandemia, atendeu e socorreu pobres e ricos. As dificuldades já existentes no SUS e a falta de um gestor competente na pasta para viabilizar um plano nacional com ações coordenadas para garantir campanhas educativas, fármacos, incentivo à ciência, instalações sanitárias adequadas, foram lacunas que certamente contribuíram para ampliar o caos e a dor vivida por aqueles que perderam seus entes queridos durante o período de grande contágio do vírus.

Segundo Silva (2015, p. 81), as mudanças ocorridas nas primeiras décadas do século XXI são responsáveis pelo adoecimento psíquico, sobretudo na categoria docente. As grandes mudanças e turbulências políticas, sociais e econômicas em curso no mundo contemporâneo mantém relação certamente com o impressionante aumento dos registros de transtornos psíquicos.

(...) Estas dimensões exigem que tanto a crise quanto a precarização sejam contempladas sob a perspectiva das degradações que, de modo inter articulado, vem ferindo a ética, o meio ambiente, a sociedade (precarização social), o mundo do trabalho e a saúde humana.

Mediante este cenário de crise social e sanitária intensificado com a pandemia do coronavírus, o problema aumentou com a orientação para o fechamento de escolas pelas autoridades educacionais de seus estados e/ou municípios adotaram de forma emergencial, o ensino remoto a princípio, posteriormente remoto e/ou ensino híbrido. Tal sistema de ensino revelou que o vírus atingiu a todos indistintamente, porém afetou desigualmente os menos favorecidos. Em meio a esse cenário desgovernado, o ensino remoto foi apresentado como uma solução para minimizar as perdas escolares, alterando o formato de trabalho docente.

2.3 O “novo” formato de ensino com aulas virtuais e as implicações do uso das ferramentas tecnológicas no ensino remoto

A chegada do século XXI trouxe, em seu bojo, inovações tecnológicas que mudaria a vida das pessoas com o advento da internet e suas inúmeras possibilidades, atuando nos setores econômico, político e sobretudo na vida em sociedade, atingindo os espaços culturais, educacionais, de lazer, religioso, enfim, provocando mudanças capazes de revolucionar o modo de produção e sobrevivência.

Com a inserção tecnológica, inovou-se na criação e potencialização de novas ferramentas e dispositivos para reduzir distâncias e aumentar lucros diante do surgimento de um aparato tecnológico. Assim, os aplicativos e plataformas foram desenvolvidos para “facilitar” serviços, substituir pessoas, reduzir o tempo, aumentar lucros e assim “melhorar” e agilizar a vida das pessoas. Essa realidade foi experimentada de forma intensa, com a chegada da pandemia em meados de 2020, onde a vida em reclusão por causa do confinamento, foi ditada pelo compasso ultra veloz da tecnologia ao adotar “novos” modelos a serem utilizados na escola, no comércio, na política e em todos os setores onde a virtualidade passou a substituir os hábitos factuais, ainda que muitos não pudessem usufruir. É indiscutível que sem a pandemia para impulsionar avanços tecnológicos, levaríamos ainda alguns anos para desenvolvê-la, como se encontra hoje.

Diante do cenário descrito sobre a chegada da pandemia do coronavírus e as mudanças provocadas, diversos decretos e medidas provisórias foram instituídas pelo governo do Estado do Ceará com regulamentações sobre o fechamento das escolas e a adoção do ensino remoto, a

exemplo do decreto expedido em 19 de março de 2020, com orientações para o fechamento das escolas, conforme os decretos publicados no Diário Oficial do Estado.

O Decreto nº 33.532, de 20 de março de 2020, dispôs sobre as medidas adotadas pelo estado do Ceará para contenção do avanço do novo coronavírus, entre outras providências, como a continuidade do fechamento das escolas e, por consequência, a continuidade das aulas remotas.

No segundo ano de pandemia do coronavírus, o decreto nº 33.936, de 17 de fevereiro de 2021 prorrogou o isolamento social e estabelece medidas preventivas direcionadas a evitar a disseminação da *Covid-19*, no estado do Ceará, cuja redação da seção II, Art. 4º, inciso I: “suspensão, a partir do dia 19 de fevereiro, das aulas e atividades presenciais em estabelecimentos de ensino, público ou privado, salvo em relação a atividades cujo ensino remoto não seja viável”.

Os frequentes decretos publicados pelo executivo estadual ocasionaram uma sucessão de prorrogações da situação de confinamento social, em virtude da incógnita, quanto ao tempo necessário para o controle da pandemia sobre a população.

À princípio, o fechamento das escolas, as aulas remotas, professores e gestores escolares ainda desorientados sem planejamento que os orientassem para conduzir a nova configuração que se apresentava eram agravada pela inserção das tecnologias e mídias digitais no ambiente virtual escolar que exigia dos docentes o manuseio das ferramentas. No entanto, muitos professores que não tinham formação específica na área tecnológica, se viram em uma situação atípica e embaraçosa.

Elencamos algumas dificuldades que denotam desafios enfrentados pelos docentes com a adoção de aulas virtuais durante a pandemia da *Covid 19*, entre outras: a ausência de formação específica para o manuseio das TICs; aumento do tempo de trabalho pelas múltiplas funções assumidas em virtude da virtualidade nas aulas, que requer atendimento e planejamento diferenciados por meios eletrônicos; anexação da sala de aula no espaço domiciliar partilhado com a família; condições adversas (estrutura física e material) para executar o planejamento e as ações metodológicas e trabalho docente. Diante do exposto, questionamos: houve o recrudescimento da precarização no trabalho docente?

Outros fatores que dificultaram o processo de ensino aprendizagem dos estudantes e intimidaram os docentes durante as aulas virtuais foram: a ineficácia ou ausência de sinal de internet, barulho externo durante as aulas, pressão psicológica e adoecimento dos profissionais. Sobre a importância do espaço escolar, Nóvoa e Alvim (2021) resumiram na seguinte frase: "A escola na escola é melhor do que a escola em casa e do que a escola digital”.

No âmbito federal, as dificuldades enfrentadas foram nos cortes de verbas destinados à educação durante a pandemia da *Covid 19*, sobretudo nas universidades públicas, provocando o desmonte das instituições federais. Seria o início da adoção de metas do governo neoliberal para acelerar o projeto de privatização das universidades públicas, em prol das instituições privadas?

É fato que as metas neoliberais de privatização e implantação do estado mínimo de direito da sociedade não recuaram mesmo diante da crise sanitária, ao contrário, encontrou espaço para experimentar a introdução da Educação a Distância - EaD nos espaços escolares com mais intensidade.

Entendemos que a necessidade de inserção das novas tecnologias nas aulas virtuais, permanecerão, na prática pedagógica do cotidiano escolar, no pós-pandemia. No entanto, elas são apenas ferramentas que contribuirão para o melhoramento no ensino, mas não será um modelo que fará ruir a escola tradicional. A educação digital não substituiu a escola, segundo Nóvoa e Alvim (2021, p. 09):

Aos que acreditam numa educação inteiramente digital, dizemos que tal não é possível, nem desejável, pois nada substitui a relação humana. Os meios digitais são essenciais, mas não esgotam as possibilidades educativas. Grande parte das nossas vidas e culturas, da nossa criatividade, das histórias, das produções efêmeras e espontâneas, dos laços e relações entre nós, dos nossos sonhos, não estão na Internet.

É certo que a inserção de tecnologias na vida em sociedade não é propriamente uma novidade desde o início do século XXI com a chegada do ciberespaço⁵. Nas escolas, as TICs, são ferramentas que contribuem demasiadamente para aprimorar o processo ensino-aprendizagem através da pesquisa e da inserção das tecnologias na vida dos estudantes.

Para a escola pública competir com o “mercado global da educação” (NÓVA; ALVIM, 2020, p. 03) em crescimento exponencial, precisa de políticas públicas que fomentem, assegurem e invistam nos espaços educacionais de tecnologias com equipamentos apropriados para inserir os estudantes e professores no mundo da pesquisa e do conhecimento, com aparato tecnológico capaz de oferecer aos estudantes da rede pública, a oportunidade de fazer parte do mundo digital globalizado.

As tendências apresentadas pelos avanços tecnológicos parecem ser um caminho sem volta. Desta feita, não podemos nos distanciar do processo em curso de crescente onda de

⁵ O ciberespaço, segundo Lévy (1998), refere-se ao "universo das redes digitais como lugar de encontros e de aventuras, terreno de conflitos mundiais, nova fronteira econômica e cultural" (p. 104).

adesão à realidade virtual, tão presente nas relações sociais e mercadológicas. Portanto, a educação e a escola são afetadas pela imposição do modelo virtual de aprendizagem, propagado como sendo algo capaz de solucionar os problemas mais recentes do cenário educativo, com a promessa de transformação dos processos de ensino e emancipar as relações de trabalho aprisionadas pela exploração capitalista.

Com a adoção do ensino remoto, percebemos alterações no trabalho docente com as múltiplas funções assumidas pelos professores, em virtude da necessidade de (re)criar alternativas para dar continuidade às atividades presenciais interrompidas em 2020 no calendário letivo com a chegada da crise sanitária.

A sala de aula foi metamorfoseada pelo uso contínuo de ferramentas e a inserção de inovações tecnológicas educacionais integradas às novas metodologias, didáticas e ações pedagógicas aplicadas com o modelo de aulas remotas adotadas em caráter emergencial, mas que podem se tornar permanentes após a pandemia com o ensino híbrido.

Saviani e Galvão (2021, p. 39) alertam para a “falácia” de que a adoção do ensino remoto seja uma alternativa emergencial. Os riscos são reais e representam uma possibilidade de permanência mesmo após a pandemia, sobretudo nas universidades públicas com o processo de privatização das instituições de ensino superior, precarizando e aligeirando o processo de ensino, características das políticas neoliberais que fortalece e fomenta o ensino privado, sobretudo no nível superior.

O fato de muitas escolas não oferecerem infraestrutura adequada aumenta a incompatibilidade do formato remoto com o modelo de ensino permanente, pela ausência e adequação do ciberespaço, garantia mínima de estrutura física e tecnológica, em todos os espaços escolares. Insistir no modelo de aulas remotas nos níveis de ensino fundamental e médio com as escolas sem estruturas físicas e sem aparato tecnológico, contribui para aumentar a exclusão digital e reduzir a oportunidade de aprendizagem nos processos de ensino.

2.4 Impressões sobre as consequências do ensino remoto

Faz se necessário um estudo que aponte as perdas acumuladas ao longo de quase dois anos com o fechamento das escolas públicas em função do isolamento social, e da adoção do formato remoto, em decorrência da pandemia do coronavírus por parte do MEC e órgãos ligados a educação, para que políticas públicas possam ser fomentadas no sentido de minimizar os danos que causaram déficit de aprendizagem pela inviabilidade do ensino remoto inacessível

para milhares de estudantes, especialmente aqueles que estavam nos anos finais do ensino médio.

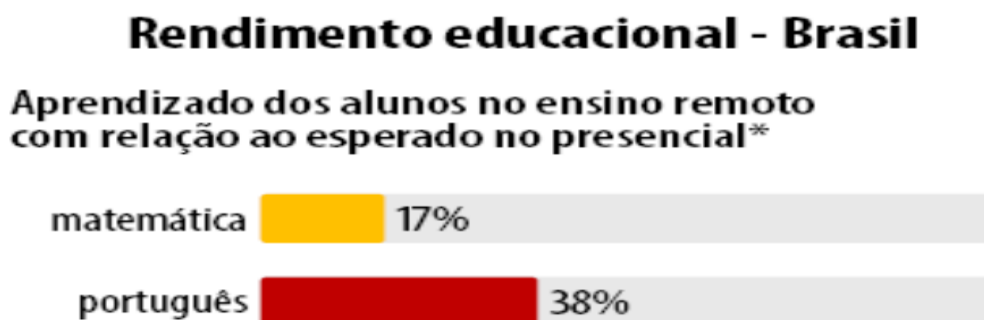
Para além dos danos causados na aprendizagem, consideramos que o acesso ao Exame Nacional do Ensino Médio -ENEM, também foi prejudicado e inviabilizando o acesso de milhares de estudantes as instituições de nível superior, em decorrências do despreparo cognitivo, das sequelas do confinamento causado aos jovens e pelo abandono dos estudos.

Em junho de 2021, após um ano de pandemia, o Instituto Unibanco e o Instituto de Ensino e Pesquisa – INSPER, apresentou um estudo sobre a Perda de Aprendizagem na Pandemia e publicaram um documento que revelou os danos na aprendizagem estudantil, causados com a adoção do ensino remoto. Os dados apontam a necessidade de um olhar criterioso sobre as perdas e as formas de minimizar os prejuízos causados aos estudantes através do fomento de políticas públicas que indiquem caminhos para recuperar os danos trazidos ao processo de ensino aprendizagem dos estudantes durante a pandemia.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou o primeiro levantamento com os impactos causados pelo vírus através da pesquisa Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil, publicada em 2021, expondo a seguinte situação: em pouco mais de um ano de pandemia, a pesquisa apontou que 9 em cada 10 escolas (90,1%) não retornaram às atividades presenciais no ano letivo de 2020. Na rede pública de ensino, 98,4% das escolas federais, 97,5% das municipais e 85,9% das estaduais permaneceram fechadas.

A pesquisa do Inep (2021) revelou que em média, a aprendizagem dos estudantes foi de apenas 17% em relação ao conteúdo de matemática e 38% do de língua portuguesa em comparação com o que ocorreria nas aulas presenciais, conforme figura abaixo:

Figura 1 – Rendimento dos alunos durante o ensino remoto



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Inep (2021)

O relatório do Instituto Unibanco e o Instituto de Ensino e Pesquisa – Insper, mostram os impactos causados aos estudantes na aprendizagem ao longo do período remoto, com aulas virtuais na disciplina de português e matemática. Os pesquisadores afirmam que, durante a pandemia, as perdas ocorreram sobretudo pela falta de engajamento dos estudantes de ensino médio. É importante compreender que, durante esse período, sobretudo no início da pandemia, surgiram muitas dúvidas e incertezas do por vir.

Com a introdução das aulas virtuais, outros desafios se apresentaram em virtude das dificuldades que muitos enfrentaram, seja pelas dificuldades de acesso às tecnologias, pelo confinados em suas residências sem estrutura minimamente adequada com escassez alimentar causada pelo desemprego que assolou milhares de famílias intensificado durante a Pandemia da *Covid 19*. Enfim, uma soma de fatores provocaram nos jovens, sobretudo alunos de ensino médio, desmotivação para não só se engajar, mas para seguir nos estudo, obrigando-os a abandonar a escola, como mostra a figura abaixo:

Figura 2 – Engajamento dos alunos durante o ensino remoto



Fonte: Instituto Unibanco e o Instituto de Ensino e Pesquisa – Insper (2021)

Em outras palavras, o quadro acima mostra que apenas 36% dos estudantes cumpriram 25 horas semanais da carga horária, revelando um resultado distante do recomendado na legislação educacional, o que contribuiu para o *déficit* educacional. Professores e estudantes enfrentaram grandes desafios nessa travessia do ensino presencial para o ensino remoto.

Os estudantes sentiram o confinamento e os efeitos psicológicos do isolamento social. Associado a isto, vieram as dificuldades de concentração para as aulas na “tela”, ausência de equipamentos com configuração adequada para o uso das ferramentas tecnológicas ou ainda pela dificuldade de acesso à internet, o que justifica o baixo rendimento dos estudantes.

3 A COMPLEXA RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO: EXPRESSÕES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

3.1 Contextualizando o cenário da Educação Profissional e Tecnológica – EPT no Ceará

A primeira menção sobre ensino profissional remonta os tempos do rei Dom João VI no início do século XIX (1809) com a criação da escola das fábricas, primeira instituição pública educacional do Brasil, para atender a elite recém chegada de Portugal, formada por artistas e aprendizes.

Ao longo do tempo, o objetivo e a finalidade do ensino técnico sempre esteve a serviço da classe dominante. Inúmeras regulamentações, decretos, leis federais e estaduais foram criadas sempre com o intuito de atender ao projeto econômico capitalista atrelado ao projeto político em nome do desenvolvimento. Destacamos a criação do decreto nº 787 de 11 de setembro de 1906 durante a chamada República Velha, no início do século XX, quando o então presidente Nilo Peçanha criou as quatro primeiras escolas profissionais da unidade federativa, na região sudeste do país.

No Ceará, somente em 1909 com a instituição da Escola de Aprendizes Artífices, criada pelo o Decreto nº 7566/09, que durante um século passou por várias nomenclaturas regulamentada por decretos e leis, se tornaria o Instituto Federal do Ceará.

Por mais de um século de existência, a instituição teve sua denominação alterada, primeiro para Liceu Industrial do Ceará, em 1941; depois para Escola Técnica Federal do Ceará, em 1968. No ano de 1994, a escola passou a chamar-se Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ceará -Cefet/CE, ocasião em que o ensino foi estendido ao nível superior e suas ações acadêmicas, acrescidas das atividades de pesquisa e extensão.

A Lei 99394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira- LDB no art. 39 trouxe em seu bojo originalmente a seguinte redação: “A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. (BRASIL, 1996). Entretanto, sofreu alterações com a criação da Lei 11.741 de 2008 que, em diversos artigos, destacamos o art. 39, ao estender o ensino profissionalizante para além dos institutos federais.

A Lei 11.741 de 16 de julho de 2008 que por sua vez alterou a LDB, originou a criação da Lei estadual 14.273 de 19 de dezembro de 2008, sancionada pelo governador Cid Ferreira Gomes autorizando a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional- EEEP, em

acordo com o Decreto Federal Nº 5.154/04 de 23 de julho de 2004. O referido decreto, regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da LDB de 1996, instituindo o ensino integrado.

Assim, o ensino médio regular nas escolas de ensino médio regular, cuja duração era de 3 anos, passou a ser integrado para o ensino profissionalizante em tempo integral das 7 às 17h nas EEEP's no estado do Ceará. No âmbito nacional, a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em nosso estado o IFCE. No total à época foram criados 38 institutos federais no país. Em 2019 já eram 661 unidades, acessíveis e voltadas para toda a população de um modo geral.

O Instituto Federal do Ceará agrega os extintos Centros Federais de Educação Tecnológica do Ceará - Cefets/CE, e as escolas agrotécnicas federais dos municípios de Crato e de Iguatu. (IFCE, 2015). Atualmente o Ceará conta com os IFCE's e as escolas profissionalizantes para atender a EPT com uma variedade de cursos técnicos voltados para a profissionalização dos jovens e adultos que desejam se especializar em uma área e ingressar no mercado de trabalho.

A princípio, foram criadas 25 unidades de EEEP, em 2018, 10 anos após a criação já somavam 118 unidades no estado do Ceará. De acordo com o site da Secretaria de educação do Ceará- SEDUC-CE (2022), a rede pública estadual conta com 123 Escolas de Educação Profissional, ofertando 52 cursos, contemplando 57 mil alunos matriculados, sendo 9.055 estudantes lotados nas 21 EEEPs de Fortaleza, e os demais nas escolas profissionalizantes espalhadas nos 51 municípios do estado.

É importante salientar que, a carga horária total trabalhada ao longo dos três anos do ensino médio integrado à educação profissional é de 5.400h/a. No currículo, constam disciplinas da Base Nacional Comum, de acordo com o currículo do ensino médio e disciplinas da formação profissional. A parte diversificada abrange componentes curriculares, como: empreendedorismo; projeto de vida; mundo do trabalho; formação para a cidadania; projetos interdisciplinares; horários de estudo, oficina de redação e língua estrangeira aplicada. (SEDUC, 2022).

Ainda de acordo com a SEDUC, durante a 3ª série do ensino médio, o governo do Ceará propicia o acesso ao estágio curricular obrigatório e remunerado a todos os alunos, mas não informou o valor da remuneração. Em 2017, por iniciativa do governo do Estado do Ceará, iniciou a implantação do ensino médio em tempo integral nas escolas estaduais regulares, regulamentada em 20 de julho de 2017 com a criação da Lei 16.287, que foi sancionada pelo

então governador do estado, Camilo Sobreira de Santana, instituindo a política de ensino médio em tempo integral no âmbito da rede estadual de ensino do Ceará. (CEARÁ, 2017).

Ainda segundo o site da SEDUC, o plano de universalização da escola em tempo integral do Ceará tem como base a conversão das escolas de ensino médio regular da rede e, a partir das mesmas, definir a lista de escolas elegíveis para conversão até 2024, visando atender à Lei Nº 16.287, de 20 de julho de 2017, à meta 6 do Plano Nacional de Educação- PNE e a meta 6 do Plano Estadual de Educação -PEE.

De acordo com a meta 6 do PNE, visa: “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica”. Portanto, a secretaria de educação do estado do Ceará converge para o cumprimento da meta ultrapassando a meta de 25% de estudantes matriculados, pois já possui 261 Escolas distribuídas em 130 municípios cearenses, que ofertam ensino em tempo integral, levando em consideração que muitas escolas não possuíam estrutura física para receber os equipamentos necessários exigidos como refeitório, laboratórios, salas de multimeios entre outros.

A meta 6 do Plano Estadual de Educação – PEE, visa:

Oferecer, até 2024, em regime de colaboração, Educação em Tempo Integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas e instituições de educação infantil, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos estudantes da educação básica. (CEARÁ, 2017).

Na Escola de Ensino Médio em Tempo Integral- EEMTI, a jornada de permanência diária na escola foi acrescida para nove horas, o currículo de 30 horas semanais agrega disciplinas da base comum a todos estudantes e 15 horas na parte flexível, sendo que 10 são escolhidas pelos alunos para atender as com garantia de três refeições diárias.

Atualmente, a rede pública conta com 261 Escolas de EEMTIs, distribuídas em 130 municípios cearenses. O modelo aumenta o tempo escolar e amplia as oportunidades de aprendizagem que favorecem o desenvolvimento de competências cognitivas e sócio emocionais, além do protagonismo estudantil por meio de escolhas de componentes curriculares eletivos, segundo a Secretaria de Educação do Estado. (SEDUC, 2020)

Em Caucaia, a EEEP chegou em 2011 para oportunizar os jovens que saíam do ensino fundamental a se especializarem nos cursos profissionalizantes oferecidos. Para o governo, o objetivo era atender à crescente demanda que surgia em torno do complexo portuário do Pecém, localizado no limite dos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante.

Ao redor do porto, diversas indústrias pesadas de aço, cimento, energia solar entre outras, se instalaram e necessitavam de um exército de operários para suprir a demanda, exigindo a instalação de uma unidade do IFCE no Pecém e de EEEP's em Caucaia.

A ausência de mão de obra local especializada em logística, transportes, serviços administrativos, negócios industriais, executivos e especialistas da área tecnológica provocou uma onda de imigração de europeus, americanos, japoneses e coreanos em grande escala. Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

O município conta atualmente com duas EEEPs, e cinco EEMTIs atendendo estudantes que desejam se profissionalizar nos cursos ofertados pelas EEEPs. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

3.2 O trabalho na concepção do materialismo histórico

O trabalho compreendido sob a perspectiva de que ele é condição vital para o homem historicamente constituído e como ação humana de transformação da natureza e por consequência das relações vitais de sobrevivência e humanas, tem diversificado o trabalho de acordo com as transformações sociais vigentes. Para Marx (2013, p. 188) o trabalho é:

Antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

Portanto, o trabalho é imprescindível para a formação humana enquanto ser social. A definição de trabalho em Marx (2013) reforça características do trabalho braçal, da busca diária pela sobrevivência tão presente nos dias atuais, sobretudo para os menos favorecidos que com o suor do rosto e grande esforço físico, vendem sua mão de obra em troca do básico para a sobrevivência.

Saviani (2007, p. 154) diz que o “ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos como trabalho”. Se o homem transforma a natureza para suprir suas necessidades pelo trabalho, podemos inferir que o trabalho é para o

homem condição vital para a continuidade da própria espécie. “O que o homem é, é-o pelo trabalho” (SAVIANI, 2007, p. 154) ou seja, sua essência.

Ao longo da história, o conceito, a forma e a finalidade do trabalho sofreram grandes e perversas transformações, intensificadas com a inserção das tecnologias em praticamente todos os setores e espaços trabalhistas, atingindo as profissões, fomentando a flexibilização, produzindo uma superexploração dos trabalhadores ligados direta ou indiretamente as inovações tecnológicas.

As diferentes faces do trabalho verificadas ao longo do tempo com as crises do capitalismo, não são propriamente uma novidade. Para Ferreira et al. (2015, p. 74) “O trabalho torna-se multifacetado no que tange às suas formas, condições e relações, bem como em relação ao perfil da própria classe trabalhadora, sem contudo, alterar um duplo aspecto: sua centralidade ontológica e sua exploração no capitalismo”.

Trabalhadores do setor de serviços, comunicação, *telemarketing*, hotelaria, *fast-food*, entre outros que prestam serviços temporários, horistas, autônomos dos serviços por aplicativos que não possuem garantias trabalhistas, são os que mais padecem atualmente com a uberização e a reforma trabalhista implementada pela Lei 13.467 de 13 de junho de 2017.

A referida lei, altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho, após o golpe de 2016 que culminou com *Impeachment* ⁶que afastou a presidenta Dilma Rousseff do executivo Federal.

O conceito de trabalho intermitente de acordo com a Lei 13.467/17 no Art. 443, parágrafo 3º é descrito como:

o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria.

O trabalho intermitente traz em seu bojo o propósito de flexibilizar e aumentar a admissão formal e, por consequência, explorar e precarizar o trabalho que, na atualidade, tomou novas feições com a intensificação da inserção das tecnologias digitais. Entretanto, Valente

⁶ Processo instaurado com base em denúncia de crime de responsabilidade contra alta autoridade do poder executivo ou do poder judiciário, cuja sentença é da alçada do poder legislativo. (Oxford Languages and Google, 2022)

(2021), alerta que o trabalho digital não é exatamente um novo tipo de trabalho, apenas um suporte da informação assentado nas TICs e integrado ao trabalho intelectual. Ainda segundo o autor não existe “trabalho digital”. (VALENTE, 2021)

Em entrevista concedida à Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, (23/11/2020), Antunes explica que o trabalho intermitente é a “antessala do desemprego” e que a “expansão do trabalho uberizado nos levará à escravidão digital”. (ANTUNES, 2020). Sobre esses ‘modelos’ que tipificam o trabalho, Antunes (2011), afirma que são resultados das contradições apresentadas na sociedade, no setor econômico, nas relações trabalhistas, no capitalismo, que adquirem novas feições a exemplo do trabalho intermitente, temporário, terceirizado. Sobre o empreendedorismo, termo bastante difundido atualmente para designar o trabalho autônomo que mascara o desemprego, este não oferece qualquer garantia ao trabalhador, disseminado sobretudo durante a pandemia do coronavírus, deixando claro as múltiplas formas de exploração ao trabalhador.

No Art. 452-A da Lei 13.467/17, § 1º, informa como é feita o chamamento do empregado para o trabalho intermitente com o seguinte texto: “O empregador convocará, por qualquer meio de comunicação eficaz, para a prestação de serviços, informando qual será a jornada, com, pelo menos, três dias corridos de antecedência”. Inferimos pelo menos duas observações importantes que se apresentam como desvantagens para o trabalhador, além da expropriação inegável de direitos do trabalhador.

A primeira delas é a ideia de que o trabalhador ficará à disposição para as convocações que poderão surgir a qualquer tempo, ou não. Em segundo, se refere ao contato. Sabemos que muitos locais mesmo nos centros urbanos, o sinal de internet inexistente ou é ineficaz, e a forma mais utilizada de comunicação é por meio da internet, telefone via *whatsapp*, ou seja, o trabalhador ainda pode ser prejudicado, caso não seja contactado. Trata-se de um regime de trabalho que reduz direitos trabalhistas, com jornada e convocação imprevisíveis.

Os trabalhadores buscam um emprego formal com garantias trabalhistas, no entanto, os altos índices de desemprego cuja taxa é de 9,3% de desocupação no Brasil, de acordo com levantamento feito pelo IBGE no segundo trimestre de 2022, aumentou a propagação do trabalho informal, temporário e por consequência precarizado.

Essas transformações são resultado da crise estrutural do capitalismo, “impossível de ser negada por mais tempo, mesmo por seus porta-vozes e beneficiários” segundo Mészáros (2011). Ainda segundo o autor, as denúncias sobre as transformações do sistema em curso, não partiram de partidos políticos ou defensores de esquerda, mas de setores da indústria, tecnologia, comércio que dominam a economia e a política global.

Atualmente com o avanço das privatizações, implantação do modelo neoliberal e seu estado mínimo de direito, intensificação da inserção de tecnologias, em meio a uma crise sanitária com a pandemia do coronavírus, a situação econômica foi agravada.

No âmbito educacional, mudanças se apresentaram com a adoção do modelo de ensino remoto em substituição ao quadro e pincel pelos aplicativos e plataformas que a princípio foram utilizadas sem qualquer preparação ou formação específica na área das tecnologias para os professores que, na maioria dos casos não dispunham de conhecimentos para o manuseio de ferramentas digitais. Essa situação provocou, na categoria ansiedade, estresse e consequentemente o adoecimento dos profissionais.

Ademais, com a configuração das aulas virtuais, o professor enfrentou o dilatamento do tempo de trabalho em virtude da demanda de trabalho que exigia mais tempo e pesquisa para atender o planejamento que incluía novas ferramentas digitais nas ações metodológicas, para atender as perspectivas impostas pelo formato remoto de aulas.

O imediatismo característico no mundo digital tecnológico, impõe rapidez pela instantaneidade com que as coisas se alteram, carecendo de estudo e pesquisa continuamente. Essa urgência em atender as mudanças aumenta o volume de trabalho do professor para atender a demanda satisfatoriamente precarizando o trabalho docente.

Percebemos, em meio a pandemia, que o formato de ensino remoto imposto é uma forma agressiva que contribui para a intensificação da mercantilização da educação, transformada de acordo com os interesses capitalistas, Saviani e Galvão (2021, p. 39). A educação não pode ficar refém do capitalismo por se tratar de um bem inerente e necessário ao desenvolvimento humano, pois representa uma possibilidade concreta e indispensável para a emancipação humana e o fortalecimento das instituições democráticas. Sobre a importância da educação, Mészáros afirma que:

O papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. (MÉSZAROS, 2008, p. 65)

Contudo, para que a educação exerça a função emancipadora é necessário a eliminação do analfabetismo, valorização das pesquisas científicas, politização dos trabalhadores através de uma consciência crítica; caso contrário, a perpetuação da exploração pelo sistema vigente permanecerá. Tonet (2005, p. 81) afirma que “ela se apresenta sob uma forma real, integral e essencialmente ilimitada, ou seja, é uma forma de liberdade que expressa o homem como um

ser integralmente livre”. Nessa perspectiva, a educação tem um papel importantíssimo na construção do ser omnilateral.

Não é necessário que a aprendizagem seja apenas da palavra, dos conteúdos e conhecimentos cognitivos, mas também do mundo. Para conhecermos a realidade ao nosso redor, como afirmou Freire (1996), é necessário que a “leitura do mundo” precede a “leitura da palavra” e seja difundida entre os trabalhadores de todas as categorias, só assim poderemos compreender o movimento das relações capitalistas que provocam a exploração laboral. Isso se faz também e principalmente em sala de aula, visto que a precarização é uma realidade ampliada.

A nossa época de crise estrutural global do capital é também uma época histórica de transição de uma ordem social existente para outra, qualitativamente diferente. Essas são as duas características fundamentais que definem o espaço histórico e social dentro do qual os grandes desafios para romper a lógica do capital, e ao mesmo tempo também para elaborar planos estratégicos para uma educação que vá além do capital, devem se juntar. Portanto, a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora (MÉSZÁROS, 2008, p. 76).

O trabalho do professor não se encerra nos conteúdos ministrados em sala de aula. Ele traz em seu bojo, a necessidade de orientar seus educandos para que despertem uma consciência crítica e de insubmissão ao sistema capitalista vigente. Em outras palavras, segundo Freire (1996, p. 14). “O professor que pensa certo deixa transparecer aos educandos que uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo”. Partindo do pressuposto de que a educação sempre foi campo de disputas e tensões, a escola sempre se expressou como espaço de contradição e faz a partir das reações humanas.

É necessário que os trabalhadores da escola, das repartições, sindicatos e instituições das mais diversas áreas profissionais, conheçam as insígnias do mundo do trabalho, mormente o trabalhador professor, colaborador no processo de aprendizagem que tem também o papel de contribuir para a formação do senso crítico para que seus educandos, futuros trabalhadores das mais diversas áreas de trabalho, consigam compreender o mundo ao qual estão inseridos.

Com a crise sanitária do coronavírus, pela qual fomos acometidos recentemente, os desdobramentos nas relações econômicas e sociais se intensificaram, contribuindo para impulsionar a precarização laboral com o aumento do desemprego e da informalidade, alterando também as relações de trabalho. No setor educacional, com a inserção de ferramentas tecnológicas na sala de aula metamorfoseada, o aumento das horas trabalhadas e o trabalho já

precarizado sofreu novos impactos com o formato de aula virtuais adotadas durante a pandemia do coronavírus atingindo os professores.

Uma das formas de explorar o trabalhador, extrair mais valia é aumentando sua jornada de trabalho, para além do tempo necessário, (Marx 2013, p.223), situação vivida pelos professores durante a pandemia com o trabalho remoto que se apresenta com “fisionomia completamente alterada” (Marx. 2013, p. 383), pelas múltiplas funções assumidas pelo professor em razão da inserção de novas ferramentas no cotidiano da sala virtual.

Na sociedade capitalista em que vivemos, o projeto pedagógico atrelado ao projeto político, com vistas a atender a classe econômica, como é concebido pela teoria marxista de que a economia capitalista contemporânea transforma tudo em mercadoria. “Esses trabalhadores, que são forçados a se vender diariamente, constituem uma mercadoria como outra qualquer, por isso exposta a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as turbulências do mercado”. (MARX; ENGELS, 2008, p. 21).

Essa realidade tem se intensificado com as crises do capital recorrentes que atingem o mundo todo, a exemplo dessa na qual estamos inseridos e que se mostra ainda mais aguda com as mudanças climáticas provocadas pela devastação do meio ambiente violentamente atingido nas últimas décadas, pela ação humana que criminosamente promove a degradação ambiental. Essa degradação inclusive é responsável pelas doenças virais, a exemplo dos vírus da *Covid 19* que assolam a população mundial.

No Brasil particularmente, o ataque ofensivo ao meio ambiente atinge violentamente nossos biomas, sobretudo a floresta amazônica que vem sofrendo agressões provocada pelo desmatamento, queimadas, mineração ilegal, intensificação da pecuária, ação ilegal de madeireiros, retirada da autonomia dos órgãos de fiscalização ambiental e a flexibilização da legislação pelo poder executivo e legislativo.

Essas são as principais causas do desastre ambiental que vivenciamos no Brasil que desequilibra o meio ambiente e influencia diretamente na produção de alimentos e, por consequência, incide sobre questões econômicas e políticas, aumentando a fome entre os mais pobres e intensificando a desigualdade social.

Sobre a relação socioeconômica destrutiva entre homem e natureza, a crise estrutural do capitalismo são situações que se estendem a décadas trazendo implicações que refletem nos dias atuais. Sobre isso Mészáros (2011, p. 17) afirma.

A crise estrutural do sistema do capital como um todo – a qual estamos experimentando nos dias de hoje em uma escala de época – está destinada a piorar consideravelmente. Vai se tornar à certa altura muito mais profunda, no sentido de

invadir não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da vida social, econômica e cultural.

É fato que os efeitos negativos da crise do capitalismo intensificados com pandemia do coronavírus elevaram os índices de desemprego, promoveram o aumento da informalidade, aumentaram as desigualdades sociais, criando novas formas de trabalho precarizadas como alternativa para minimizar os problemas sociais verificados.

A Rede Penssan, publicou pesquisa em junho de 2022, feita com 12.745 residências, 577 municípios e em todos os estados e o distrito federal do país sobre a insegurança alimentar e constatou que 33,1 milhões de pessoas não fazem as 3 refeições básicas por não terem o que comer no país. Ainda segundo a pesquisa, destes, 18,6% convivem com a insegurança grave⁷ no Brasil.

A perda de autonomia do trabalhador que se viu subjugado a todas as formas de trabalho e exploração para sobreviver apresenta-se, há algum tempo, como uma necessidade da produção no mundo capitalista, como afirma o sociólogo Ricardo Antunes.

A tese de que a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou part-time, terceirizado, que são em escala 120 crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista. (ANTUNES, 2015, p. 10)

Faz-se necessário uma organização articulada entre trabalhadores, partidos trabalhistas de esquerda, associações e instituições comunitárias e o povo organizado para repensarem o projeto social capaz de conceber novos rumos para as questões que afligem os trabalhadores, com a inserção do mundo digital em curso desde o início do século XXI, intensificado com a pandemia, a situação poderá piorar.

Essa exploração trabalhista ocorre também com os docentes por ocasião do trabalho temporário, como horistas pela CLT, substitutos quando são convocados para trabalhar por períodos curtos, tirando licença médica de professores efetivos.

Muitos desses professores temporários sofreram pressões, tiveram sua carga horária ampliada pelo trabalho virtual via *Whatsapp*, sem reajuste remuneratório e sem chance de reivindicar seus direitos através dos sindicatos da categoria que foram silenciados sob a ameaça de terem seus salários descontados. Outros ainda, tiveram o prazo do contrato expirado durante

⁷ Quando há escassez de alimentos para todos os indivíduos de uma família, chegando até mesmo à condição de fome. (www.brasilecola.uol.com.br/2022)

a pandemia e não foram renovados. É importante salientar que os professores efetivos também sentiram os impactos na carga horária e na pressão psicológica em virtude das mudanças no formato virtual das aulas.

3.3 O trabalho docente

O trabalho docente, de um modo geral, sugere, na compreensão do senso comum, que essa é a profissão que tem por finalidade ensinar algo a alguém com a intenção de educar para promoção pessoal e profissional. No entanto, a lei de diretrizes e bases da educação brasileira Lei 9394/96 traz no Art. 13º a seguinte definição sobre o trabalho ao qual o professor(as) devem incumbir-se:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. BRASIL (1996).

Com a Lei 9394/96, o conceito e a finalidade do termo trabalho sofreram modificações ao longo dos anos, a exemplo do trabalho docente que assumiu funções e responsabilidades de infundir no estudante princípios para a formação do caráter social, moral e ética do cidadão.

Com as mudanças determinadas pelas exigências do mercado e da produção, a instituição família, que aos poucos cedeu lugar a instituição escola na função de educar os filhos, colocou o professor na função de ‘transformador social’, em função de demandas capitalistas, desviando dos pais trabalhadores que precisam vender sua mão de obra para se adequar ao modelo trabalhista capitalista, a responsabilidade de educar.

Para Oliveira (2010) “trabalho docente não se refere apenas à sala de aula ou ao processo de ensino formal, pois compreende a atenção e o cuidado, além de outras atividades inerentes à educação”. Ao docente, cabe a função de orientar os estudantes para a vida.

Sobre a construção da identidade docente Pimenta (1999, p. 5) aponta que ela:

[...] se constrói, pois, a partir da significação social da profissão, da revisão constante dos significados sociais da profissão, da revisão das tradições [...] Constrói-se, também, pelos significados que cada professor, enquanto ator e autor, confere à atividade docente em seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida o ser professor. Assim como a partir de sua rede de relações com outros professores, nas escolas, nos sindicatos e em outros agrupamentos.

Assim, as relações sociais definem a construção da identidade do professor, a partir das relações tecidas com os alunos, família, gestores, intermediada através do diálogo e das interações midiáticas exigida pelo mundo digital. É importante ressaltar que não é somente o trabalho docente que contribui para a formação dos estudantes. O trabalho pedagógico também está presente contribuindo na produção do conhecimento.

Ressaltamos que tanto o trabalho docente quanto o pedagógico são necessários, se complementam em justaposição ao projeto educacional. O primeiro se refere ao ato em si de executar a proposta pedagógica e pode ser desempenhado por profissionais ligados à educação, cultura ou qualquer outra área que proponha a construção de uma proposta educativa para a formação e produção do conhecimento.

No trabalho pedagógico, existe a intenção de executar projetos para a produção do conhecimento, embora este seja afetado pelas questões que afligem as sociedades contemporâneas com a intensificação da exploração, flexibilização e precarização laboral docente em virtude da crise capitalista.

O protagonismo do trabalho docente e pedagógico com o ensino remoto foi de suma importância na travessia da pandemia do coronavírus, revelando que os pais e a sociedade de um modo geral reconheceu a importância da função dos professores nesse período de grandes dificuldades. A pesquisa feita do Instituto Península em parceria com o Instituto de Inteligência em Pesquisa e Consultoria - IPEC (ex-Ibope), intitulada “Percepção da população brasileira sobre a profissão professor,” em outubro de 2022, destaca que:

98% dos brasileiros acreditam que os professores são capazes de transformar vidas e que, para 76%, os professores brasileiros são competentes. Contudo, 72% reconhecem que a profissão docente não é valorizada quando comparada com outras como médicos, engenheiros e advogados, sendo que 74% acreditam que seja tão ou mais difícil ser professor. Além disso, apenas 20% da população acredita que os professores tenham melhores condições de trabalho do que outras profissões.

O reconhecimento do bom desempenho do professor pela sociedade durante a pandemia é importante para fortalecer a confiança e estreitar laços de amizade entre o professor e a família

do alunado. O processo educacional necessita da parceria família e escola para obter êxito, necessita de um esforço de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

É mister saber que o fomento de políticas públicas de valorização profissional docente e formação inicial e continuada são prerrogativas necessárias para a qualidade do ensino que requer qualificação do professor.

No tocante a formação de professores, existe uma visão reducionista de modelos estanques que acreditam serem suficientes para o processo formativo dos docentes e seu desempenho em sala de aula, seja pela desvalorização ou descontinuidade da pesquisa.

A formação do professor, por sua vez, dar-se-á pela observação e tentativa de reprodução dessa prática modelar; como um aprendiz que aprende o saber acumulado. Essa perspectiva está ligada a uma concepção de professor que não valoriza sua formação intelectual, reduzindo a atividade docente apenas a um fazer, que será bem-sucedido quanto mais se aproximar dos modelos que observou. Por isso, gera o conformismo, é conservadora de hábitos, ideias, valores, comportamentos pessoais e sociais legitimados pela cultura institucional dominante (PIMENTA; LIMA, 2006, p. 8).

Ao que parece existe resistência em mudar o modelo mais tradicional de ensino cujas origens se apresentam desde a formação inicial e se perpetua na formação continuada, disseminada ao longo da vida profissional docente, fomentando a reprodução de um modelo que favorece aos mercados educacionais.

Para Moura (2014, p.34), o “trabalho docente ocorre no marco das relações capitalistas de produção como os demais trabalhos existentes sob este modo de produzir a vida”. Portanto, o professor, enquanto trabalhador, educa, produz conhecimento científico e tecnológico, pode contribuir para contestar o próprio sistema capital.

O trabalho docente tem especificidades que vão além da produção, é considerado trabalho imaterial, pois não se separa o trabalhador do produto do seu ofício (KUENZER, 2011). É também de certa forma autônomo, apesar das pressões a ele imputadas pelos modelos de ensino feito sob medida para atender o sistema político e econômico vigente.

Saviani (2011, p. 431) alerta para o desvio difundido sobre os objetivos do trabalho docente para um dos pilares da educação que indica desvio da função docente no processo de ensino aprendizagem para a emancipação do estudante.

O lema “aprender a aprender”, tão difundido na atualidade, remete ao núcleo das ideias pedagógicas escolanovistas. Com efeito, deslocando o eixo do processo educativo do aspecto lógico para o psicológico; dos conteúdos para os métodos; do professor para o aluno; do esforço para o interesse; da disciplina para a espontaneidade, configurou-se numa teoria pedagógica em que o mais importante não

é ensinar e nem aprender algo, isto é, assimilar determinados conhecimentos. O importante é aprender a aprender, isto é, aprender a estudar, a buscar conhecimentos, a lidar com situações novas. E o papel do professor deixa de ser o daquele que ensina para ser o de auxiliar o aluno em seu próprio processo de aprendizagem (SAVIANI, 2011, p.431).

Para atuar na perspectiva da transformação social, o professor deve ser um intelectual que domine seu campo científico específico, os saberes inerentes ao ato de ensinar e tenha o comprometimento ético-político com a classe trabalhadora à qual ele pertence, em outras palavras, que tenha consciência de classe.

O professor precisa ter ciência da importância de sua função, da incompletude de sua formação, da relativa autonomia que possui, de sua intelectualidade e, sobretudo, do comprometimento com a ética e do desafio para o enfrentamento das forças capitalistas em busca de uma educação conscientizadora e emancipadora.

É isso que se espera dos profissionais da educação. Faz-se império para Moura, (2014, p. 43) “contribuir para a institucionalização de uma política educativa pública nessa esfera educacional, pautada pela perspectiva da formação humana integral”. Compreendendo seu campo de atuação, o docente mormente o de educação profissional precisa ter uma posição contra hegemônica colaborando sobretudo na construção e materialização de políticas públicas na EPT, que favoreçam a implementação de uma educação para o trabalho e para a vida, observando as transformações ocorridas nas relações sociais e econômicas.

O trabalho docente se apresenta permeado de responsabilidades que vão para além do ensinar. Ao professor, são exigidos conhecimentos no campo dos saberes, habilidades para criar condições favoráveis à aprendizagem do aluno.

Ao longo do tempo, com as reformas educacionais, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da educação (1996), resoluções, decretos que resultaram na Base Nacional Comum Curricular - BNCC, se apresentam-se como políticas públicas educacionais implementadas com o objetivo de aprimorar a qualidade da educação no Brasil. No entanto, é importante ressaltar que esses atos normativos se alinham ao atual momento político e econômico, com o intuito de atender aos interesses dos governos e seus aliados, delegando a segundo plano os interesses educacionais.

Essa prática em atender os interesses governamentais e organismos internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico –OCDE, em troca de financiamento na área educacional no mundo exige, em troca, mudanças de cunho ideológico nos países neoliberais com recomendações de reformas e ações que se alinhem aos interesses econômicos.

Essas alterações para atender organismos internacionais pode ser a oportunidade para a adoção de políticas públicas para educação. As falhas verificadas durante a formação docente inicial, sobretudo no tocante ao currículo, dá “a ideia de que o conteúdo prevalece sobre as metodologias de ensino e na dissociação dessas metodologias dos conteúdos curriculares” como afirma Bernadete Gatti em entrevista à revista Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo FAPESP, em maio de 2018.

Nessa perspectiva, a formação docente e a educação perdem muito porque fica a ideia de que, para ser professor, precisamos apenas de conhecimentos específicos sobre determinada área de atuação, relegando a segundo plano as práticas e ações pedagógicas que tem caráter de contextualizar o conhecimento para que o estudante se perceba no contexto social no qual está inserido.

Essa prática é muito comum, sobretudo nas licenciaturas que seguem os atos normativos aprovados, sem contudo propor um debate amplo com a sociedade civil, conselhos educacionais e universidades sobre a formação docente em suas licenciatura. Esses atos normativos se apresentam como políticas de governo e duram sempre mandatos de determinados grupos políticos no poder, enquanto deveriam ser políticas públicas de estado, visando atender a população de forma igualitária, considerando a diversidade territorial brasileira. Ao que parece, atende, em última instância, segmentos políticos e econômicos da sociedade.

As mais recentes Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN – para a formação de professores, a base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica – BNC-Formação – divulgadas pela Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, publicadas apenas em 10 de fevereiro de 2020 e republicadas com retificações em 15 de abril de 2020. (BRASIL, 2020).

A resolução nº 2 de 20 de dezembro de 2019, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). São dois atos normativos importantes para a educação, vinculados em um só documento.

Enquanto a Resolução CNE/CP nº 2 de 2015 trazia em seu bojo referências de uma formação docente cidadã e democrática, tendo a educação como um bem comum de forma universalizada, a Resolução nº 2 de 20 de dezembro de 2019 mostrou se mais conservadora e retrógrada de caráter técnico e polivalente ao condensar componentes que inexisteriam na LDB de 1996.

A Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação

pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. A proposta da Resolução de 2019, que a princípio visava revisar e atualizar a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, entretanto, na prática trouxe em seu bojo um documento cujo teor revoga sua totalidade.

De acordo com a redação da Resolução nº 2 de 20 de dezembro de 2019 a formação inicial e continuada deve ser baseada em três dimensões: conhecimento, prática e engajamento. O conhecimento está relacionado ao domínio dos conteúdos. A prática refere-se a saber criar e gerir ambientes de aprendizagem, que diz respeito ao comprometimento do professor com a aprendizagem e com a interação entre os colegas de trabalho, as famílias e a comunidade escolar. (BRASIL, 2019).

No tocante à competência, ao conhecimento, à prática e ao engajamento atribuído ao professor, percebemos retrocesso nos processos de ensino com práticas tradicionais ao valorizar a repetição, memorização de conteúdos e reprodução de conhecimentos.

De acordo com Rodrigues; Pereira e Mohr (2021, p. 20),

As referidas ideias (contidas na BNC-formação) dificultam as possibilidades para que os/as docentes desenvolvam algum trabalho que não seja apenas braçal, um trabalho que seja estranhado de suas vivências do cotidiano, problematizado e teorizado. (...) a BNC-Formação contraria o disposto na Constituição em no mínimo dois aspectos: a finalidade da educação no Brasil e o princípio da liberdade da autonomia universitária.

As autoras alertam para a ausência de autonomia dos professores em relação a sala de aula e a inconstitucionalidade do documento que fere o artigo 205 da Carta Constitucional vigente no tocante à promoção da educação. Na BNC-Formação, essa responsabilidade é atribuída ao professor.

Com as mudanças verificadas nas últimas décadas do século XXI, a inserção das tecnologias determinadas pelas exigências do mercado e da produção, a instituição família que aos poucos cedeu lugar à instituição escola na função de educar seus filhos, promoveram transformações no modo de ensinar e educar as novas gerações.

Com a ausência cada vez mais escassa da família no acompanhamento do estudante na escola e as mudanças nas políticas públicas em função de demandas capitalistas provocando desemprego e informalidade para a sobrevivência dos pais trabalhadores que precisam vender sua mão de obra para se adequar ao modelo trabalhista capitalista, a responsabilidade de educar os filhos ao que parece se tornou missão da escola e por consequência do professor. O “trabalho docente ocorre no marco das relações capitalistas de produção como os demais trabalhos existentes sob este modo de produzir a vida”. Moura (2014, p.34).

O professor, enquanto trabalhador, educa, produz conhecimento científico e tecnológico, pode e deve contribuir para contestar o próprio sistema capitalista, apesar das pressões imputadas ao professor pelos modelos de ensino feito sob medida para atender ao sistema político e econômico vigente.

Sobre a importância do trabalho docente, (MOURA, 2014; KUENZER, 2011), são taxativos em afirmar que diante da realidade de exploração em que nos encontramos, a transformação só será possível formando consciências capazes de compreender criticamente as relações capitalistas com o objetivo de suprimi-las.

Para tanto, o professor precisa ter consciência da necessidade de buscar formação para o enfrentamento das adversidades para o enfrentamento do sistema com suas políticas públicas de ensino voltadas exclusivamente para o mercado de trabalho, com vistas às demandas mercadológicas.

Para atuar na perspectiva da transformação social, o professor deve ser, necessariamente, um intelectual que domine seu campo científico específico, os saberes inerentes ao ato de ensinar e tenha o comprometimento ético-político com a classe trabalhadora, à qual ele pertence. (MOURA, 2014, p. 36). Precisa ter ciência da importância de sua função, da incompletude de sua formação, da relativa autonomia que possui, sua intelectualidade, da necessidade de formação contínua.

A mudança está relacionada com o comprometimento ético que se apresenta como um grande desafio no enfrentamento das forças capitalistas. Para tanto, precisamos trabalhar com os estudantes a ideia de que a realidade social na qual estão inseridos, pode ser transformadora com a aplicação de políticas públicas educacionais e sociais consistentes, entendendo que as “relações sociais e a vida dos homens” Marx e Engels, (2017, p. 38) estão intrinsecamente relacionadas e que faz-se necessário uma tomada de consciência e ação.

É isso que se espera dos profissionais da educação profissional. Para Moura (2014, p. 43) “contribuir para a institucionalização de uma política educativa pública nessa esfera educacional, pautada pela perspectiva da formação humana integral”. Compreendendo seu campo de atuação, o docente de EPT, precisa ter uma posição contra hegemônica, colaborando sobretudo na construção e materialização de políticas públicas, que favoreçam a implementação de uma educação para o trabalho e para a vida, observando as transformações ocorridas nas relações sociais e econômicas.

Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política, Ciavatta (2005,

p. 85). Formar cidadãos emancipados exige trabalho, comprometimento do professor com a formação cognitiva, moral e sobretudo com a luta por políticas públicas que contribuam para atender as múltiplas feições da sociedade.

Para Ciavatta (2013, p. 5) “O trabalho docente situa-se na lógica da educação, do tempo longo das atitudes e comportamentos, da vocação científica da universidade que requer a reflexão e a maturação dos conceitos e das análises”. O trabalho docente não pode ser colocado no mesmo patamar das demais profissões, por se tratar de uma profissão específica que requer habilidades e conhecimentos construídos permanentemente pela pesquisa, pelas relações sociais e humanas, nunca pelo treinamento.

3.4 O trabalho docente e o ensino remoto durante a pandemia

Mediante o cenário de crise social e sanitária sem precedentes na história brasileira, as escolas orientadas pelas autoridades educacionais de seus estados e/ou municípios adotaram de forma emergencial, o ensino remoto a princípio, posteriormente remoto e/ou ensino híbrido. Tal sistema de ensino revelou que o vírus ao atingir a todos indistintamente, afetaria desigualmente os menos favorecidos.

As lacunas e o abismo social demonstraram com a adoção do ensino remoto emergencial, a inviabilidade do modelo em muitas escolas nos rincões do país, pois não oferecem qualquer estrutura básica para implementar um projeto que envolva a utilização de tecnologias, resultou na exclusão do direito do aluno à educação e, do professor, ao trabalho.

A ausência de planejamento somado a intensa troca de ministros na pasta da saúde no momento crucial da pandemia foram fatores que inviabilizaram a condução de projetos e políticas públicas que norteariam gestores estaduais e municipais, que precisaram adotar medidas sanitárias e políticas administrativas, sancionando decretos com providências cabíveis e necessários ao momento de crise sanitária.

No âmbito educacional, coordenadores e professores precisaram se reinventar para amenizar os prejuízos na aprendizagem dos estudantes, cujo ano letivo se encontrava em curso desde meados de 2020. A tarefa se apresentou com um desafio: assumir a responsabilidade de encarar o ensino no formato remoto diante do isolamento social, sem qualquer suporte em meio à efervescência e comoção social, diante da perplexidade da população.

Muitos foram os transtornos causados com o *lockdown*, a ausência de tutela dos governos em relação a formação de profissionais no tocante ao uso de tecnologias educacionais, investimentos em equipamentos tecnológicos, aumento de horas trabalhadas e com as múltiplas

funções assumidas. Essas exigências expuseram o professor no exercício da função ao aderir às mudanças instantâneas de cunho pedagógico-tecnológico.

Essas práticas adotadas a curto prazo representaram transtornos para os professores de ordem econômica, social e pessoal. O modelo remoto, em substituição ao quadro e pincel pelos aplicativos, ocorreu a princípio, sem qualquer estratégia ou planejamento para atender o ‘novo’ sistema ultra rápido, característico no mundo tecnológico que se apresentava.

Transformar sua casa em sala de aula implicou em mudanças drásticas que geraram impactos profundos no profissional e na vida familiar, causou adoecimento físico e psicológico em virtude do medo do vírus e das perdas familiares, do uso das ferramentas, das incertezas surgidas durante o período de pandemia.

Para além das dificuldades apresentadas com o uso das ferramentas de inovação tecnológica, os profissionais da educação sofreram com os efeitos das mudanças no exercício da função, com o isolamento e distanciamento social, pressão, angústias, medos de não conseguir cumprir as demandas apresentadas. Todas essas inquietações vividas juntamente daquelas noticiadas diariamente pelos meios de comunicação dando conta do caos instalado nos hospitais e na vida das pessoas.

Os desafios pessoais e profissionais vividos pelos trabalhadores refletem nas estatísticas que, apesar de incipientes, são alarmantes e apontam que toda essa agitação provocou nos professores sequelas em consequência do estresse, cansaço físico e mental trazidos pelo isolamento social e a insegurança promovidas com o uso do modelo remoto durante a pandemia. Um estudo parcial da Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG, publicado pelo G1 em 2020 no auge da pandemia, apontou que 69% dos professores da educação básica declararam ter medo e insegurança. (G1, 08/07/2020).

A pesquisa, intitulada: a situação dos professores no Brasil durante a pandemia, realizada em maio de 2020, via questionário *on line* que se encontra disponível no site da Revista Nova Escola com cerca de 10 mil professores, cuja maioria são docentes da educação básica de todos os estados da federação e do distrito federal, apresentou estatísticas preocupantes em relação a saúde dos professores. Um trecho com alguns indicadores apresentados a seguir revelam problemas de saúde intensificados com a pandemia do coronavírus:

A ansiedade afeta 68% dos educadores. Além disso, 28% deles afirmaram sofrer ou já ter sofrido de depressão até o período da pesquisa. Os problemas de saúde mais relatados pelos educadores foram: estresse e dor de cabeça (63%), insônia (39%), dores nos membros (38%). (NOVA ESCOLA, 2020)

São índices preocupantes que demonstram a necessidade de um estudo sobre a saúde e a condição em que se encontram os professores sequelados, a fim de cuidar da saúde desses profissionais e ajudar no retorno à sala de aula e ao ensino presencial.

O trabalho domiciliar exigiu dedicação para além da carga horária regular no exercício da função em detrimento do repouso e da privacidade domiciliar. Ao se reinventar para “salvar” o ano letivo, o professor assumiu atribuições que foram muito além da docência em meio às ambiguidades. O papel desempenhado pelos profissionais da educação durante a pandemia, assume importância singular ao atender a nova configuração remota, bem como no suporte aos alunos e a família. Sobre isso, o Instituto Península no período de agosto e novembro de 2020, concluiu sobre a importância da manutenção e criação de vínculos com as famílias que:

Durante toda a pandemia, os profissionais da educação, especialmente o professor, ocupou um papel fundamental não só para seus alunos, mas também para a família dos estudantes, que agora acompanham de perto a complexidade de lecionar e a importância do educador para a aprendizagem.

Os professores tiveram que enfrentar muitos desafios durante o trabalho remoto, que se transformaram em aprendizagem para a vida profissional e pessoal. “É preciso aprender a enfrentar a incerteza, já que vivemos em uma época de mudanças em que valores são ambivalentes, em que tudo é ligado” (MORIN, 2007, p. 84). A força e a coragem do professor se fez presente. Seria o professor, durante a pandemia, o redentor da educação ou seu próprio algoz?

É importante salientar que, durante todo o processo de implantação do sistema remoto nas aulas, o professor não foi convidado ou consultado em nenhum momento para dialogar sobre a implementação do formato de ensino remoto, mesmo diante do protagonismo ao assumiu as responsabilidades e os desafios que se apresentavam a nova configuração laboral e suas adversidades. A ausência do debate entre gestores e professores coloca “praticamente toda a capacidade de determinar os fins do seu trabalho” (SILVA, 2015, p. 85), tirando a autonomia e a importância da função docente. Essas atitudes desvalorizam e desqualificam o trabalho docente.

3.5 O protagonismo docente durante a pandemia: desafios futuros à profissão

O protagonismo docente, ao enfrentar os desafios impostos pelo modelo remoto, refletidos na gráfico abaixo desenvolvido pelo Instituto Península em 2020, no auge da pandemia, que demonstram os desafios enfrentados pelo professor.

Figura 3 - Principais desafios do ensino remoto segundo os professores



Fonte: Instituto Península (2020)

Ao professor, coube a provocação de tornar igual uma situação de extrema desigualdade, ao conduzir um processo que exigiu a aplicação de tecnologias, quando muitos não a possuíam, nem mesmo o acesso à internet ou equipamentos básicos para a promoção das aulas remotas.

O professor teve que ressignificar conceitos e atitudes, a fim de atender e minimizar as perdas daqueles que já vivem em situação de exclusão social e tecnológica. Apesar desse enfrentamento paliativo, é importante compreender que professores não são redentores da educação, e que é responsabilidade do Estado garantir a educação que é direito assegurado na Constituição.

As demandas imediatistas do sistema ‘on line’, as condições de trabalho inadequadas com a sala de aula ‘provisória’, atendimento a questões organizativas, planejamento de aulas e o ensino remoto em si, além do medo do vírus da Covid 19 e suas implicações têm levado os docentes ao desgaste físico, emocional e psicológico. Essa exaustão trouxe consequências e trouxe danos que resultaram no esgotamento da saúde. (Alessi *et al.* 2020). O enfrentamento à pandemia não ocorreu somente nos espaços hospitalares, mas em cada residência de um professor que a transformou em sala de aula.

A extensão territorial e a diversidade cultural brasileira se apresentam também como uma dificuldade na adoção do ensino remoto, pois exige maior empenho e trabalho do professor na tentativa de atender estudantes em situação diferenciada. O sistema de ensino remoto relativizou e ignorou as desigualdades sociais ao tratar escolas, professores e estudantes como se todos tivessem o mesmo acesso e possuíssem as mesmas condições e desconsiderou as imensas cisões que dividem a sociedade.

É uma falácia a ideia de que a internet e as inovações tecnológicas são acessíveis a todos. Durante a pandemia do coronavírus, pudemos constatar que alunos e professores enfrentaram grandes desafios, dentre eles: a limitação e/ou ausência de acesso ao ciberespaço, realidade desvelada em virtude da adoção de aulas virtuais, comprovando a exclusão digital da população menos favorecida.

Pesquisa feita em três etapas no período de março a novembro de 2020 pelo Instituto Península, apontou que os estudantes mais pobres ficaram para trás por terem mais dificuldade para estudar em casa. A ausência de equipamentos, internet, local adequado em casa são algumas causas que impossibilitaram a aprendizagem durante as aulas remotas. A mesma pesquisa revelou que 84% dos professores brasileiros se sentiam despreparados para assumir o ensino remoto. Mesmo com a rotina das aulas virtuais durante a pandemia do coronavírus, 88% desses profissionais nunca tinham ministrado aulas remotas.

É fato que, durante o ensino presencial, muitos profissionais não utilizavam computadores e ferramentas digitais em suas aulas, seja porque não dominavam as ferramentas tecnológicas, por não terem sido capacitados para o manuseio das ferramentas, plataformas digitais, ou por não disporem de equipamentos que pudessem reproduzi-las. Isso gerou um abismo revelando as diferenças entre os que usam equipamentos e os que não utilizam, provocando constrangimentos e o apartheid⁸ digital entre professores.

⁸ A palavra apartheid significa separação. O termo apartheid digital significa o enorme abismo entre as pessoas que tem e as que não tem acesso as tecnologias da informação e comunicação.

É intrigante a ausência do professor no debate sobre a implantação do modelo remoto, como assusta pensar que seus pares sejam seus algozes, assim como causa estranheza que aquela que deveria ser a categoria mais barulhenta na luta e nas reivindicações trabalhistas esteja silenciada.

Teria a educação sido sequestrada pelo estado e por grupos voltados para a mercadologização educacional? Parece-me tão clara a coerção velada que se abate sobre aqueles que fazem a educação em um momento de pandemia. Choca profundamente que isso aconteça abertamente sob o olhar inerte daqueles que deveriam defendê-la frente aos processos que a deterioram.

3.6 Precarização, Flexibilização e Exploração Laboral: processos intensificados no contexto da pandemia

Vivemos um momento em que as mudanças acontecem rapidamente, as notícias e acontecimentos são anunciados em tempo real propiciados pelos recursos e inovações tecnológicas. Com a pandemia do coronavírus, esse processo acelerou e determinou novas nuances que passaram a deliberar sobre regras em todos os setores, notadamente o educacional com a adoção do sistema remoto que trouxe profundas transformações para o ensino e a forma de ensinar.

Verificamos tais transformações com a chegada do século XXI que trouxe, em seu bojo, desafios que exigem das sociedades modernas; dinamismo e tecnologia, para ressignificar paradigmas e conceitos, como sugere Nóvoa em relação a profissão docente:

Nas sociedades contemporâneas, o prestígio de uma profissão mede-se, em grande parte, pela sua visibilidade social. No caso dos professores estamos mesmo perante uma questão decisiva, pois a sobrevivência da profissão depende da qualidade do trabalho interno nas escolas, mas também da sua capacidade de intervenção no espaço público da educação. Se os programas de formação não compreenderem esta nova realidade da profissão docente passarão ao lado de um dos principais desafios deste princípio do século XXI. (NÓVOA, 2009, p. 44).

É preciso compreender que as mudanças que se apresentam no âmbito educacional envolvem essencialmente as complexas relações sociais e, por consequência, as relações humanas. Aperfeiçoar práticas, buscar novos conhecimentos através das formações profissionais, são ações imprescindíveis para o desenvolvimento do trabalho docente que é uma

atividade de interações que acontecem em vários contextos, notadamente na educação assentada primordialmente nas relações humanas.

Sobre os ‘modelos’ adotados acerca do trabalho atualmente, (Antunes, 2011), afirma que as contradições apresentadas na sociedade, no setor econômico, nas relações trabalhistas capitalistas, adquiriram novas feições com o trabalho intermitente, parcial, temporário, precário que resulta na terceirização dos trabalhadores, intensificado com a pandemia nos últimos anos, deixando clara as múltiplas formas de exploração do trabalhador.

Dentre as terminologias usadas para nominar as categorias surgidas com a inserção das tecnologias nos primeiros anos no século XXI e com as mudanças nas leis do trabalho e sobretudo nas relações trabalhistas, pois “na medida em que são precarizadas as relações de trabalho, degrada-se também o próprio trabalho docente” (FERREIRA *et al*, 2015, p. 11) estão os infoproletários, (ANTUNES & BRAGA, 2009) uma categoria profissional que se utiliza da tecnologia para exercer seu trabalho.

Com a intensificação do uso de tecnologias, os dispositivos usados como ferramentas para o trabalho como; *internet, smartphone, tablet*, aplicativos, plataformas digitais passaram a ser utilizados em grande escala como ferramenta de trabalho. A propagação do infoproletário ganhou força com a Lei 13.467/2017 ou Lei da reforma trabalhista, sancionada pelo então presidente da república Michel Temer, isentando os empregadores das obrigações trabalhistas e resultando num enorme retrocesso ao alterar a CLT.

Esses trabalhadores estão presentes no cotidiano das pessoas através dos aplicativos para transportes de passageiros seja moto ou carro, entregas de mercadorias, comidas, no *call center*, são responsáveis pelos custos do transporte com manutenção, seguro, limpeza e combustíveis, muitos chegam a trabalhar até 18 horas por dia para cobrir os custos e a porcentagem da empresa na qual é cadastrado, como as grandes plataformas digitais: *Uber, 99, iFood, Rappi*, entre outras.

Enfim, são trabalhadores que, na prática, regrediram ao período da revolução industrial no século XVII, trabalhando sob a exploração do capitalismo de plataforma para atingirem suas metas. Em outras palavras, esse modelo que adota a virtualidade, transforma os trabalhadores em escravos digitais (ANTUNES, 2018), sem dia e horas para o labor, desregradamente a fim de cumprir uma meta.

Para além do excesso de horas trabalhadas diariamente para cumprir a meta, está a ausência de qualquer garantia ou direitos trabalhistas que assegure ao “colaborador”, “autônomo”, ou ainda o “empreendedor” qualquer benefício trabalhista. Essas são expressões muito utilizadas, mas que trazem em si a marca da exploração e da precarização.

Apesar de trabalhar para grandes empresas digitais, essa condição de colaborador tira-lhe entre outras prerrogativas citadas, o direito de reclamar, de se rebelar ou fazer greves contra os abusos, a precarização e a exploração laboral à qual é submetido. A reforma trabalhista de 2017 legitimou aos empregadores o direito de não dá direito aos seus empregados.

Os infoproletários não são propriamente uma categoria de trabalhadores tão recente, eles já existem há pelo menos uma década. O processo de uberização do trabalho iniciou nos Estados Unidos da América - EUA em 2009, disseminado pelo mundo. No Brasil desembarcou em 2014. Em entrevista ao jornal Estado de São Paulo em 12 de outubro de 2009, Ricardo Antunes afirmou.

O operador de telemarketing é a expressão mais completa de infoproletário. Um trabalhador sob controle absoluto. Ele fica isolado em baias de modo que não converse com o colega do lado, tem tempo contado para ir ao banheiro, é punido se não cumpre metas e, como na indústria fordista, faz um trabalho prescrito e repetitivo levado ao limite. Um quadro de sofrimento e sujeição totalitária.

Ainda na mesma seara, verificamos que as transformações ocorridas no mundo do trabalho, em decorrência da inserção das tecnologias de forma mais intensa no meio social desde o início do século XXI, provocaram alterações nas relações e na forma de trabalho, o que resultou na heterogeneidade, fragmentação e complexificação. (ANTUNES; ALVES, 2004).

A velocidade com que as mudanças ocorreram nas últimas décadas do século XXI, exigiram a substituição do trabalhador fabril pelo trabalhador digital, em virtude da demanda exigida pelo mercado *delivery*, expandindo o desemprego estrutural, atingindo o meio ambiente que se encontra em processo de degradação ambiental como afirma Antunes, (2011, p. 35):

Em meio a tanta destruição de forças produtivas, da natureza e do meio ambiente, há também, em escala mundial, uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que tem enormes contingentes precarizado ou mesmo à margem do processo produtivo, elevando a intensidade dos níveis de desemprego estrutural.

A mão de obra precarizada que está sendo absorvida pela demanda de serviços com a inserção das tecnologias no mundo do trabalho, para atender esse mercado ascendente e diversificado, tem abrangido mão de obra diversificada de mulheres, negros, índios, imigrantes entre outros que compõem uma massa de trabalhadores desempregados ou em desalento.

Por outro lado, temos a exploração dessa mão de obra precarizada complexa e diferenciada de trabalhadores sem quaisquer garantias trabalhistas asseguradas. Esse modelo de trabalho precarizado presente na sociedade moderna e tecnológica se apresenta como

trabalho autônomo e empurra os trabalhadores desempregados para a informalidade. Apesar disso, o trabalho precarizado, seja ele intermitente, autônomo ou informal, é uma alternativa para aqueles que se encontram sem qualquer perspectiva de trabalho formal ou no total desalento. Essa situação se apresenta como argumento e justifica a entrada de milhares de trabalhadores na informalidade.

No Brasil, o número de trabalhadores informais ultrapassa a marca de 39 milhões de pessoas, de acordo com pesquisa do IBGE feita no 2º trimestre de 2022. (IBGE, 2022). Essa estatística recorde, ainda segundo o Instituto, não ocorria desde 2015.

Segundo Soares (2020), o relatório da OCDE denuncia que:

O Brasil é o segundo país com a maior proporção de jovens entre 18 e 24 anos que não trabalham nem estudam, também conhecidos como “nem-nem”. A informação é do relatório *Education at a Glance 2022*, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) ...O País tem 35,9% dos jovens nessa situação, segundo o levantamento, o que é mais que o dobro da média dos países-membros da OCDE, que era de 16,6% em 2020.

Essa realidade é reflexo em parte pela ausência de políticas públicas comprometidas com o social, a educação e a cultura. Faltam projetos mais atrativos para a juventude nas escolas e nas comunidades onde vivem normalmente invadida pelo tráfico. Os jovens precisam de políticas públicas específicas para sua inclusão no mercado de trabalho e no mundo digital.

O contexto de crise econômica foi intensificado com a chegada da pandemia do coronavírus, pela ausência de gerenciamento das contas públicas, no setor econômico gerando inflação, desemprego e o aumento da fome no país. No âmbito político, reformas, a exemplo da trabalhista que contribuiu para o aumento da informalidade e subemprego entre outros atos normativos que flexibilizou medidas para beneficiar a elite capitalista, tomaram assento na cena política, deixando passar a “boiada” que pavimentou o caminho para o afrouxamento das leis que coíbiam o desmatamento e outras medidas que afetaria a população com os cortes nas verbas da saúde e educação.

É nesse contexto, antecedido pelo ‘golpe’ de 2016 quando a ex presidenta Dilma Rousseff foi retirada do poder e substituída pelo seu vice Michel Temer para liderar o processo de flexibilização das leis na esfera trabalhista com a retirada de mais de 100 itens da CLT alusivos aos direitos trabalhistas já garantidos, que ocorreu o desmonte de forma mais intensa.

No âmbito educacional com a reforma do ensino médio flexibilizando o ensino de disciplinas na área de humanas, no setor ambiental a Medida Provisória 759/2016, conhecida como Medida Provisória -MP da “Grilagem” que, dentre outros malefícios, privilegia a

especulação de terras, o desmatamento e prejudica a reforma agrária. Todas essas políticas citadas são parte do viés neoliberal que pavimentaram o caminho para o governo se isentar do seu papel de assegurar os direitos aos cidadãos.

Para Mészáros (2008), é papel da educação protagonizar uma grande transformação social que seja capaz de estabelecer a consciência crítica diante das instabilidades, social, trabalhista e sanitária.

A nossa época de crise estrutural global do capital é também uma época histórica de transição de uma ordem social existente para outra, qualitativamente diferente. Essas são as duas características fundamentais que definem o espaço histórico e social dentro do qual os grandes desafios para romper a lógica do capital, e ao mesmo tempo também para elaborar planos estratégicos para uma educação que vá além do capital, devem se juntar. Portanto, a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora (MÉSZÁROS, 2008, p. 76).

Assim, o trabalho docente é uma prática essencialmente social com o intuito de interferir e contribuir com a realidade da sociedade, por meio da escola para a construção das relações sociais. O professor não deve se desviar desse objetivo, apesar das dificuldades que se apresentam com as mudanças verificadas em sociedade, com a crise estrutural do capitalismo que afeta a escola e dificulta o processo de emancipação com a precarização do trabalho docente.

Segundo Pimenta e Lima (2006, p.11).

A profissão docente é uma *prática social*, ou seja, como tantas outras, é uma forma de se intervir na realidade social, no caso, por meio da educação que ocorre, não só, mas essencialmente nas instituições de ensino. Para melhor compreendê-la, necessário se faz distinguir a atividade docente como *prática* e como *ação*.

Penso que a precarização laboral é um processo que vem ocorrendo em todas as profissões e que se espalha para a escola, atingindo, é claro, o trabalho docente. O que ocorre, no entanto, é que a pandemia contribuiu para acelerar as estratégias já em curso, de subsunção dos trabalhadores as máquinas, agora, na velocidade da robótica, da microeletrônica.

Uma das formas de explorar o trabalhador, extrair mais valia é aumentando sua jornada de trabalho, para além do tempo necessário, (Marx 2013, p.223) situação vivida pelos professores durante a pandemia com o trabalho remoto que se apresenta com “fisionomia completamente alterada” (MARX, 2013, p. 383). Precisamos ter ciência que, na sociedade capitalista que vivemos, o projeto pedagógico atrelado ao projeto político visa atender a classe economicamente mais favorecida.

Os direitos trabalhistas atingidos pela reforma de 2017, alteraram significativamente a vida do trabalhador com a regulamentação do trabalho intermitente, uma forma perversa de exploração e precarização. Esse formato de trabalho explora o trabalhador e se caracteriza pela prestação de serviços, retirada de direitos, ausência de vínculos empregatícios. Trata-se de um contrato temporário em que o trabalhador recebe pelos serviços prestados em tempos alternados e descontínuo, embora haja obrigações para com o contratante.

Apesar da reforma trabalhista e a regulamentação do modelo de trabalho intermitente anteceder a pandemia, muitas empresas sob a alegação de dificuldades geradas com a crise econômica e legitimadas pela lei, adotaram-no. É uma forma de retirar direitos trabalhistas conquistados, acelerar a flexibilização e a precarização do trabalho.

Essa modalidade de trabalho obriga, de certa forma o trabalhador a buscar alternativas para complementar a renda para garantir a subsistência da família, assumindo as mais variadas formas em frentes de trabalho que resultam na “desumanização do processo de trabalho, no qual os trabalhadores ficam reduzidos quase que ao nível de trabalho em sua forma animal.” (BRAVERMAN, 1987, p. 104), seja pelo esforço físico, pela carga horária excessiva ou ainda pelo trabalho atemporal acentuado com o uso do ciberespaço.

No entanto, a retirada de direitos e vínculos trabalhistas que resulta na flexibilização e exploração laboral intensificada nos últimos anos, não é prerrogativa apenas de trabalhadores do setor de serviços, indústria e comércio. Na educação, é grande o número de professores contratados por tempo determinado o que tira a possibilidade dos professores se programarem a médio prazo pela interrupção dos contratos. Isso prejudica também o processo ensino aprendizagem pela interrupção dos projetos pedagógicos e dificultam as relações trabalho educação segundo Pires (2011, p. 91).

É oportuno destacar a precarização do trabalho docente, configurada por meio de contratos temporários, como um aspecto importante para a análise da relação trabalho e educação na sociedade contemporânea. Tal fato constitui, portanto, um agravante, haja vista as relações de trabalho dos professores se efetivarem via terceirização dos serviços.

De acordo com Moura *et al* (2021, p.70), no estado do Ceará, cerca de 65% dos professores que formam o quadro funcional em 2019, foram contratados temporariamente.

No Estado do Ceará, ancorados nas Leis Complementares nº 22 e nº 173, as quais regulam a contratação de professores temporários na Rede Pública de Ensino, atualmente já consta um total de pouco mais de oito mil professores temporários e

doze mil trezentos e noventa e quatro professores efetivos (SEDUC/CE, 2019), o que demonstra um avanço considerável dessas modalidades de contratação.

Os professores, sobretudo durante a pandemia do coronavírus, são vítimas dessa “nova” forma de exploração, aceleradas e avivadas com a adoção do ensino remoto e as desigualdades sociais expostas durante a pandemia.

As transformações políticas, econômicas e sociais que afetam a sociedade, tem alterado o trabalho docente com as modificações das leis trabalhistas, as exigências capitalistas em curso aceleradas com a pandemia. Essas mudanças podem acarretar problemas no campo educacional acentuando a flexibilização e precarização laboral do professor em curso, a exemplo do trabalho temporário, excesso de horas trabalhadas, ausência de formação, baixos salários, tudo isso no momento de grave crise sanitária que altera a vida profissional e abala profundamente o lado pessoal e psicológico.

Com as profundas e permanentes mudanças nas relações trabalhistas a exemplo da uberização do trabalho, que tem sido alternativa de sobrevivência para trabalhadores, incluindo o professor que precisa estar atento para tais mudanças que expropria os direitos trabalhistas e aprofunda a exploração laboral.

O professor precisa estar ciente e compreender que na sociedade capitalista que vivemos o projeto pedagógico está sempre atrelado ao projeto política para atender os anseios da sociedade. O projeto pedagógico é construído a partir do projeto capitalista, no entanto o professor tem que exercer sua autonomia e ter conhecimento sobre a legislação para atuar em prol de uma educação crítica e autônoma.

Assim, o trabalho do professor é fundamental para proporcionar ao estudante a apropriação da consciência crítica, da capacidade de compreender as implicações das relações capitalistas nas quais está inserido, despertando inquietações que gerem ações transformadoras. Para tanto, não basta somente o professor ter saberes cognitivos e/ou específicos das disciplinas que ministram, faz se necessário compreender a quem interessa o conhecimento gerado a partir do seu trabalho em sala de aula.

A multifuncionalidade assumida pelos docentes com as aulas virtuais refletiu no aumento da carga horária pelo acúmulo de função que o modelo remoto exige. Pesquisar, planejar, produzir aulas, editar vídeos, atender mensagens de alunos e pais no whatsapp, e-mail, participar de reuniões *on-line* com gestores escolares e pais de alunos foram atribuições agregadas a função docente que incidiu sobre um volume de trabalho equivalente a uma equipe

multidisciplinar. Essa carga de trabalho explora, precariza o trabalho docente e contribui para a descartabilidade do ser humano e desvalorização do trabalhador.

Governos simpatizantes de políticas neoliberais associadas e grupos com interesses capitalistas ligados à educação e às tecnologias encontraram no ensino remoto uma oportunidade para pôr em prática seu projeto de exploração. O período de pandemia serviu como uma espécie de laboratório para “experimentar” a aceitação do ensino remoto que, ao que parece, não encontrou resistência por parte das instituições, sindicatos, profissionais da educação, abrindo uma lacuna para o modelo deixar de ser emergencial e se tornar permanente e dominante.

A adoção do formato virtual, favoreceu o domínio e exploração rentável sobre o ciberespaço. Para Lévy (1999, p. 185) “o efeito espontâneo da expansão do ciberespaço é de aumentar as capacidades de controle estratégicos dos centros de poder tradicionais sobre as redes tecnológicas, econômicas e humanas cada vez mais vasta e dispersas.” Para ele, o ciberespaço está a serviço do grande capital, interessado nos lucros advindos com o crescimento vertiginoso das tecnologias digitais e seus equipamentos, mantendo o controle financeiro e social sobre a população de menor poder aquisitivo.

Com esse formato, o espaço para reverberar a precarização, a exploração e a flexibilização laboral do trabalhador, notadamente o professor de EPT, se tornou evidente. Segundo Saviani e Galvão (2021, p. 39), com o ensino remoto, o professor acabou “arcando com os custos e prejuízos de saúde física e mental decorrentes da intensificação e precarização do trabalho”.

Ao professor foi imputada a tarefa de ministrar aulas virtualmente, utilizando os próprios recursos financeiros para comprar equipamento adequados para as aulas remotas, arcar com os custos de energia, internet, aumento das horas trabalhadas exigidas pelo ‘novo’ formato, além do transtorno que foi transformar sua casa em sala de aula.

As dificuldades também foram vividas pelos estudantes, sobretudo os de periferias, cujas moradias são totalmente impróprias, desprovidas de espaços adequados para as aulas virtuais, por não possuírem acesso a equipamentos como computadores, celulares e internet que suportam aplicativos, vídeos, programas e plataformas digitais para assistirem aulas remotamente entre outras dificuldades.

Por se tratar de uma nova realidade no que tange o formato das aulas, mudanças de cunho comportamental em virtude do confinamento são percebidas, e por isso, entendemos que tais fatores podem representar danos à saúde do professor.

A reestruturação do trabalho docente, em circunstâncias de pandemia, aprofundou a intensificação e a precarização das condições de trabalho de professores(as) com relatos de vivências de sofrimento psíquico e sintomas de mal-estar, caracterizados por eles(as) como nervosismo, esgotamento mental, estresse, ansiedade, irritabilidade, depressão, medo, cansaço e perturbações do sono, como insônia ou sono que não é reparador. (SOUZA *et al*, 2021, p. 138)

Com a pandemia, o bem estar e a qualidade de vida dos trabalhadores e em especial dos professores, precisa ser repensada para a implementação de políticas públicas que valorize e promova ações para fortalecer professores em situação de vulnerabilidade.

Na seção seguinte, apresentamos o percurso metodológico da investigação e do produto educacional, explicitando o caminho trilhado na consecução de nossa pesquisa.

4 METODOLOGIA

Inicialmente, consideramos oportuno situar a compreensão de Gil (2008, p.17) sobre pesquisa, quando este afirma que “Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Nesse sentido investigaremos sobre o trabalho docente durante a pandemia e suas possíveis implicações no trabalho docente.

A pesquisa de caráter científico busca através de estudos, a apropriação de conhecimentos verificados através de processos já investigados anteriormente por outros pesquisadores, a fim de aglutinar novos saberes acerca de questões que estão em constante transformação. O trabalho e a educação são categorias cujas essências se baseiam nas relações humanas e por isso, sofrem constantes interferências em virtude das transformações que afetam a vida em sociedade, a exemplo da pandemia do coronavírus recentemente, ocasionando isolamento social, assim como do advento da tecnologia nas últimas duas décadas.

Com o trabalho coletivo e cuidadoso de pesquisadores é possível a coleta de materiais que mapeiam diversos estudos que servem de base para o processo de busca para outros estudiosos sobre determinado assunto e que pode ser arquivado nos meios impressos e mais recentemente em plataformas, repositórios eletrônicos com o advento da internet, com acesso público através para levantamento de dados.

Para Gil (2008, p. 55), “levantamento de dados é a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”. E esse é o nosso propósito, contribuir com dados que revelem como ocorreu o trabalho docente durante o período de crise sanitária com a adoção das aulas virtuais, em que o professor experimentou uma nova configuração que ganhou força e se instalou no cotidiano escolar, sem contudo oferecer condições materiais e estruturas mínimas para que esse processo ocorrerem sem prejudicar as metodologias e aprendizagens dos estudantes.

Atualmente, as novas tecnologias ganham um espaço cada vez maior na vida das pessoas, dando novas feições ao trabalho de um modo geral e, em especial, o docente que adquiriu novas atribuições exigidas em virtude do formato remoto adotado em meio à crise sanitária provocada pelo coronavírus. Esse período trouxe instabilidade social e grandes problemas de ordem econômica, política provocando transformações na vida em sociedade em virtude do avivamento de mazelas sociais como o desemprego, fome e o aumento da miséria entre os mais vulneráveis. No tocante à educação, configurou-se um novo momento no setor

educacional com o ensino remoto e a adoção de aula virtuais que interferiu no processo de ensino aprendizagem e por conseguinte nas relações trabalhistas.

Os reflexos e consequências trazidas com o ensino remoto adotado no cotidiano do professor encontrou fundamentação na teoria do materialismo histórico dialético marxista, ao se basear na ideia de que a organização da sociedade ao longo de sua história se faz conforme sua capacidade de produção e suas relações sociais de produtividade. Os escritos sobre a concepção materialista de Marx, (2010, 2013) explicam as alterações nas relações trabalhistas e como a exploração laboral e suas consequências presentes na vida do professor durante a pandemia se configuraram.

Os aportes de Antunes (2008; 2011; 2015; 2018), Mészáros (2008, 2011), Braverman (1987), Saviani (2007, 2011), pavimentaram a compreensão sobre a complexa teoria do materialismo histórico, mensurando suas transformações verificadas no mundo trabalho com o advento da tecnologia e consequentemente a exploração laboral e suas consequência sobre o trabalhador e o meio ambiente em processo acelerado de degradação.

Ciavatta (2005), Moura (2014), Kuenzer (2016), Oliveira (2020), Saviani e Galvão (2021), Magalhães *et al.* (2021), Menezes *et al* (2020), Zientarski *et al* (2021), Alessi *et al* (2020), colaboram com a pesquisa sobre o trabalho docente precarizado. Santos (2020), Colemarx (2020), artigos e relatórios de pesquisas atualizados, elaborado por universidades e instituições ligada a sindicatos como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação pela Universidade Aberta do Brasil– CNTE/UAB o Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais - GESTRADO/UFMG (2020), Artemisa Estudos em Psicologia, Saúde e Trabalho Ltda, (2021) e os órgãos oficiais como o IBGE são aportes para fundamentar o trabalho docente na pandemia da *covid* 19 e suas implicações na vida docente.

Documentos oficiais como a LDB 9394/96, Brasil (2008), Brasil (2022) e regulamentações expedidas durante a pandemia do coronavírus sobre fechamento das instituições de ensino, isolamento social e mudanças na legislação trabalhista, são referências recentes que norteiam os estudos sobre as consequências do trabalho docente durante a crise sanitária, além da notícia impressa e falada divulgada pelos meios de comunicação e mídias digitais que atualizaram as informações sobre a pandemia.

Esta pesquisa se classifica, quanto aos objetivos, como estudo exploratório e descritivo, e quantos aos procedimentos técnicos e operacionais se utiliza da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com abordagem qualitativa. Durante a investigação utilizamos como instrumentos para coleta de dados questionários produzidos pelo *google forms*, aplicados aos

professores de uma escola profissionalizante de Caucaia, sujeitos de nossa investigação, que busca identificar a exacerbação da exploração laboral dos docentes em tempos de pandemia, a partir da incorporação mais intensificada das novas tecnologias.

O estudo bibliográfico é definido como "o processo sistematizado, mediante o qual se pode conferir maior eficiência à investigação para em determinado prazo alcançar o conjunto das metas estabelecidas" (GIL, 2008, p.21). A pesquisa de caráter bibliográfico está ancorada em aportes de teóricos que abordam a temática sob olhar crítico, o que nos permite conhecer o assunto analisado sob várias vertentes, com base em estudos e pesquisas anteriores.

A pesquisa descritiva, tem por finalidade basicamente explicar a razão dos acontecimentos e especificar características de uma população ou fenômeno, a partir de um estudo empírico segundo Gil (2017). Esse tipo de pesquisa, busca levantar opiniões de um determinado grupo ou comunidade. Tem característica peculiar e primordial que é descrever o acontecimento usando como técnica a coleta de dados, visando descobrir relações entre as variáveis como a realidade do trabalho docente durante a pandemia com a adoção do ensino remoto.

A metodologia de cunho qualitativa, pressupõe verificar e interpretar aspectos mais profundos da complexidade do comportamento humano, [...] fornece análise mais detalhada sobre investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamentos” (MARCONI; LAKATOS, 2005, p. 269). Portanto, tomando por base os estudos sobre trabalho docente, a pesquisa se caracteriza como sendo de caráter descritivo visando examinar como se deu o trabalho docente intensificado pelos efeitos da pandemia da *covid 19*.

A abordagem de cunho qualitativo apresenta algumas características peculiares que permitirá compreender o trabalho docente com a adoção do ensino remoto durante a pandemia na totalidade do fenômeno, sem ideias preconcebidas por parte do pesquisador, valorizando a importância das interpretações do fenômeno pesquisado. Esse tipo de pesquisa ressalta o subjetivo para a compreensão e interpretação das experiências e organiza as informações narradas pelos sujeitos organizadamente de forma organizada e analisadas intuitivamente.

A coleta de dados foi feita por meio de questionários elaborados no *Google forms* para examinarmos se, com a adoção do ensino remoto, o trabalho docente apresentou novas configurações com as aulas virtuais baseadas nas vivências dos sujeitos da pesquisa ministradas no período de pandemia.

Apesar de se tratar de um tema atual, existe uma vasta literatura sobre a temática em estudo, em virtude da preocupação com os rumos tomados pela educação e o trabalho docente no momento atípico em que vivemos uma pandemia se fez presente em nosso cotidiano. Sua

abordagem se fez necessária para examinarmos como a crise do capitalismo em curso afetou as relações trabalhistas, aprofundada durante a pandemia do coronavírus, aumentando as desigualdades sociais e a exploração do trabalhador.

A pesquisa se divide em 5 capítulos. Iniciamos com a introdução abordando a temática: precarização do trabalho docente, sob a luz do materialismo histórico, sua importância para a categoria docente que atua no ensino público, seguida da justificativa, objetivos geral e específicos. No capítulo seguinte, apresentamos a revisão literária, contextualizando a abordagem das categorias educação e trabalho e suas configurações descritas em subseções designadas ao trabalho docente durante a pandemia do coronavírus e a EPT no Ceará. Discorreremos ainda sobre a flexibilização e exploração laboral, categorias que se aglutinam e se agudizam pelo fenômeno da precarização do trabalho.

No terceiro capítulo, apresentamos a metodologia apoiada nos aportes bibliográficos do próprio Marx, Mészáros, Antunes, Saviani, Oliveira, Moura, Santos, pesquisas em revistas como a Andes, Colemarx, reportagens de jornais de grande circulação, pesquisas levantadas pela CNTE/UAB, Artemisa, internet, todos analisados sob a luz do materialismo histórico.

No capítulo IV, descrevemos o caminho percorrido para a construção do produto educacional, o podcast: Voz docente. Nas subseções que seguem, analisamos os dados da pesquisa com os resultados do questionário enviado aos professores pesquisados. Por fim, a conclusão da pesquisa sobre o trabalho docente precarizado em tempos de pandemia e suas recomendações pertinentes.

Seguido dos capítulos descritos acima, seguem os apêndices com os instrumentais para a coleta dos dados e o Termo de Consentimento Livre Esclarecido -TCLE, bem como os anexos com registros pertinentes ao estudo pesquisado com pareceres e documentos relacionados à pesquisa.

4.1 Procedimentos metodológicos da pesquisa

Investigamos através de questionários utilizados para a coleta de dados, se com a adoção do ensino remoto durante a pandemia, o trabalho docente apresentou novas configurações que possam ter surgido nesse campo conflituoso e agravado pela realidade pandêmica com a adoção das aulas virtuais vivenciadas pelos docente pesquisados.

Após cumprir as orientações exigidas pelo Comitê de Ética e Pesquisa - CEP/IFCE e aprovar os questionários elaborados pela pesquisadora juntamente com o TCLE em 21 de abril

de 2022, um dia antes da qualificação do estudo pela banca examinadora, iniciamos a coleta de dados da pesquisa.

Seguindo a fundamentação proposta no estudo, elaboramos os materiais de coletas, (questionários *Google forms*), a partir de leituras do inquérito operário de Karl Marx de 20 de abril de 1880, para organizar as perguntas do primeiro questionário com base no materialismo histórico crítico, a pesquisa internacional promovida pela Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico–OCDE, sobre ensino e aprendizagem (TALIS) de 2020 que analisou as condições de trabalho dos professores no período de pandemia da *covid 19*.

A pesquisa feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, nos meses de janeiro a maio de 2021 intitulada: resposta educacional à pandemia de covid 19, contribuiu na elaboração das questões sobre avaliação do trabalho docente no período de pandemia.

A pesquisa considerou as regras e competências recomendadas pelo Comitê de Ética e Pesquisa através da Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde-CNS, observando o dispositivo que considera “que a ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos” (BRASIL, 2016). Ainda sobre a proteção e o respeito aos sujeitos da pesquisa o regimento interno do CEP, prima pela garantia “a defesa aos direitos e deveres atinentes aos participantes das pesquisas(...) Consoante os padrões éticos (...)” Mediante a avaliação de projetos envolvendo seres humanos submetidos à sua análise. (IFCE, 2015). Portanto é de suma importância assegurar aos participantes sua integridade física e moral, além da confiabilidade no pesquisador e no estudo.

Ao assinar o TCLE, o professor pesquisado teve garantias asseguradas para participar da pesquisa. Gil, (2008, p. 19), afirma que “qualquer empreendimento de pesquisa deve considerar os recursos humanos, materiais e financeiros necessários à sua efetivação”. Assim, asseguramos aos sujeitos da pesquisa: ausência de ônus financeiro, garantia de anonimato durante a pesquisa se assim o desejasse, abstenção caso se sentisse ofendido ou coagido com alguma pergunta do questionário que julgasse afetar sua honra ou dignidade, direito de desistência da pesquisa em qualquer etapa ou a qualquer tempo.

Consideramos que a pesquisa apresentou baixo risco para os sujeitos da pesquisa. Nesse sentido, uma de nossas preocupações foi elaborar instrumentos de coleta (questionários *Google forms*) com perguntas claras, objetivas e coerentes com o tema, levando em consideração o tempo de resposta que o professor levaria para responder.

No primeiro questionário, as questões foram distribuídas entre objetivas e subjetivas num total de 26 indagações, no total, para a primeira coleta, sendo 19 perguntas objetivas de múltiplas escolhas e 07 questões subjetivas. Entendemos que, por se tratar de questões na maioria objetivas, as dificuldades foram minimizadas pela clareza das perguntas com a intenção de facilitar as respostas.

Com a anuência do TCLE, pudemos iniciar as primeiras impressões sobre o estudo, afim de resguardar o elenco pesquisado na sua integridade física, ética e moral. Dessa forma, após essa etapa, visitamos oficialmente à Escola Estadual de Educação Profissional – EEEP, pertencente a Coordenadoria de Desenvolvimento da Educação - CREDE 1, situada no município de Caucaia, Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, para dialogar com o núcleo gestor sobre a pesquisa e oficializar o início da pesquisa.

Inicialmente, fomos informados pelo núcleo gestor que a escola tinha 30 professores em seu quadro funcional. Na secretaria da escola, recebemos a listagem oficial com o nome dos docentes, *e-mail* e número de telefone para contato. Constatamos que somente 26 professores estavam aptos a participarem da pesquisa de acordo com as regras dispostas no TCLE.

Para participar da pesquisa, os sujeitos deveriam atender os seguintes requisitos: lecionar na escola profissionalizante de Caucaia, com qualquer quantidade de carga horária, todos os tipos de vínculo empregatício, possuir *e-mail* para o envio do questionário e um número de telefone para contato. Ainda de acordo com uma das cláusulas do termo de consentimento, é vedada a participação dos professores afastados por qualquer motivo, ou por não ter trabalhado durante a pandemia da *covid 19* por pelo menos 3 meses.

Após analisar as condições para a participação dos docentes na pesquisa, verificamos que 4 docentes se encontravam impedidos de assinar o TCLE e responder ao questionário de coleta de dados, sendo que 03 deles se encontravam afastados das atividades letivas por licença médica e 01 afastado para estudos de formação continuada (doutorado). Do elenco de 26 docentes que se encontravam aptos a colaborar com a pesquisa e receberam o TCLE por meio eletrônico, 22 deles assinaram e devolveram à pesquisadora.

Com os Termos de consentimentos assinados, escaneamos e enviamos uma cópia a cada participante via *e-mail*, como preconiza o texto do termo exigido pelo CEP/IFCE, e iniciamos o estudo propriamente dito. O questionário eletrônico subdividido nas seções I e II, elaborado no *Google forms* pela pesquisadora que se encontra no apêndice B, intitulado instrumento de consulta e coleta de dados sobre o trabalho docente durante a pandemia, foi enviado para os respectivos *e-mails* dos docentes que aceitaram o convite para participar.

A seção I do referido questionário, constam 7 indagações sobre o perfil do professor como o nome, gênero, faixa etária e dados profissionais importantes como tempo de trabalho na escola, carga horária de trabalho do docente na escola, para compor as informações da pesquisa. Na seção II, composta por 13 questões específicas sobre o trabalho docente no período da pandemia do coronavírus com as aulas remotas, tem por objetivo investigar o fenômeno da precarização, flexibilização e exploração laboral docente. A devolutiva das respostas via *e-mail* como previsto no TCLE e no cabeçalho do questionário ficou disponível pelo prazo de 30 dias.

Antes do prazo concedido expirar, fizemos contato por meio do *Whatsapp* com os professores que ainda não tinham respondido, a fim de comunicar o término do prazo. Ao final, recebemos a devolutiva de 19 professores participantes da pesquisa. Após recebermos o questionário respondido, iniciamos a leitura para organizar os dados e analisar os resultados sob a luz do materialismo histórico. Durante a análise dos dados encontramos outras pesquisas sobre trabalho docente e adoecimento de professores durante a pandemia, (CNTE/UAB, 2020; Artemisa, 2021), cujas estatísticas se assemelham.

Após essa etapa da pesquisa, seguimos na elaboração do Produto Educacional –PE, com pesquisas na internet sobre como produzir a mídia digital *podcasts* para organizar na prática todo o processo necessário para a montagem do PE.

4.2 A escolha do produto educacional: um Podcast

A escolha do *Podcast* como produto educacional se deu em virtude da versatilidade, gratuidade e aplicabilidade que esse tipo de dispositivo de comunicação oferece. Trata-se de uma mídia de cunho informativo bastante utilizada e difundida durante a pandemia e na atualidade entre pessoas de todas as idades e com os mais variados assuntos.

É mister informar que, além da pesquisa por meio da internet em site que ensinam com dicas de como construir um *Podcast*, fizemos um mini curso por meio eletrônico, via *Google meet*, ministrado por estudantes da Universidade Estadual do Ceará –UECE, sobre como fazer um *Podcast*. Iniciamos com a primeira etapa do planejamento, conhecendo os tipos de *Podcast*, roteiro, episódios, público alvo que deseja atingir.

Posteriormente, seguimos com estudos sobre *software* para gravação e edição, sobre convidados e, por fim, com a parte alusiva a distribuição nas plataformas de *streaming*, redes sociais, enfim, dicas valiosas sobre *Podcast* e as gravações de áudio. Com o material do minicurso e as pesquisas feitas pela internet, montamos um portfólio com todos os materiais obtidos e iniciamos a construção teórica do *Podcast*, intitulado: Voz Docente. Elaboramos um

questionário composto por 20 perguntas diretas e objetivas e 3 questões subjetivas sobre os conhecimentos e hábitos dos docentes pesquisados em relação a esse tipo de mídia, seguido de 3 áudios. O conteúdo dos áudios versa sobre a temática pesquisa: precarização do trabalho docente.

Para a gravação dos episódios dos áudios do *Podcast*, convidamos professores que atuam na rede pública estadual e municipal no município de Caucaia situado na RMF. A gravação dos episódios, ocorreu no estúdio da Cauípe de Frequência Modulada- FM, rádio local que tem como locutor de programas locais um ex-aluno, jornalista e professor licenciado em língua portuguesa, atua na rede pública de ensino estadual como professor contratado por tempo determinado, em turmas de ensino médio integral, que participou como narrador na gravação dos áudios.

O segundo convidado é professor efetivo da rede pública municipal de ensino no município de Caucaia, ministra aulas de história em turmas de 6º ao 9º ano do fundamental II. É Graduado em filosofia pela UECE, membro do Fórum Municipal de Educação de Caucaia, coautor de livro didático sobre a história de Caucaia adotado no município e militante da causa docente. É motivo de honra o aceite dos convidados para as gravações do *Podcast* que oportuniza diálogos sobre o fenômeno da precarização docente em um momento tão delicado de mudanças no âmbito econômico, político, social e educacional, onde reverbera transformações de cunho trabalhistas.

Como um lugar de diálogos, o *Podcast* contribuiu com os professores que não conheciam ou não tinham tido a oportunidade de aprofundar o diálogo sobre o tema. Sabemos que uma das principais queixas dos professores é a ausência de tempo em razão do aumento de horas trabalhadas que ultrapassou a carga horária, sobretudo nesse período com as demandas no período de pandemia. Com o uso cotidiano das mídias, herdado do período de pandemia, o *Podcast* se apresenta como um canal que possibilita o acesso a informações pela facilidade e praticidade que oferece, podendo ser ouvido em qualquer lugar e a qualquer tempo.

Após a gravação, edição e finalização dos áudios, enviamos o material para os professores por meio de *e-mail* por um período de 15 dias para a apreciação e avaliação. O *Podcast: Voz Docente* necessita de 50% mais um dos votos dos professores sujeitos da pesquisa que desejarem participar dessa etapa da pesquisa. É importante salientar que, apesar dos áudios terem sido enviados para os docentes que assinaram o TCLE e participaram do primeiro questionário, não há nenhuma obrigatoriedade de participação desses docentes nas duas etapas da coleta de dados, ou seja, o professor que participou da primeira etapa, caso não deseje,

poderá não participar da segunda fase. Aprovado pela maioria dos professores que ouviram, o produto lançado nas plataformas de áudios digitais, puderam ser divulgados.

O questionário que compõe o instrumento de consulta para avaliar o produto educacional está disponível no apêndice C, com o intuito de verificar os conhecimentos dos professores sobre internet, a mídia *podcast* e avaliação do produto educacional após a escuta dos áudios, com duração de 40 a 50 minutos.

O primeiro áudio trata de forma bem conceitual e didática o tema precarização laboral docente, em um tempo de 16:06' (dezesesseis minutos e seis segundos). O segundo episódio dialogamos sobre como me reconheço (ou não) dentro do processo de precarização no meu trabalho, discutindo sobre a seguinte indagação: meu trabalho é precarizado? Nesse episódio a duração é de 10:57' (dez minutos e cinquenta e sete segundos). No terceiro e último episódio dessa série, trabalho precarizado propomos dialogar sobre os impactos que as aulas virtuais/ensino remoto e a inserção das tecnologias no trabalho docente podem ter contribuído para o recrudescimento do fenômeno precarização do trabalho docente, durante o período pandêmico com duração de 16:35' (dezesesseis minutos e trinta e cinco segundos)

Após a avaliação do PE com a escuta dos áudios e o retorno dos professores com os dados do questionário, analisamos sob a luz do materialismo histórico as respostas inferidas para armazenar no *Google drive*. O *Podcast* seguirá nas redes como lugar de diálogo dos professores e demais interessados divulgando e dialogando temas inerentes ao trabalho docente com uma linguagem clara e objetiva sobre a temática.

Após a dissertar sobre a temática, objetivos, problemática, coleta e análise de dados em seções anteriores, passaremos a explicar os resultados da pesquisa no capítulo que segue para discorrer sobre as primeiras impressões sobre as análises dos dados da pesquisa sob a luz do materialismo histórico.

5 ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA DE CAMPO- UMA ANÁLISE A LUZ DO MATERIALISMO HISTÓRICO

O estudo fundamentado na teoria do materialismo histórico dialético marxista, se baseia na ideia de que a organização da sociedade, ao longo de sua história, se faz conforme sua capacidade de produção e suas relações sociais de produtividade. Os escritos sobre a concepção materialista de Marx, (2010, 2013) explicam as alterações nas relações trabalhistas e como a exploração laboral e suas consequências presentes na vida do professor durante a pandemia se configuraram.

É importante ressaltar que a pandemia do coronavírus não nasceu por acaso, mas em virtude de um conjunto de acontecimentos advindos de questões econômicas, políticas e ambientais em curso ao longo do tempo, agravado pela natureza destrutiva do sistema capitalista que visa o lucro exponencial. Diante do flagelo do vírus da *Covid 19*, ou de qualquer outra natureza ou situação, o capital sempre se beneficiou ao longo de sua história. A crise estrutural capitalista iniciada nos anos 70 do século XX, previsível por críticos do capitalismo como Ricardo Antunes, Dermeval Saviani, encontrou na pandemia *da Covid 19*, as condições adequadas para flexibilizar e precarizar ainda mais o trabalho docente.

O projeto neoliberal visa enquadrar o trabalhador ao capital, para promover a exploração e o retrocesso, desregulando os direitos adquiridos pelo trabalhador ao longo do tempo. Segundo Nosella, (*apud* Sousa; Oliveira, 2014, p. 12), “a tese é representada pelo projeto neoliberal, a antítese pela sua rejeição ou crítica e a síntese é que se vislumbra e deseja”. O objetivo é garantir o acúmulo de riqueza, promover a desigualdade, minimizando os direitos sociais ao longo das crises capitalistas.

Para Antunes (2020, p. 12), o “sistema de metabolismo antissocial do capital cuja normalidade é a destrutividade”, é esteio imperativo para a sobrevivência do sistema capitalista que suga, explora e degrada o meio ambiente que surge como a “bola” da vez, mesmo diante de apelos dos ambientalistas e órgãos competentes.

As discussões de gênero, ideologias religiosas, econômicas, relações humanas, entre tantas outras, juntam-se as sérias questões ambientais, provocam celeumas, muitas vezes com o aval do atual governo federal que incentiva a desobediência às leis de proteção prevista na Constituição, dividindo e polarizando a sociedade. Vivemos um momento delicado que põe em risco setores no âmbito político, econômico, educacional, cultural, com ameaças a nossa recente democracia.

Ao que parece no campo educacional, o direito à educação vem sendo tratada como uma mercadoria, sobretudo com a inserção do ensino remoto. De fato, as forças majoritárias capitalistas que regem e dominam a sociedade moderna contemporânea, estão “sequestrando” a educação pública, gratuita e de qualidade.

O entreguismo das instituições públicas ao setor privado é característica de governos neoliberais. As privatizações, o aligeiramento do ensino, a inserção do formato remoto em meio à crise sanitária do coronavírus que ao que parece ser premeditada, a exclusão social e tecnológica, a uberização do trabalho (Antunes, 2020, 2018), são alguns indícios da usurpação do direito à educação em curso há algum tempo, avivada com a pandemia.

De acordo com Mészáros, “O Capital não pode ter outro objetivo que não sua própria autorreprodução, à qual tudo, da natureza a todas as necessidades e aspirações humanas, deve se subordinar absolutamente” (2011a, p. 800). Por isso, o ônus imposto aos trabalhadores e mais especificamente ao trabalhador da educação resultou em uma combinação destrutiva: “a submissão às tecnologias digitais com o uso de diversos dispositivos; retirada da autonomia docente e a precarização do trabalho” (MÉSZÁROS, 2011b, p. 11).

A chegada da pandemia proporcionou a abertura para a implementação de estratégias para o uso de TICs. Com a imposição do trabalho remoto, os professores assumiram a função de “salvar” o ano letivo, em virtude do confinamento decretado pelos governos estaduais e municipais.

Nesse contexto, o projeto neoliberal destrutivo vislumbrou a possibilidade durante a pandemia do coronavírus de instalar, no modelo educacional, o formato remoto em caráter emergencial. “O capitalismo, com a Covid-19, expõe sua natureza e organicidade perversas de exploração das forças produtivas e de produção da exclusão nos sistemas sociais e políticos”. (ALESSI, 2020, p. 08). Precisamos estar atentos para o desmonte que ora se apresenta na educação já fragilizada com os cortes nos investimentos no setor educacional.

Outras características que contribuem para a precarização, flexibilização e exploração laboral docente é a ausência de formação continuada, notadamente para o manuseio das TICs, amplamente utilizadas durante o ensino remoto e que certamente continuará sendo utilizada no ensino presencial no pós pandemia. As ações pedagógicas, preparação de planejamentos, consulta de discentes, pais e gestores via *Whatsapp* muitas vezes a qualquer dia e horário, demandam pesquisa e contribuem para estender o tempo de trabalho do professor.

Assim, com o confinamento, os professores foram obrigados a adotar o ensino remoto em caráter emergencial em suas residências. Seria esse uma versão do modelo de teletrabalho?

Em 2017, mudanças foram introduzidas na Consolidação das Leis Trabalhistas- CLT, com a aprovação da Lei 13.467 que assim definia o teletrabalho:

Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo. (BRASIL, SENADO. 2017)

Recentemente, foi publicada no Diário da União em 28 de março de 2022, a Medida Provisória 1.108/2022, conhecida como MP do trabalho híbrido. Ela formaliza a criação do regime híbrido de trabalho. O texto no Art. 75-B define trabalho remoto como sendo:

a prestação de serviços fora das dependências do empregador, de maneira preponderante ou não“. Define ainda que “o comparecimento, ainda que de modo habitual, às dependências do empregador (...) não descaracteriza o regime de teletrabalho ou trabalho remoto. (BRASIL, 2022)

Se por um lado a MP 1.108 define o teletrabalho, por outro retira dos trabalhadores que prestam serviços o controle sobre as horas trabalhadas por não terem o direito de receber por eventuais horas extras realizadas. Essa precarização acentua ainda mais a exploração dos trabalhadores, sobretudo do serviço uberizado ou por contratos de trabalho temporário.

A MP 1.108 se transformou na Lei 14.442 de 02 de setembro de 2022, foi sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro com vetos que dispõe sobre o pagamento de auxílio-alimentação ao empregado e altera a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Claramente são legislações que alteram direitos adquiridos que precarizam as condições de trabalho.

Para Santos Neto e Araújo (2021, p. 31), “Cumprir desregular a atividade docente mediante o teletrabalho e o trabalho mediado por inovações tecnológicas, o que resultará na sobrecarga da jornada de trabalho e na impossibilidade de desvincular a vida pessoal e o trabalho”. Esperamos que os sujeitos pesquisados percebam os rumos que a educação e as leis trabalhistas se encontram, subtraindo direitos e intensificando a carga de responsabilidades.

5.1 A análise dos dados coletados

Os conteúdos analisados são resultados da coleta de dados via questionário solicitada aos docentes que compõem o elenco de professores pesquisados de uma escola de EEEP da

RMF sobre o trabalho docente no Ensino Profissional Tecnológico – EPT durante a pandemia, enviado aos *e-mail* dos professores em meados do mês de junho de 2022.

É importante ressaltar a receptividade dos professores e gestores que acolheram e se sentiram honrados com a escolha da escola para o estudo, “abrindo” as portas para nossa pesquisa. Os professores que responderam à pesquisa correspondem a 67,85% entre os docentes ativos/presentes no espaço escolar. Os profissionais que aceitaram participar da pesquisa nessa primeira fase (coleta de dados), emitiram suas impressões sobre o trabalho docente durante a pandemia do *Covid 19*, com a adoção emergencial do sistema remoto.

Assim, após o recebimento das respostas, nos debruçamos sobre os achados, fazendo repetidas leituras como indica Gil, (2008, p. 152) que após a leitura inicial, “procede-se à escolha dos documentos, à formulação de hipóteses e à preparação do material para análise” com o intuito de elencar os itens, organizar os índices ou unidades de registro e seus respectivos indicadores para facilitar a identificação de semelhanças das respostas para tabulação.

Com os resultados coletados, separamos alguns itens sobre o perfil dos sujeitos pesquisados que consideramos relevantes para nos situarmos e entendermos melhor as respostas em análise e a complexidade que envolve esse modelo educacional e suas implicações, na opinião dos sujeitos pesquisados. Foi com o sentimento de busca, que iniciamos as perguntas com o intuito de entender como se deram as novas configurações do ensino remoto durante o período da pandemia da *Covid 19*.

Essa definição sobre a função e o espaço que a educação ocupa na vida em sociedade, envolve o conhecimento sobre o profissional. Quem foram os atores sociais que ficaram na “linha de frente” na execução desse projeto que já estava em curso veladamente, que demandou do trabalhador, notadamente o professor, o desempenho de sua função metamorfoseada pela adoção do ensino remoto?

5.1.1 Perfil dos docentes pesquisados

O perfil dos sujeitos pesquisados que responderam ao questionário quanto ao gênero, são: 10 professores do sexo masculino ou 56,6%, e 9 do sexo feminino ou 47,4%. Consideramos esses dados importante levando em consideração que a discussão sobre a diferença de gênero é uma realidade muito presente e necessária no cotidiano social, embora a função da mulher no mercado esteja em processo de resignificação, mas a predominância masculina se apresenta em vantagem no mercado de trabalho em relação à feminina.

Ademais, durante a pandemia, as mulheres incorporaram os afazeres profissionais e domésticos em um mesmo espaço, sua residência, conciliando o trabalho da escola que se instalou na sala de casa com as tarefas domésticas durante o período de quarentena⁹, com a expedição de decretos. Foram muitas dificuldades enfrentadas e algumas barreiras a serem vencidas.

É inegável que a mulher trabalhadora tenha uma carga horária maior em relação aos homens, em virtude dos afazeres domésticos, do cuidado com os filhos e a família de um modo geral. Com a pandemia do coronavírus e o formato remoto, suas atribuições seguramente se ampliaram com a sala de aula dentro de casa, crianças em idade escolar estudando no formato remoto e por isso precisando de mais apoio e atenção.

A rotina enfrentada pela mulher durante a pandemia, só comprou mais uma vez que o ‘segundo’ sexo descrito por Simone de Beauvoir em 1949, é fortaleza, apesar do menosprezo e desvalorização presente na mentalidade e nas práticas machistas.

Interrogamos os professores pesquisados sobre sua escolaridade e área de formação, porque julgamos importante do ponto de vista social e cognitivo. Com base na máxima de que quanto mais estudamos, mais aprendemos, e, por consequência, as possibilidades de preparação e discernimento dos profissionais em relação à temática trabalho, precarização, flexibilização e exploração durante o ensino remoto, são mais viáveis.

É fato que a abordagem sobre essas categorias, exige mais leituras, politização e discernimento dos profissionais sobre temas políticos, sociais, culturais e econômicos, para que tenham condições de preparar seus alunos para as adversidades cotidianas e do mundo. Obtivemos os seguintes resultados quanto à formação: (02) dois professores têm doutorado, equivale a 10,5% dos pesquisados, (06) seis tem mestrado correspondendo a 31,6%, (08) oito são especialistas, totalizando 42,1%, e (03) três graduação, ou 15,8% dos pesquisados.

Desse modo, a formação continuada contribui para o aperfeiçoamento, aprimoramento de conhecimentos para desenvolver o pensamento crítico-reflexivo sobre o ensinar e aprender, amplia a visão de mundo. Para Moura, (2015, p. 30) a “formação e a capacitação devem, portanto, ir além da aquisição de técnicas didáticas de transmissão de conteúdo para os professores e de técnicas de gestão para os dirigentes”. Trata-se de uma preparação ampla que não se restrinja apenas as questões cotidianas do ambiente escolar, mas inclua o pensamento sobre a consciência política e social do contexto ao qual estão inseridos. É necessário ao

⁹ Para a medicina é o Isolamento de certas pessoas, lugares e animais que podem acarretar perigo de infecção, o período de quarentena é relativo e depende do tempo necessário para proteção contra a propagação de uma doença determinada. (Dicionário on line de Português)

professor consciência sobre os acontecimentos no mundo do trabalho e engajamento no âmbito político e educacional.

Entre os professores pesquisados, 36,8% trabalham na escola há 11 anos, desde a fundação; oscilam entre 7 a 10 anos, outros 36,8%. As estatísticas demonstram que a maioria dos profissionais faz parte do quadro funcional da escola por um tempo relativamente longo.

É importante ressaltar que a maioria dos professores pesquisados trabalham na escola a mais de 7 anos e por isso conhecem a estrutura, gestores (embora que haja rotatividade), metodologias pedagógicas e, por conseguinte, possuem afinidades que certamente contribuem para o estreitamento das relações sociais humanas que são imprescindíveis no ambiente escolar, sobretudo, no período delicado de pandemia. Isso favorece a captação do conhecimento do aluno, estabelece uma relação de confiança entre o educando e o educador e favorece a aprendizagem dos estudantes.

Quanto ao vínculo profissional, dez docentes informaram serem efetivos, equivalente a 56,2%; cinco professores tem contratados por tempo determinado, ou 26,3%, quatro professores, ou 21,2%, são contratos pelo Instituto Centro de Ensino Tecnológico – CENTEC, cujas condições trabalhistas são estabelecidas por um contrato de trabalho regido pelos preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho- CLT, por meio do qual o professor se sujeita às normas do estatuto da instituição, seu regimento interno, suas normas de gestão de pessoal e a autorização de lotação da Secretaria da Educação – SEDUC. (CENTEC, 2022), portanto sem estabilidade.

Professores contratados por tempo indeterminado pela Seduc e pelo CENTEC juntos representam quase metade dos profissionais da escola que foram pesquisados. Esses profissionais têm direitos e garantias diferenciadas dos professores efetivos. No entanto, padecem da exploração, flexibilização e precarização laboral, pois se submetem à contratação por tempo determinado, através de seleções para renovarem seus contratos a cada dois anos, gerando inseguranças e perda de direitos trabalhistas. Por serem professores horistas, possuem carga horária diferenciada.

A Secretaria de Educação do Ceará (Seduc), através do CENTEC, é o órgão encarregado de fazer a seleção, que envolve: convocar e lotar profissionais técnicos nas Escolas Estaduais de Educação Profissional- EEPP, que possuem carga horária por horas trabalhadas, também conhecidos como professores horistas. A contratação mínima é de 10h e máxima de 44h/semanais, o planejamento é superior ao dos professores efetivos que corresponde a $\frac{1}{4}$ das disciplinas lotadas. São diferenças que refletem a exploração do professor contratado quando

preconiza mais tempo de trabalho em relação ao profissional efetivo, como consta no Art. 2, § 1º da lei Nº 11738 de 16 de julho de 2008, também conhecida como a lei do piso.

O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais. (BRASIL, 2008)

A dicotomia que divide e rotula o professor em efetivo e contratado, seja qual for a nomenclatura dada a essa aberração, afeta a educação e promove um “*apartheid*” nocivo que expõe os antagonismos. O conhecimento e a capacidade de ministrar aulas não pode ser medida pelo vínculo. Ademais, essas diferenças refletem nos baixos salários dos professores contratados ou horistas que possuem pesada carga horária como uma forma compensatória pelo baixo salário.

A Lei do piso salarial no Art. 2, § 4º é estabelecido a carga horária para o trabalho com o estudante e o tempo para planejar: “na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos”. (BRASIL, 2008). O direito conquistado é necessário para o professor se reunir, e pesquisar é de suma importância para o professor planejar dentro de sua carga horária. A área de formação em que atuam, 63,2% dos professores informaram ministrarem aulas na formação regular, ou seja, nas disciplinas de matemática e suas tecnologias, linguagens e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas; enquanto 36,8% atuam na área profissionalizante dos cursos de eletromecânica, administração, logística, edificações. Outros 10,5% ministram aulas na formação diversificada em projeto de vida, orientação de estudos, preparação acadêmica e mundo do trabalho.

Alguns professores informaram ministrar aula em duas frentes: na área de formação regular e na área de formação diversificada, aumentando implicitamente o trabalho pela demanda que os planejamentos distintos exigem, recorrendo consequentemente em mais trabalho envolvido na organização de aulas de diversificadas pela sua natureza.

Indagados sobre a carga horária mensal na escola pesquisada, 15 docentes ou 78,9% informaram que trabalham 200 horas mensais na escola. Portanto, a maioria dos entrevistados responderam ao questionário. É importante que a carga horária se concentre em apenas uma escola, assim, o professor dispõe de menos tempo no deslocamento, e mais tempo para interagir com os estudantes, professores e núcleo gestor.

A tabela que segue abaixo demonstra um resumo das informações com dados coletados sobre o perfil docente investigado no primeiro questionário.

Tabela 1 – Perfil docente, seção I do questionário (apêndice B) (Continua)

Gênero	Masculino	Feminino
Quantidade	10	09
Porcentagem	56,6%	47,4%.

Formação	Doutorado	Mestre	Especialista	Graduado
Quantidade	02	06	08	03
Porcentagem	10,5%	31,6%	42,1%	15,8%

Tempo trab. Escola	11 anos	7 a 10 anos	4 a 6 anos	1 a 3 anos
Quantidade	07	07	04	01
Porcentagem	36,8%	36,8%,	21,1%	5,3%

Vínculo	Efetivo	Temporário	CLT/CENT (Conclusão)
Quantidade	10	05	04
Porcentagem	56,6%,	26,3%	21,1%

Área de formação	Regular	Profissional	Diversificada
Quantidade	12	07	02
Porcentagem	63,2%	36,8%	10,5%

CH mensal na escola	200h	135h	120h	75h	Outros
Quantidade	15	01	01	01	01
Porcentagem	78,9%	5,3%	5,3%	5,3%	5,3%

Fonte: elaborado pela autora (2022)

5.2 Elementos que contribuem para precarizar o trabalho docente

Vivemos um tempo imediatista que exige das pessoas urgência para tudo que acontece no mundo conectado pela teia da informação no ciberespaço. Tudo inicia e termina no tempo *on-line*, e é preciso equilíbrio para se manter humanizado pois vivemos uma loucura pautada na urgente, no momento do acontecimento para depois se tornar passado com muita rapidez.

Esse talvez seja um grande desafio vivido por todos que sobreviveram à pandemia da *Covid 19* e ao imediatismo exigido pelo ciberespaço nos últimos anos do século XXI. Contudo,

é importante compreender que “o tempo escolar é diferente do tempo social” (NÓVOA; ALVIM, 2021, p. 10), o tempo escolar requer um ritmo mais lento, acolhedor e desacelerado do que o ‘frenesi’ encontrado nas redes sociais.

Manter o professor nos dois turnos na mesma escola sem precisar percorrer diversas instituições de ensino para completar a carga horária, pode beneficiar a escola, professores e alunos. O convívio por mais tempo fortalece os laços de confiança tão necessários para realizar um trabalho de excelência, tanto no ensino presencial e especialmente no remoto que exige do professor: diálogo, confiança e paciência.

Por outro lado, quando a carga horária é reduzida, o professor é obrigado a lecionar em outras instituições, isso impacta na vida profissional com deslocamentos, desgaste financeiro, cansaço físico, que pode implicar em baixo rendimento do docente em sala, afinal muitos professores ministram aulas em várias escolas no mesmo no mesmo dia e muitas vezes no mesmo turno, isso chega a ser desumano e obviamente denota a precarização do trabalho.

Os professores afirmaram na coleta de dados que seguramente excederam o número de horas trabalhadas, sobretudo em virtude do planejamento que demandava busca ativa, pesquisas, montagem e edição de vídeos, preparação de slides com recursos mais interativos, aulas que exigiam ações e metodologias utilizando as TICs.

Por sigilo de pesquisa, firmado no TCLE não podemos citar os nomes dos docentes que participaram da pesquisa, assim, para transcrever suas falas, resolvemos homenagear professores que foram a óbitos, vítimas da *Covid 19*, com nomes fictícios que atuaram na educação, conforme com nota de rodapé explicativa.

O professor Eilson¹⁰, afirmou: “Sempre trabalhamos além da nossa carga horária, no *online* ainda era pior, mesmo com redação de aulas”. De fato, a carga horária do professor sempre excedeu o limite regulamentar, em virtude das tarefas extra sala de aula, contudo com a conquista de 1/3 do planejamento, abriu-se a perspectiva de ‘aliviar’ o trabalho que professores sempre levaram para concluir em casa.

A pesquisa intitulada “Trabalho docente em tempos de pandemia” (GESTRADO/CNTE, 2020) feita em junho de 2020, no auge do confinamento causado pela pandemia do coronavírus, afirma em seu relatório, segundo Oliveira (2020, p. 35) que:

O aumento das horas de trabalho gastas na preparação das aulas não presenciais ocorreu para a grande maioria dos respondentes. A visão de que as atividades a distância diminuem as horas de trabalho é a percepção da minoria dos respondentes, sendo mais presente entre os docentes da Educação Infantil. Precisamente, 82% dos

¹⁰ Professor homenageado, vítima de *Covid 19*. Nomes fictícios

entrevistados afirmaram que tiveram acréscimo no número total de horas trabalhadas na preparação das aulas não presenciais em comparação às presenciais. Outros 12% responderam não ter havido alteração na quantidade de horas de trabalho em decorrência da nova forma de trabalho e somente 5% disseram que o tempo de preparação das aulas diminuiu.

Essas estatísticas apresentadas nos fazem refletir sobre a precarização do trabalho docente, caracterizado em parte pelo excesso de trabalho, dilatação da carga comprovadamente excessiva durante a pandemia com o ensino remoto, bem como o vínculo profissional determinante para a precarização quando o trabalho é informal, temporário ou contrato determinado.

5.2.1 A sala de aula metamorfoseada

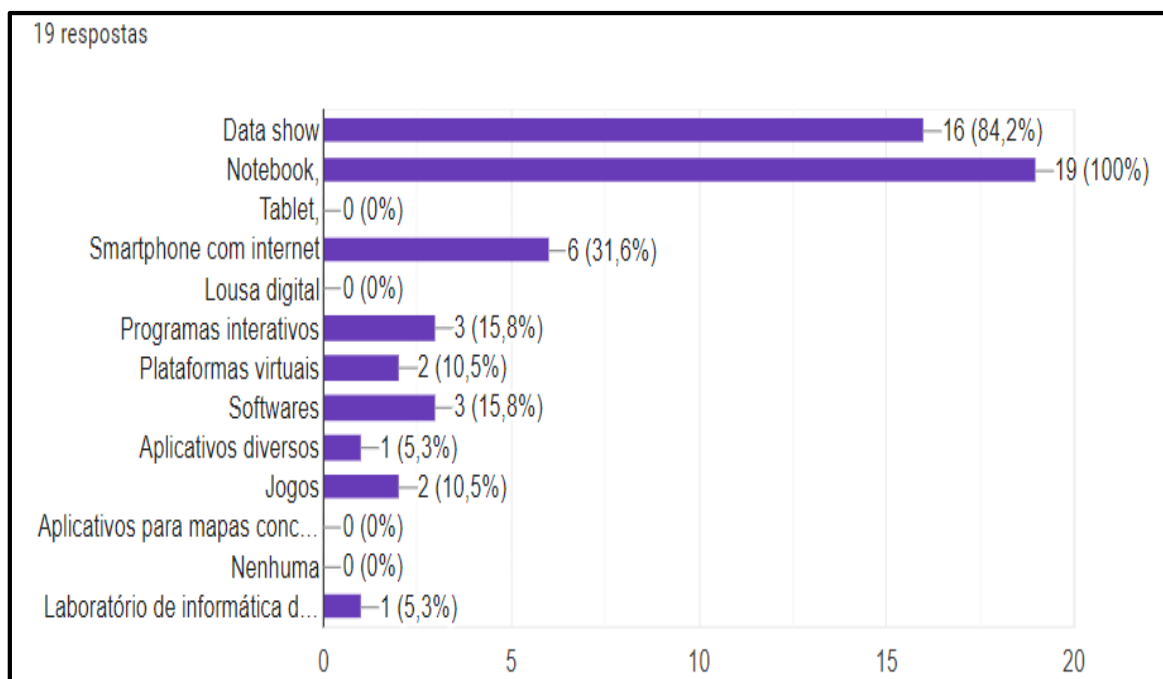
Quanto ao local onde foram ministradas as aulas durante a pandemia da *Covid 19*, 100% dos professores que responderam à pergunta afirmaram que usaram um dos cômodos (sala, quarto ou escritório) de sua residência para as aulas remotas. Destes, dois professores consideraram o ambiente adequado, quatro parcialmente adequado e os demais afirmaram inadequado, alegando iluminação insuficiente, queda constante de energia, internet com baixa velocidade, barulhos externos, animais e/ou por causa do espaço ser dividido com a família, ou ainda pela atenção que os filhos em idade escolar que também se encontravam estudando no formato remoto exigia.

Ao responder o questionário sobre o local e a adequação para ministrar aulas, o professor Raimundinho escreveu sobre os desafios enfrentados. “Local: minha residência. Ambiente inadequado para essa atividade uma vez que tive que fazer alterações na rotina dos outros membros da família. Em mais de uma situação não houve aula virtual em virtude de falta de internet ou barulho externo”. O relato explica o transtorno que foi metamorfosear a sala de casa em sala de aula. Essa constatação foi verificada nos depoimentos de muitos profissionais que afirmaram não possuírem uma estrutura básica para a aplicabilidade de aulas virtuais, mas que tiveram que assumir o ônus para ‘salvar o ano letivo’ sem ter sido consultado sobre as condições que dispunham para adotar o formato remoto.

Para Colemarx (2020, p. 18), “as consequências do isolamento social são especialmente penosas não somente para os estudantes, mas também para muitos trabalhadores da educação”. As narrativas dos professores denunciam que as dificuldades enfrentadas pelos professores durante o período de pandemia causado pelo coronavírus, foram imensas e demandou habilidades para conciliar vida pessoal e profissional.

Ao serem indagados sobre as ferramentas tecnológicas mais usadas nas aulas presenciais antes da pandemia da *Covid 19*, o uso do *notebook* foi apontado por 100% dos professores, seguido pelo *Datashow* com 84,2% de uso, enquanto jogos, programas interativos e *softwares* somaram 2% e 3% respectivamente, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 1- Ferramentas utilizadas em sala de aula antes da pandemia da *Covid 19*



Fonte: Elaborado pela autora (<https://docs.google.com/forms-2022>)

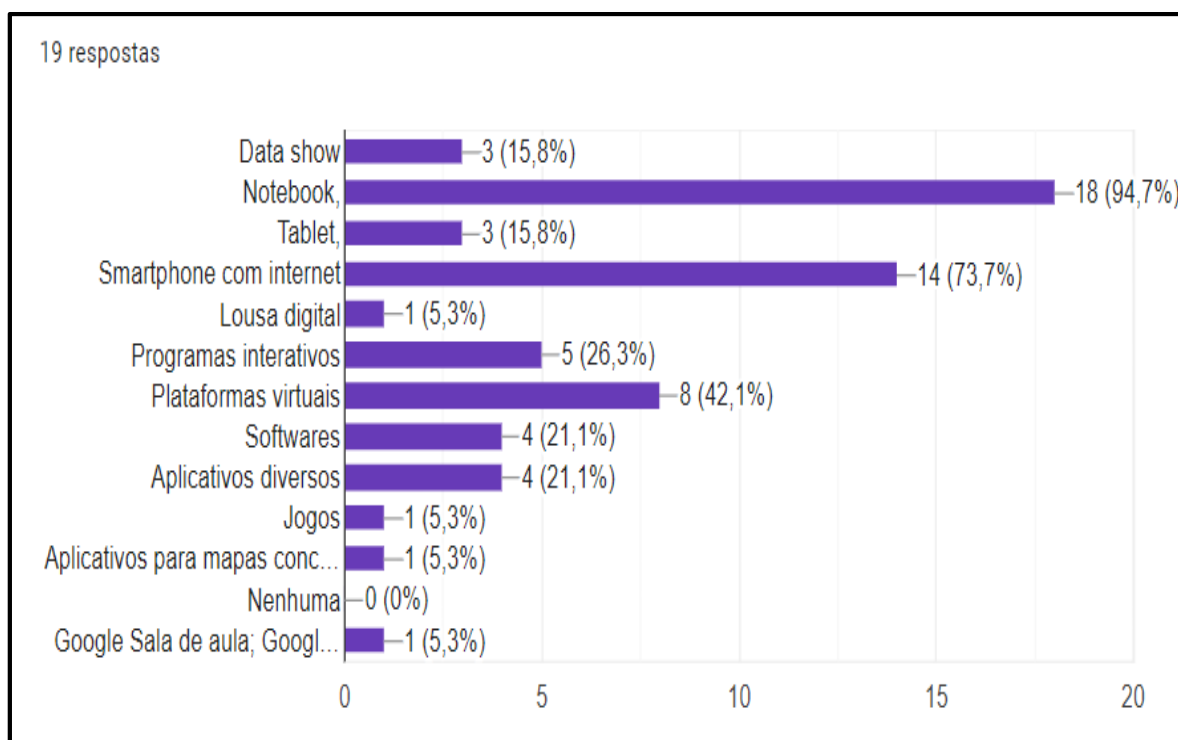
Quando indagados sobre o uso de ferramentas tecnológicas nas aulas virtuais durante a pandemia da *Covid 19*, o uso do *notebook* foi apontado como sendo o equipamento mais utilizado por 94,7% dos professores, acompanhado do uso de *smartphone* com *internet* para 73,7% dos docentes, bem como as plataformas virtuais citadas por 42,1% dos profissionais. *Software* e aplicativos diversos aparecem como opção de uso para 21,1% dos pesquisados, respectivamente.

A utilização de *Datashow* em aulas no formato virtual apontado por três professores, foi a grande interrogação. Como utilizaram esse recurso em aulas virtuais? O uso de *smartphone* indica que esse dispositivo foi bastante utilizado durante as aulas remotas, por ser acessível e prático para a utilização das mídias e redes sociais. O tamanho da tela do celular limita o aproveitamento das aulas virtuais e compromete o acesso e uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDICs, tanto para os alunos que assistem, quanto para professores.

Apesar de todos os professores terem utilizado algum tipo de dispositivo tecnológico durante as aulas virtuais, eles afirmaram em suas justificativas, que sentiram a ausência de formação para os auxiliarem durante as aulas virtuais. O despreparo de muitos docentes associado à ausência de formação direcionada ao uso das TICs, revelou a necessidade de preparação por parte das instituições escolares e a insensibilidade de órgãos competente vinculados às secretarias de educação e em última instância o próprio ministério da Educação – MEC, que exigiam do professor o ônus e a responsabilidade de manter o calendário letivo, sem contudo oferecer estrutura suficientemente adequada a nova configuração para o formato com aulas remotas.

Essa expôs muitos profissionais que se sentiram de certa forma culpados ou excluídos digitalmente, quando se viram em desvantagem quanto ao uso de tecnologias ou quando perceberam colegas de trabalho se destacando ou mesmo demonstrando familiaridade ao manusear os dispositivos. O gráfico abaixo demonstra a utilização de dispositivos eletrônicos pelos docentes durante o ensino remoto no período da pandemia do coronavírus disponíveis, que auxiliaram na condução do processo de ensino e aprendizagem.

Gráfico 2 - Ferramentas utilizadas durante o ensino remoto



Fonte: elaborado pela autora (questionário disponível em: <https://docs.google.com/forms>)

Os gráficos mostram quais dispositivos foram mais utilizados de acordo com os professores pesquisados antes e durante o período de pandemia do coronavírus, explicitam diferenças entre momentos distintos em relação ao uso de equipamentos na aplicação das aulas virtuais, permitindo comparação entre períodos distintos.

Na tabela abaixo, os dados mostram que inegavelmente durante a pandemia os professores, sujeitos da pesquisados que ministraram aulas virtuais durante a pandemia da Covid 19, utilizaram algum dispositivo digital, apesar das dificuldades vividas durante o confinamento e da falta de material disponibilizado a princípio para os docentes pelos órgãos públicos competentes, como a secretaria de educação.

Tabela 2 - Comparativo entre os tipos de dispositivos utilizados antes e depois da pandemia

Dispositivos usados antes da pandemia	Nº prof. Utilizaram	%	Dispositivos usados durante a pandemia	Nº prof. Utilizaram	%
Data show	16	84,2%	Data show	3	15,8%
Notebook	19	100%	Notebook	18	94,7%
Tablete	0	0%	Tablete	3	15,8%
Smartphone c/internet	06	31,6%	Smartphone c/internet	14	73,7%
Lousa digital	0	0%	Lousa digital	1	5,3%
Programas interativos	03	15,8%		5	26,3%
Plataformas virtuais	02	10,5%	Plataformas virtuais	8	42,1%
Software	03	15,8%	Software	4	21,1%
Aplicativos diversos	01	5,3%	Aplicativos diversos	4	21,1%
Jogos	02	10,5%	Jogos	1	5,3%
Aplicativos para mapas	0	0%	Aplicativos para mapas	1	5,3%
Nenhum dispositivo	0	0%	Nenhum dispositivo	0	0%
Laboratório	01	5,3%	Google sala de aula	1	5,3%

Fonte: elaborado pela autora (2022)

É importante ressaltar que, secretarias de educação estaduais e municipais do país, distribuíram *tablets* e/ou *notebook* aos alunos, mas nem todos os profissionais da educação

receberam, pesando sobre os professores, investimento em equipamentos como: computador, microfone, celular, internet com maior velocidade e outros dispositivos que contribuem para a organização e efetivação das aulas virtuais.

Podemos inferir, a partir das respostas dos docentes em relação ao uso de dispositivos, apresentadas na tabela acima, quando algumas dessas ferramentas eram pouco utilizadas antes da adoção das aulas virtuais. Durante o período remoto, houve uma inversão, ou seja, foram mais usadas. Os dados comprovam, segundo os professores pesquisados, que todos já utilizavam algum tipo de equipamento em suas aulas mesmo antes do período remoto (ver item “nenhum” na tabela).

Sobre a participação em reuniões *on line*, 47,4% responderam que participaram com frequência, 26,3% participaram mensalmente, 21,1% comparecem semanalmente e apenas 01 docente informou que, raramente participou de reuniões com gestores da escola para definir ações, metodologias, contato com alunos e familiares, alinhando a situação que surgia com as aulas virtuais para o enfrentamento dos desafios que se apresentavam, no período remoto/híbrido durante a pandemia do coronavírus, conforme alude tabela abaixo.

Tabela 3 – Reunião *on line* com grupo gestor durante a pandemia da Covid 19

Reuniões <i>on line</i>	Professores	%
Frequência	9	47,4%
Mensal	5	26,3%
Semanal	4	21,1%
Raramente	1	5,3%

Fonte: elaborado pela autora (2022)

É importante a participação do núcleo gestor e dos professores, para juntos deliberar sobre as melhores estratégias de planejamento pedagógico, a aplicação dos recursos financeiros e tecnológicos disponíveis na escola, para o enfrentamento da situação advinda com a adoção do ensino remoto. Sobre a importância dessa organização, Oliveira (2020, p. 34) explica que:

Essa realidade inteiramente nova para os docentes, mas também para os gestores educacionais, revelou um conjunto de situações desconhecidas (ou ignoradas) até então, que interfere consideravelmente na organização do trabalho pedagógico e que exige novas e diferentes condições de trabalho. Desde a ausência dos meios necessários para o pleno desenvolvimento das atividades, ou seja, a falta de equipamentos adequados, como computadores, tablets, microfones e câmeras, a

conexão de redes de internet, a formação insuficiente para lidar com os programas e os recursos tecnológicos, a pouca (ou total ausência de) experiência com ambientes virtuais, até questões relacionadas ao suporte pedagógico para a realização do trabalho.

Aliados de sua autonomia, com a adoção do ensino remoto, o professor enfrentou grandes desafios. Apesar de participar de reuniões, decisões, recebeu programas prontos para aplicar, retirando seu poder de criar e buscar adequações de acordo com a realidade dos estudantes.

Para Colemarx (2020, p. 18), os “pacotes” com materiais prontos para serem utilizados na escola que alimentam o mercado educacional, pode descaracterizar e alterar a função social da escola e do professor. Muitas vezes, os conteúdos não consideram a territorialidade continental e sua diversidade cultural. Essa situação já acontece há uma década.

Há quase dez anos estados e municípios vêm adquirindo pacotes com materiais didáticos pré-fabricados com atividades a serem replicadas pelos professores, ou mesmo aulas via plataformas digitais que prometem qualidade de ensino sem, contudo, levar em consideração contextos socioeconômicos e culturais de seus usuários. (COLEMARX, 2020, p.18).

Esse modelo sobrecarrega o professor que foi responsabilizado pelo ônus em virtude da “invasão” dos recursos tecnológicos, como afirma Menezes et al (2020, p. 56): “as instituições propõem as suas próprias metodologias e transferem para os professores uma ilusória autonomia de desenvolver o seu trabalho”.

O professor acabou tendo que enfrentar e resolver as dificuldades apresentadas pelo formato de ensino virtual para ajudar os estudantes no acesso das TICs, necessárias às aulas virtuais. O enfrentamento dos problemas aos quais o professor foi submetido, durante a pandemia para atender alunos, pais e gestores, acarretaram adoecimento dos profissionais, o que discutiremos adiante.

Essa precarização aprofundada com o ensino remoto durante a pandemia da *covid 19*, alterou o modelo de trabalho docente que passou a exigir novas habilidades com as tecnologias, novas relações humanas mediadas pela tecnologia instantaneamente, sem contudo oferecer ao professor formação para auxiliar no enfrentamento dos desafios e dificuldades.

Valencia (2016, p. 114-115), em sua análise sobre o início da precarização do trabalho, nos informa que: “Não existem ‘fórmulas mágicas’ que expliquem o surgimento e a constituição do trabalho precário e da informalidade através, por exemplo, de inovações tecnológicas ou organizacionais(...)”. Uma vez que o processo de precarização do trabalho já

existe desde o surgimento do sistema capitalista. Assim, com o recrudescimento do uso das tecnologias exigidas pelo ensino remoto, a demanda aumentou e a responsabilidade recaiu sobre professores e trabalhadores de setores produtivos.

5.3 O trabalho precarizado em análise

A carga horária trabalhada pelos professores durante as aulas virtuais com o ensino remoto é apontada por Saviani e Galvão (2021) como uma das principais responsáveis pela precarização do trabalho docente provocando adoecimento dos profissionais na educação.

Quando perguntados sobre o que achou de ministrar aulas no formato de aulas remotas, 47,4% dos docentes pesquisados consideraram regular, sob a alegação majoritária da ausência de interação e participação dos alunos durante as aulas e dificuldades com as tecnologias. Câmeras fechadas, internet ‘caindo’ constantemente, equipamentos inadequados, barulho externo durante a aula são algumas das justificativas.

Perguntado sobre o que achou de ministrar aulas no sistema remoto, o professor Veloso justificou o motivo do conceito regular, considerando as dificuldades para ambos: professor e alunos.

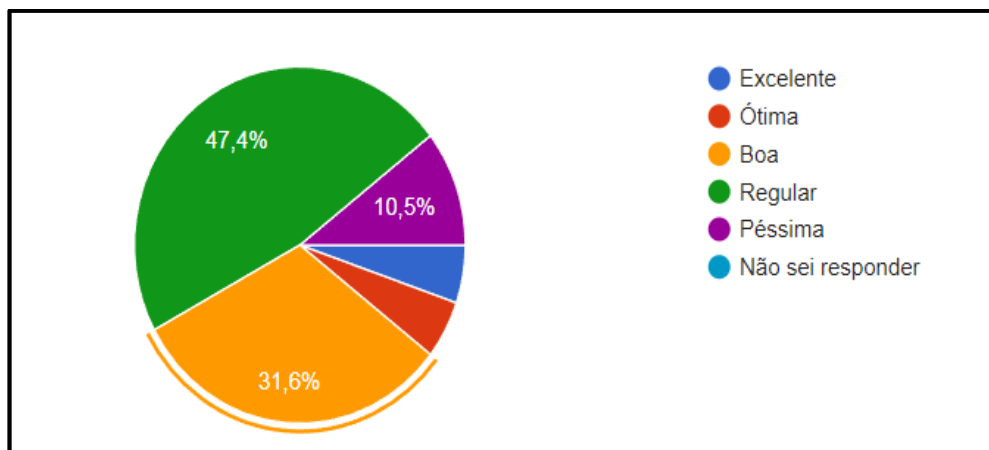
De início foi difícil a adaptação e acesso ao aluno devido às dificuldades de aparelhos adequados tanto dos alunos quanto do professor. Dificuldade também de utilização dos aplicativos necessários às demandas. Conciliar vida profissional e vida pessoal também foi difícil”.

Para endossar a fala anterior, o professor Thiago, justificando sua resposta e apontando para a exploração e precarização do trabalho quando escreveu:

Essa modalidade, com o tempo, acaba proporcionando um certo desinteresse por parte dos educandos. Somado a isso, o sinal da internet cai com frequência, dificultando bastante o trabalho do professor. E digo mais: os equipamentos do professor, como por exemplo, notebook e celular, de tanto serem utilizados, acabam ficando sobrecarregados e com o tempo, começam a apresentar defeitos.

O depoimento descrito acima, revela a dificuldade enfrentada por professores e alunos. De um lado, professores experimentando uma situação atípica, e tentando com os recursos que dispunha levar adiante o projeto escolar. Por outro lado, os estudantes com dificuldade no ambiente domiciliar, pela falta de um local adequado, pela ausência do sinal de internet, dispositivos/equipamentos para assistirem as aulas entre outros empecilhos enfrentados.

Gráfico 3 - Conceito sobre a experiência em ministrar aulas no formato remoto



Fonte: elaborado pela autora (questionário disponível em: <https://docs.google.com/forms>)

Sobre o ensino remoto, Saviani e Galvão (2021) afirma tratar-se de uma “falácia” o argumento de que a implantação do formato digital (aulas virtuais) seja em caráter emergencial. A implantação da virtualização das aulas no momento pandêmico se apresenta como uma “brecha” encontrada pelo projeto neoliberal e capitalista para testar a permanência do ensino a distância, se aproveitando da tragédia política e social vivida no Brasil, aprofundadas com a pandemia.

Ainda segundo Saviani e Galvão (2021, p. 38), os baixos custos da educação a distância-EAD, em relação ao ensino presencial despertam interesses mercadológicos nos empresários do ramo educacional, promovendo a mercadologização da educação em prol do setor privado.

As múltiplas determinações do “ensino” remoto, entre elas os interesses privatistas colocados para educação como mercadoria, a exclusão tecnológica, a ausência de democracia nos processos decisórios para adoção desse modelo, a precarização e intensificação do trabalho para docentes e demais servidores das instituições.

Ao que parece, a tentativa de convencer profissionais da educação e a sociedade de um modo geral, que o ensino remoto é transitório e emergencial pode aprofundar as mazelas enfrentadas pelas precárias condições de trabalho já existentes que afetam o processo de ensino aprendizagem dos estudantes, caracterizando a flexibilização, exploração e precarização laboral.

O professor Thiago explicou os motivos de ter considerado regular a experiência de ministrar aulas no remoto assim:

Essa modalidade, com o tempo, acaba proporcionando um certo desinteresse por parte dos educandos. Somado a isso, o sinal da internet cai com frequência, dificultando

bastante o trabalho do professor. E digo mais: os equipamentos do professor, como por exemplo, notebook e celular, de tanto serem utilizados, acabam ficando sobrecarregados e com o tempo, começam a apresentar defeitos. (Professor entrevistado por questionário via *google forms*).

Essa realidade vivenciada pelos profissionais da educação que utilizam dispositivos para o trabalho remoto, foi vivida em outros setores como o de serviços burocráticos, administrativos, que trabalham em *home office*.

Na mesma seara, 31,6% dos professores consideraram boa a experiência de aulas virtuais durante a pandemia do *Covid 19*, dentre as justificativas para esse conceito se encontram a da professora Sandra que afirmou conhecer as mídias e ter facilidade com o uso das tecnologias, enquanto o professor Francisco José afirmou que:

A necessidade do momento me levou a pesquisar novas técnicas e preparar novo Material, no meu caso, preparei meu conteúdo de tal forma que fosse melhor visualizado pelos aparelhos celulares da maioria dos alunos. Fontes maiores, conteúdo mais direto, porém com informações mais completas do que uma simples apresentação de slides. (Questionário via *google forms*)

Alguns professores consideraram que o período de confinamento trouxe em seu bojo, um aprendizado sobretudo no tocante às descobertas desafiadoras relativas ao manuseio das mídias digitais de um modo geral, como expressou a professora Sandra. No entanto, a maioria dos docentes não dispunha de conhecimento tecnológico e dispositivos que tornassem possível essa realidade.

Por outro lado, pesquisas feitas e divulgadas por instituições de respaldo, como a CNTE (2020); GESTRADO/UNB (2021), mostram o adoecimento de professores durante o confinamento, com as aulas virtuais no ambiente residencial transformado em sala de aula. Outro dilema vivido pelos docentes foi em relação à formação direcionada ao uso das tecnologias. É importante articular o planejamento com ações e metodologias que contribuam para minimizar as perdas e dificuldades dos alunos sentidas com as aulas virtuais, as consequência cognitivas e emocionais, como descreve o professor Thiago em sua fala.

Ainda de acordo com os docentes pesquisados, 10,5%. Informaram que a experiência de ministrar aula virtual foi péssima, enquanto um professor informou ter sido ótima, mas não justificou. A professora Érika, que considerou excelente, justificou que; “o sistema ainda não está preparado, mas essa é a tendência”. A tabela a seguir demonstra a opinião dos professores em relação à experiência de ministrar aulas virtuais.

Tabela 4 - Conceito sobre a experiência em ministrar aulas no sistema remoto

Experiência no remoto	Nº Professores	%
Excelente	1	5,3%
Ótima	1	5,3%
Boa	6	31,6
Regular	9	47,4%
Péssima	2	10,5%
Não sei responder	0	0

Fonte: elaborado pela autora (2022)

É fato que a ausência de formação para os profissionais direcionada às TICs, pode ter acarretado prejuízos para o processo de ensino aprendizagem, além do estresse e cansaço imputado aos profissionais. Salientamos que a falta de estrutura física, materiais (equipamentos) e formação são fatores que contribuem para a precarização do trabalho da maioria dos profissionais que não tinha condições para se adaptar ao formato imposto de forma aligeirada e repentina.

Com a chegada do século XXI a educação iniciou o processo lento e desigual de inserção das tecnologias nas escolas, uma espécie de transição, durante o qual, o giz foi substituído pelo pincel, o quadro negro pelas lousas digitais, criação de laboratórios de informática, sobretudo com a criação das escolas profissionalizantes no Ceará, iniciada a pouco mais de uma década.

Com a pandemia do coronavírus, essa transição foi acelerada subitamente exigindo um aparato tecnológico, sinal de *internet*, dispositivo primordial para o funcionamento das aulas. Para que tudo funcione, há necessidade de planejamento e investimentos financeiros.

O vírus da *Covid 19* chegou ao Brasil após a contaminação ocorrer em países da Europa e da América do Norte e nos daria teoricamente tempo para planejar estratégias que pudessem minimizar os impactos da infecção, como a compra de vacinas por exemplo. Mas ao contrário, a ausência de planejamento e a inércia do governo federal contribuíram demasiadamente para altos índices de óbitos no país. Percebemos as diversas opiniões expressadas pelos professores pesquisados em relação às experiências vividas com modelo virtual, que foi um período desafiador, permeado de muitas dificuldades.

Sobre as consequências vividas por profissionais com o ensino remoto, Menezes *et al* (2021, p. 53) informa:

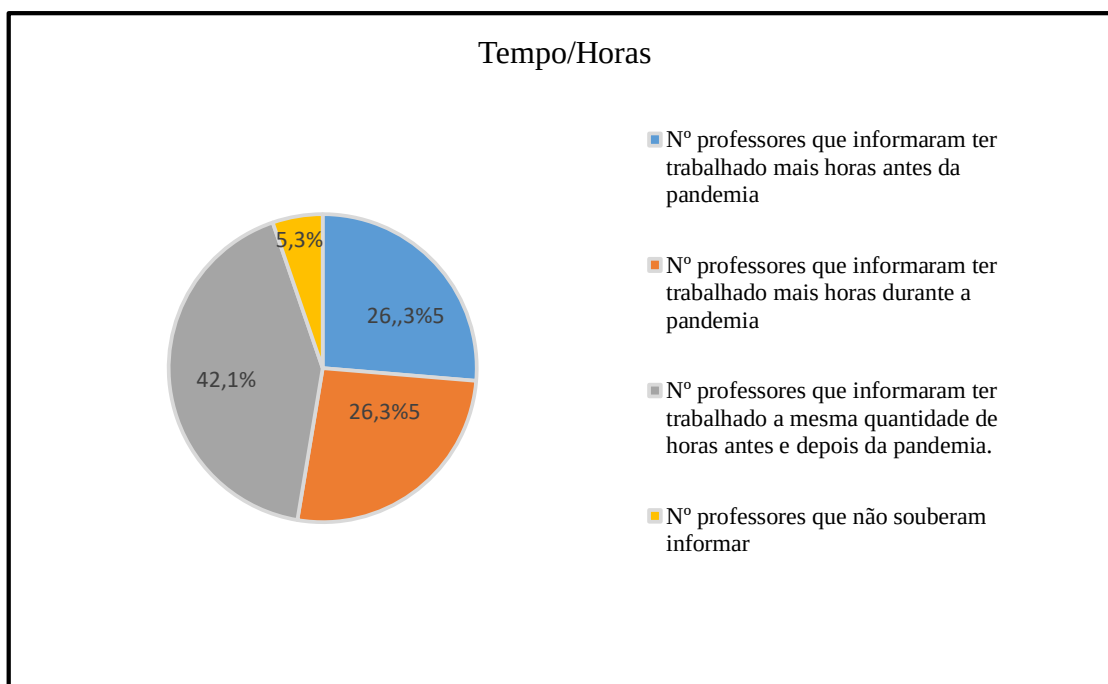
A demanda do trabalho remoto atingiram boa parte dos docentes de instituições públicas e privadas, que, despreparados, tanto em relação ao formato dessas aulas – que precisam de adaptações para o cenário virtual – quanto em relação ao uso das tecnologias (apenas para citar dois aspectos dessa complexa situação), tem experienciado cotidianamente reatamentos em seu saber-fazer.

A complexidade em torno da temática, por vezes não tão bem compreendida por muitos docentes, não por falta de criticidade, mas pela celeridade dos acontecimentos advindos com a contaminação da população pelo coronavírus, provocou efervescência em diversos setores, notadamente na sociedade.

Perguntamos sobre o tempo (em horas) dedicado ao trabalho em uma semana letiva normal antes do período de ensino remoto, considerando o trabalho pedagógico, as atividades de apoio ao ensino, planejamento, correção de avaliações, trabalhos, atividades, preenchimento de diários, relatórios, formulários. Depois perguntamos sobre o tempo durante do período de ensino remoto para verificar a incidência ou não do aumento na carga horária.

Os docentes assim responderam: 05, ou 26,3%, informaram que trabalharam mais antes da pandemia, 05 docentes, ou seja 26,3% afirmaram que trabalharam mais horas durante a pandemia, 08 professores, ou 42,1%, disseram que o tempo (horas trabalhadas) foi igual tanto antes como durante as aulas virtuais, e, por fim, 01, ou 5,3%, disse não saber informar.

Gráfico 4 – Comparativo de horas aulas trabalhadas antes e durante ensino remoto



Fonte: elaborado pela autora 2022 (questionário disponível em: <https://docs.google.com/forms>)

Durante a pandemia muitos docentes sentiram o impacto no trabalho em virtude do aumento do tempo dedicado ao trabalho. Ora, a sala de aula, permanentemente instalada na sala de casa, o uso das redes sociais, especialmente o *whatsapp*, contribuíram absurdamente para agravar a situação e a dilatação de horas trabalhadas. O turno nunca terminava após as aulas virtuais, sempre tinha o atendimento a gestão, coordenação pedagógica, pais, alunos e os próprios colegas de trabalho mais aflitos que solicitavam ajuda, sobretudo em relação ao uso de tecnologias. Menezes *et al* (2021, p. 55) assevera que:

Os professores trabalhando em casa, na grande maioria, trabalham o tempo todo. A jornada ampliou demasiadamente. Presencialmente, explica-se, orienta-se, tira-se dúvidas, avalia-se de forma coletiva. Agora isso é feito, na maioria dos casos, de forma individualizada, o que faz com que os professores estejam o tempo todo a disposição.

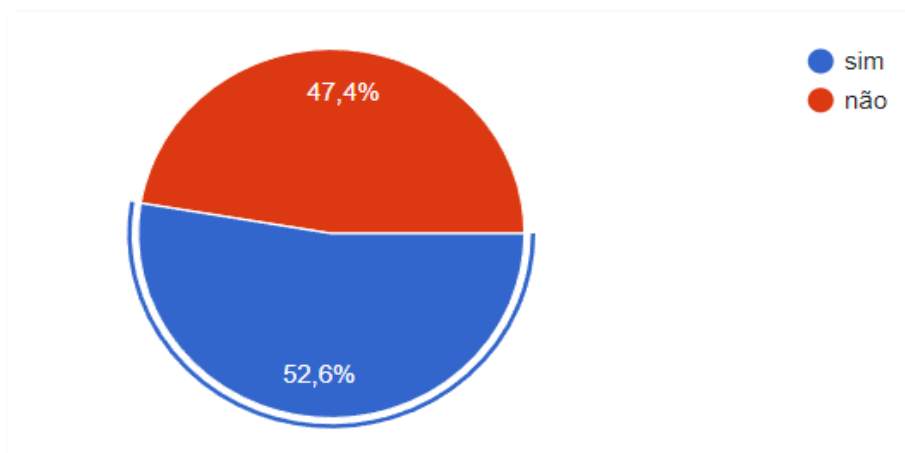
A invisibilidade no aumento da carga horária trabalhada, pode ser mascarada pela intensificação do trabalho exigido em diversas frentes e ainda pelas dificuldades sentidas pelos docentes com a utilização das TICs. Oliveira (2020, p. 35) afirma que:

A dificuldade em lidar com ferramentas digitais e a ausência de formação específica para a utilização de tecnologias para o ensino remoto podem acarretar um aumento do tempo de trabalho para a realização das aulas, o que resulta em aumento das horas dedicadas ao trabalho, portanto, em sobrecarga.

Não podemos esquecer que a ausência de formação específica para o manuseio das tecnologias, também se apresentam como um agravante que corrobora para aumentar as dificuldades dos docentes, que busca por conta própria, pesquisar para dirimir as dúvidas, isso demanda tempo e trabalho.

Em relação à compra de algum tipo de equipamento para ministrar aulas virtuais, verificou-se um equilíbrio onde 52,6%, o que equivalente a dez professores, afirmaram ter comprado algum dispositivo ou equipamentos. Entre os professores que não compraram, aparecem nove docentes, ou 47,4% dos pesquisados, que afirmam não ter feito nenhum investimento.

Gráfico 5 – Aquisição de equipamentos para ministrar aulas remota durante a pandemia



Fonte: elaborado pela autora 2022 (questionário disponível em: <https://docs.google.com/forms>)

É importante entender que a internet é equipamento primordial para a efetivação das aulas virtuais, bem como *notebooks*, *smartphones*, *tabletes*, entre outros dispositivos importantes para o funcionamento das aulas remotas adquiridas pelos docentes para pôr em prática o formato imposto.

Zientarski *et al* (2021, p. 1024) afirma que “o trabalho docente foi acrescido - por um lado - de despesas com equipamentos de informática e pacotes de *internet* e/ou planos com operadoras de telefonia celular”. A autora endossa os resultados da pesquisa que alertam para a precarização do trabalho docente, aprofundada com a pandemia do coronavírus, que afetou no âmbito financeiro.

Quando os docentes foram perguntados, se o orçamento foi afetado durante a pandemia, 42,1% responderam sim, outros 42,1% responderam não. Outros 15,8% informaram que afetou um pouco o orçamento. Os sujeitos pesquisados tinham como opção de resposta: “sim”, “não” e “outros”.

Entre os itens citados para fundamentar as respostas “sim”, estão os gastos com energia, plano de internet banda larga, equipamentos para utilizar nas aulas como celular e *notebook*, além de remédios e consultas médicas por causa do vírus da *Covid 19*. Para justificar que gastaram, eles informaram que houve economia com transporte/combustível e alimentação. Enfatizamos que, dos 19 professores questionados, apenas 15 docentes responderam à questão sobre alterações no orçamento.

De acordo com Zientarski *et al* (2021, p. 1031) “Os impactos da nova (re)configuração do ofício docente – trouxe à tona as condições em que vivem e trabalham esses sujeitos

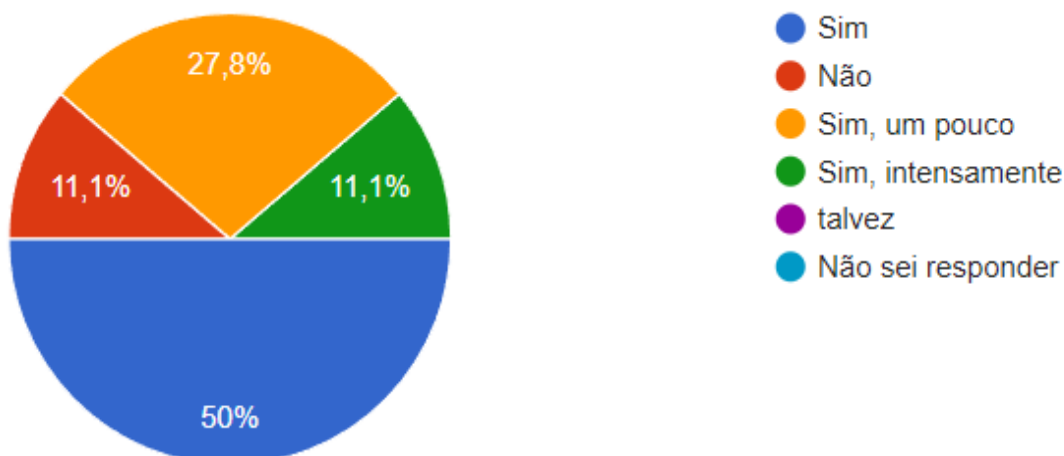
históricos, homens e mulheres, professores e professoras”. É inegável que o ensino remoto durante a pandemia tenha alterado a vida profissional e pessoal dos professores. SAVIANI, 2021; OLIVEIRA, 2020; MENEZES *et al*, 2021, confirmam que houveram impactos de toda natureza no trabalho e na vida docente que provocaram adoecimentos de ordem física e psicológica.

Perguntados se consideravam que com a adoção do ensino remoto sua vida profissional tinha sofrido algum tipo de impacto, seja positivo ou negativo os pesquisados responderam que: 11,1%, informaram que impactou intensamente, 50% informaram apenas sim, 27,8% impactou um pouco e ainda outros 11,1%, disseram não ter havido impacto, conforme gráfico abaixo retirada das respostas do questionário. Dos 18 professores que responderam, a maioria justificou que houveram impactos de natureza tanto positiva quanto negativa, intensa ou não na vida profissional.

O Instituto Península, em parceria com diversas instituições, fez uma pesquisa intitulada: retratos da educação no contexto da pandemia do coronavírus em 2020 e constatou que 77% dos professores declararam que se sentiram pouco ou nada preparados para ministrarem aulas virtuais. Dentre as prioridades de apoio consideradas importantes pelos professores que a escola poderia ter oferecido no período de ensino remoto que poderiam ter contribuído na preparação dos docentes para o enfrentamento das dificuldades estão: apoio e treinamento para ensinar à distância 75%, apoio pedagógico para conseguir auxiliar os alunos 64%, apoio psicológico / emocional 55%, apoio para conciliar atividades domiciliares e rotina de trabalho 41%, apoio financeiro 40%. (Instituto Península 2020).

Penso que todos os trabalhadores de um modo geral e em especial os trabalhadores da educação que enfrentaram mudanças na configuração de ensino, adotada com as aulas remotas, sentiram os impactos na vida pessoal e profissional metamorfoseadas pela demanda assumida pelo professor ao ministrar aulas virtuais de sua residência e pelas transformações sofridas pela sociedade que precisou se reinventar e adotar novas habilidades e conhecimentos pela inserção forte das tecnologias no contexto cotidiano.

Gráfico 6 - Impactos positivo/negativo na vida profissional durante o ensino remoto



Fonte: elaborado pela autora (questionário disponível em: <https://docs.google.com/forms> - 2022)

A alegação do distanciamento e ausência de interação/resposta do aluno nas aulas virtuais foram as mais consideradas pelos docentes como as de impacto negativo, como expressou a professora Kelly: “Falta de contato com os alunos deixa a impressão que o trabalho não tem nenhum significado”. Essa foi a queixa da maioria dos docentes.

Adaptar-se a mudanças é de suma importância para as relações sociais em constante transformação. O professor Eilson, assim escreveu sobre os impactos positivos. “Positivo, aprendi que consigo me adaptar”. É importante permitir-se, ser solícito as mudanças, facilita e oportuniza o crescimento profissional e humano. O uso e a aprendizagem das TICs, foram apontadas pela maioria dos professores como o maior legado deixado para a profissão, apesar da ausência de formação específica.

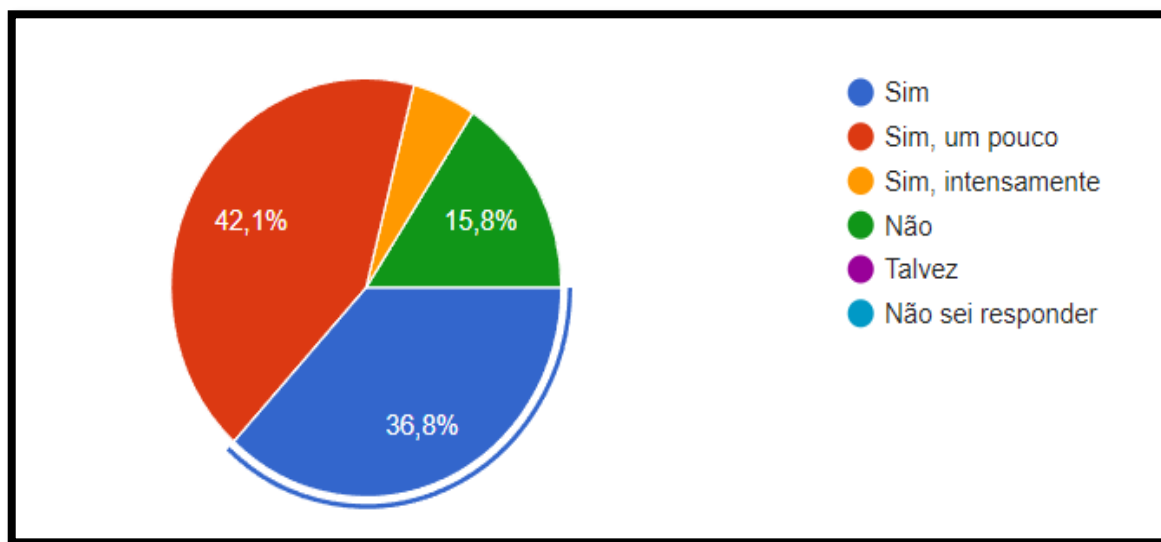
Para Nóvoa e Alvim (2021, p. 03) com a chegada da Covid 19 e o ensino remoto que exige o uso de ferramentas tecnológicas para a condução do processo de ensino aprendizagem nas escolas e para a vida em sociedade conectada, é impensável no pós pandemia.

Hoje, não é possível pensar a educação e os professores sem uma referência às tecnologias e à “virtualidade”. Vivemos conexões sem limites, num mundo marcado por fraturas e divisões digitais. É preciso enfrentar com lucidez, e coragem, essas tensões: entre um empobrecimento da diversidade e a valorização de diferentes culturas e modos de viver; entre uma diminuição da privacidade e da liberdade e a afirmação de novas formas de democracia e participação; entre a redução do conhecimento ao digital e a importância de todo o conhecimento, humano e social.

É fato que a internet e a tecnologia estão movendo a sociedade conectada. No entanto não podemos ignorar que essa é uma realidade que não compreende o todo e precisa ser refletida e enfrentada sobretudo com políticas públicas que fomentem o acesso em todas as escolas,

culturas e na vida da sociedade. Apesar da conexão vivida no mundo hoje, parte da população vive a realidade do mundo desconectado, onde a desigualdade social gerada pela fome, desemprego, informalidade, violência retarda o desenvolvimento e exclui crianças e jovens que não possuem uma escola que ofereça melhores oportunidades de aprendizagem. Vivemos em um país gigante em território e em desigualdades, onde as políticas públicas existem mas não são efetivadas.

Gráfico 7 - Alterações e impactos na vida pessoal com o ensino remoto



Fonte: elaborado pela autora (2022) (questionário disponível em: <https://docs.google.com/forms>)

De acordo com o gráfico acima os docentes informaram sobre os impactos na vida pessoal com o ensino remoto que: 42,1% sim, um pouco, 36,8% sim, 15,8% não foram afetados e apenas 5,3%, ou 1 professor, informou que foi afetado intensamente pelos impactos do ensino remoto na vida pessoal. Os entrevistados não foram convidados a justificar suas respostas, para não ser invasivo em relação a questões que podem remeter a questões pessoais.

No entanto, é sabido por todos que viveram o confinamento durante a pandemia, que a efervescência provocada pelo vírus da *covid 19*, abalou a todos, seja na vida pessoal ou profissional, como veremos na análise a seguir.

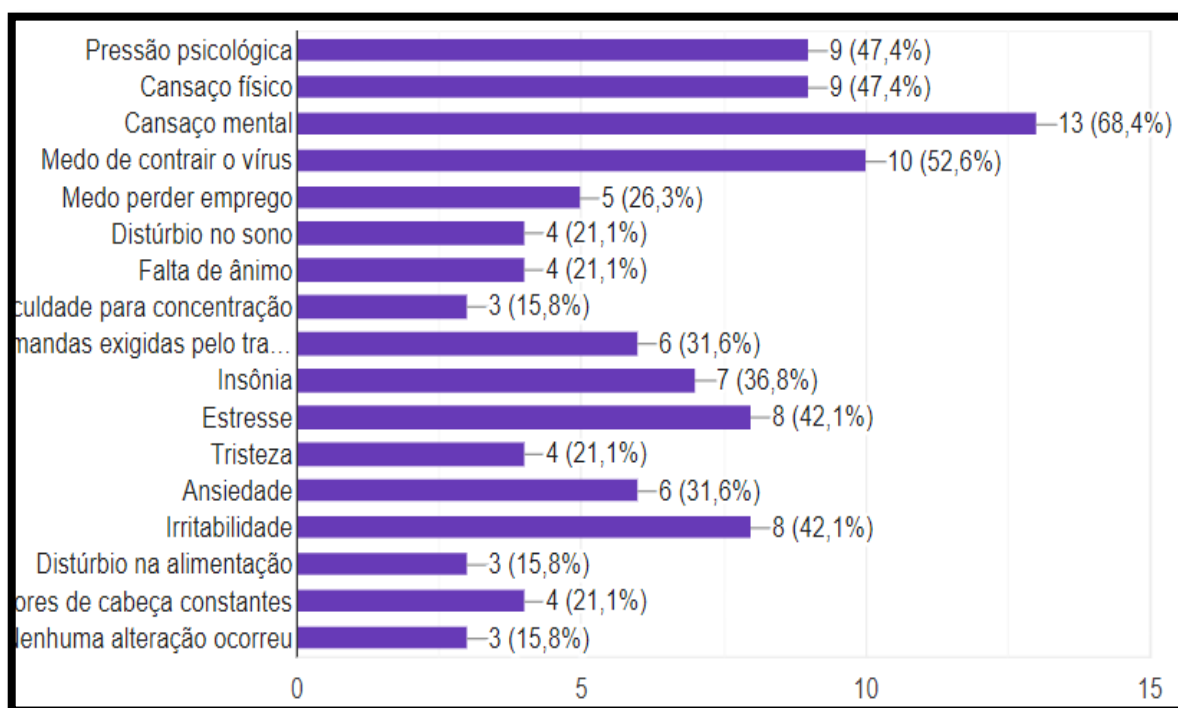
5.4 A saúde emocional dos docentes

Perguntados sobre alguma alteração no comportamento, impacto emocional e/ou psicológico vivido por eles durante o período que ministraram aulas em suas casas no sistema

remoto, todos responderam que sim, unanimemente tiveram algum impacto de cunho emocional durante a pandemia.

O quadro abaixo elenca as principais queixas sentidas pelos professores. É importante frisar que o professor poderia marcar mais de uma opção e ainda tinha a opção “outros” para acrescentar alguma sugestão que não estivesse relacionado. Dentre os itens sugeridos, cansaço mental foi o mais votado, apontado por 68,4% dos professores, seguido pelo: medo de contrair o vírus com 52,6%, pressão psicológica e cansaço mental ambos com 47,4% cada. Estresse e irritabilidade também foram citados por 42,1% dos docentes. Já a ansiedade e as demandas exigidas pelo trabalho, somaram 31,6% respectivamente. Contudo, 15,8% dos professores informaram que nenhuma alteração ocorreu.

Gráfico 8 - Possível alteração no comportamento (emocionais/ psicológicas) em função do trabalho remoto durante a pandemia



Fonte: elaborado pela autora (2022)

A maioria dos 19 professores pesquisados informaram ter sofrido algum tipo de pressão, que alterou o comportamento com o ensino remoto durante o confinamento, evidenciando as dificuldades sofridas pelos docentes ao associar trabalho e vida pessoal.

As adversidades vividas pelos professores com o confinamento e o fechamento da escola é manifestado por vários autores em seus escritos sobre o ensino remoto, à exemplo de Alessi *et al* (2020, p. 22) quando enfatiza que: “Condições de trabalho inadequadas,

atendimento a questões organizativas e de orientação, adicionados ao preparo de aulas e ao ensino remoto em si, tem levado ao desgaste dos docentes, a exaustão e ao esgotamento da saúde”.

Na mesma direção, Saviani e Galvão (2021, p. 54) afirmam que “com a pandemia, que descortinou a necessidade e a importância do cuidado com a saúde mental de diversas categorias profissionais, evidenciou-se que os professores estão entre as categorias que mais preocupam”. O número de professores que vivem esse dilema psicológico existe há muito tempo, entidades sindicais e instituições ligadas à área da psicologia denunciam a quantidade de professores que buscam afastamento por problemas de saúde, notadamente durante a pandemia da *Covid 19*.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), fizeram uma pesquisa intitulada: “Saúde Mental de Trabalhadores em Educação Filiados à CNTE”, em outubro de 2021. Segundo a pesquisa, o estudo sobre as “Novas formas de trabalhar, novos modos de adoecer” teve como objetivo central conhecer os impactos do trabalho remoto na saúde emocional nos trabalhadores em educação. Os resultados preocupam pela ausência de um planejamento gerenciado pelo governo federal para que seja criada uma política pública que trate do professor sequelado.

Um total de 714 trabalhadores da educação responderam à pesquisa em todas as regiões do país. Destacamos algumas estatísticas a fim, de confrontar, confirmar ou negar nossos achados para verificar os resultados e examinar os dados. É importante verificar que a pesquisa feita pela CNTE questiona as possíveis causas do adoecimento dos docentes quando foi perguntado: trabalha mais horas remotamente do que presencialmente? 64% responderam: “concordo totalmente”, em outra indagação foi perguntado: o espaço físico disponível para a realização do trabalho é adequado? 46% responderam: “discordo totalmente”.

Ainda segundo a pesquisa da CNTE, outras perguntas relativas à saúde do professor durante a pandemia da *Covid 19* foram indagadas. No tocante à necessidade de atestado médico, 49% dos docentes disseram ter solicitado. Ainda segundo os entrevistados, 84% afirmaram que o afastamento estava relacionado à atividade profissional. A dilatação do tempo de trabalho também se fez presente em 75% dos docentes que afirmaram ter trabalhado 60 horas por semana.

Os dados da ilustrados na figura abaixo, confirmam a situação de fragilidade dos professores em todo o país em relação à saúde, em virtude da precarização e intensificação do trabalho durante a pandemia do coronavírus.

Figura 4 - Resultados sobre os danos relacionado ao trabalho

	Aceitável	Alerta	Grave	Doenças Ocupacionais
Danos Psicológicos	8%	31%	40%	21%
Danos Sociais	15%	45%	32%	8%
Danos Físicos	4%	22%	48%	26%

Fonte: Artemisa – Estudos em Psicologia, Saúde e Trabalho Ltda. (2021)

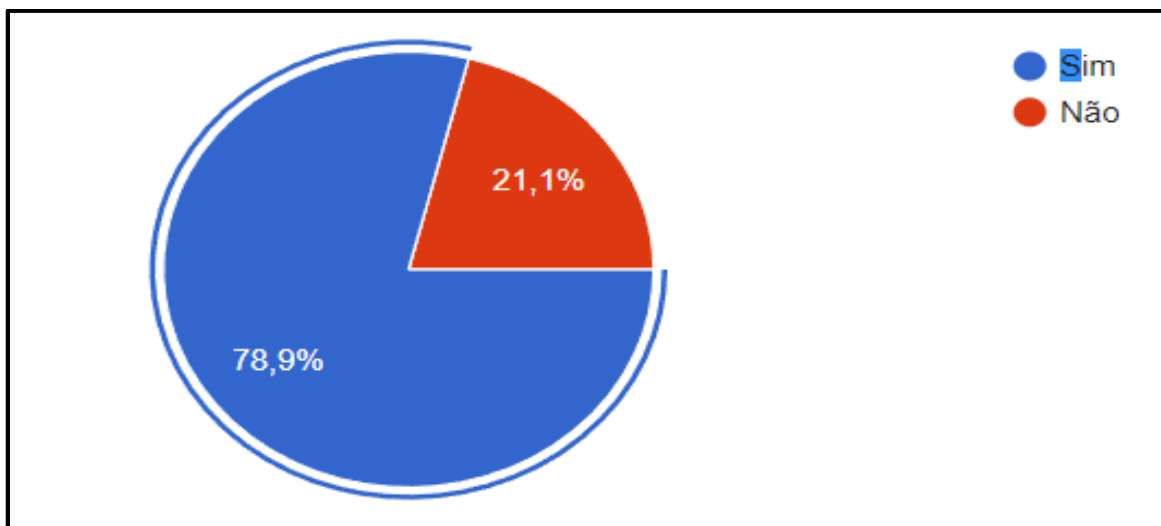
Os resultados endossam os índices apresentados em nossa pesquisa sobre trabalho docente, reforça a necessidade de uma atuação imediata na melhoria do contexto de trabalho em educação, através de um projeto/planejamento com políticas públicas para tratar esses trabalhadores adoecidos.

Em nossa pesquisa, perguntados se usaram algum medicamento em virtude de problemas emocionais e/ou psicológicos, 21,1% afirmaram que sim, 68,4% afirmaram que não, 5,3% afirmou que sim, temporariamente durante a *Covid 19*.

Outra pesquisa feita e divulgada por Artemisa Estudos em Psicologia, Saúde e Trabalho Ltda, (2021), afirma em seu relatório que; “As defesas de exploração e adaptação exigem do trabalhador um investimento físico e sociopsíquico que vai além de seu desejo, e têm a negação do sofrimento e a submissão ao desejo da organização do trabalho em suas bases”. Muitas vezes temos a impressão que o trabalhador não consegue perceber ou/e verbalizar a realidade dos acontecimentos vividos, mas também pode ser uma forma de se proteger de “perseguições” no trabalho, sobretudo trabalhadores temporários.

Perguntados se já tinham ouvido falar em precarização do trabalho docente, 78,9% dos professores disseram que sim, enquanto 21,1% informaram que não. O fato de professores não terem nunca ouvido falar em precarização do trabalho docente, nos leva a pensar que precisamos repensar sobre a formação inicial e continuada dos docentes, uma vez que, é na universidade que recebemos as primeiras instruções sobre o ofício de ensinar, que não implica somente em ministrar aulas e conteúdo, mas também conhecer o mundo ao seu redor para compreender o mundo no qual o aluno está inserido.

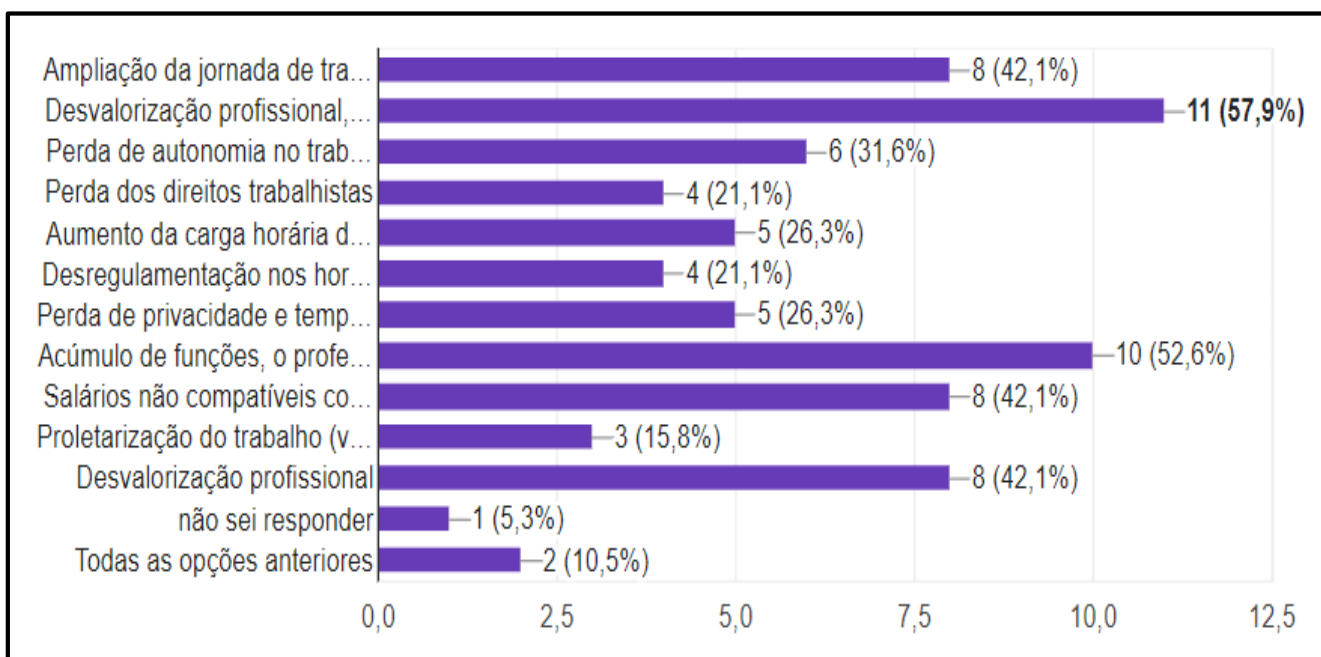
Gráfico 9 - Docentes que já ouviram falar sobre o fenômeno do Trabalho Precarizado



Fonte: elaborado pela autora (questionário via *google forms* - 2022)

Em seguida, pedimos ao professor para marcar opção(ões) que considerasse estar relacionada ao fenômeno da precarização do trabalho docente. A desvalorização profissional por causa de salários incompatíveis com a função foi apontado por 57,9%, a maioria. Acúmulo de funções, o professor passou a exercer múltiplas funções, 52,6%, a ampliação da jornada de trabalho e desvalorização profissional com 42,1%, respectivamente. A perda de autonomia no trabalho foi lembrado por 31,6% dos pesquisados.

Gráfico 10 - Os motivos que podem levar ao fenômeno da precarização do trabalho docente



Fonte: elaborado pela autora (questionário via *google forms* - 2022)

De fato, os resultados da figura acima expressam o sentimento do professor em relação ao seu trabalho árduo em qualquer modalidade, mormente durante a pandemia que o docente se dedicou e foi desafiado a novas configurações, sem contudo ser reconhecido pelo governo e a sociedade de um modo geral.

Sobre o item “acúmulo de função”, é sabido que os profissionais da educação sempre excederam as horas trabalhadas de sua carga horária, notadamente com o trabalho remoto como divulgado por pesquisas (CNTE, 2020; GESTRADO/UNB, 2021) nos últimos anos.

Quando perguntados se consideravam que o ensino remoto tinha trazido novas atribuições ao trabalho docente, dos dezenove (19) professores pesquisados, dezesseis (16) responderam ao questionário, destes, quatorze disseram que sim, outros dois responderam “não”. Dentre as justificativas alegadas pelos que responderam “sim”, estão majoritariamente: a inserção de ferramentas digitais e a interatividade tecnológica nas aulas com o uso de novas tecnologias e o aumento da demanda em relação ao atendimento aos alunos e familiares.

De fato, desde o início do século XXI, com a chegada das tecnologias, seu uso foi intensificado, durante a pandemia com o ensino remoto, tomando conta dos espaços escolares. Contudo, não podemos pensar que a escola regular presencial desaparecerá.

Existe uma lacuna abissal entre os que têm acesso ao ciberespaço e os que não tem, resultando em uma enorme exclusão digital. A escola é direito de todos e dever do estado assegurado pela Constituição. Também não podemos pensar que a escola, enquanto espaço físico, ruirá em detrimento da educação virtual ou a distância com o fim da pandemia.

Sobre esse sentimento pós pandemia, Nóvoa e Alvim (2021, p. 04) consideram três situações que denominam de ilusões perigosas:

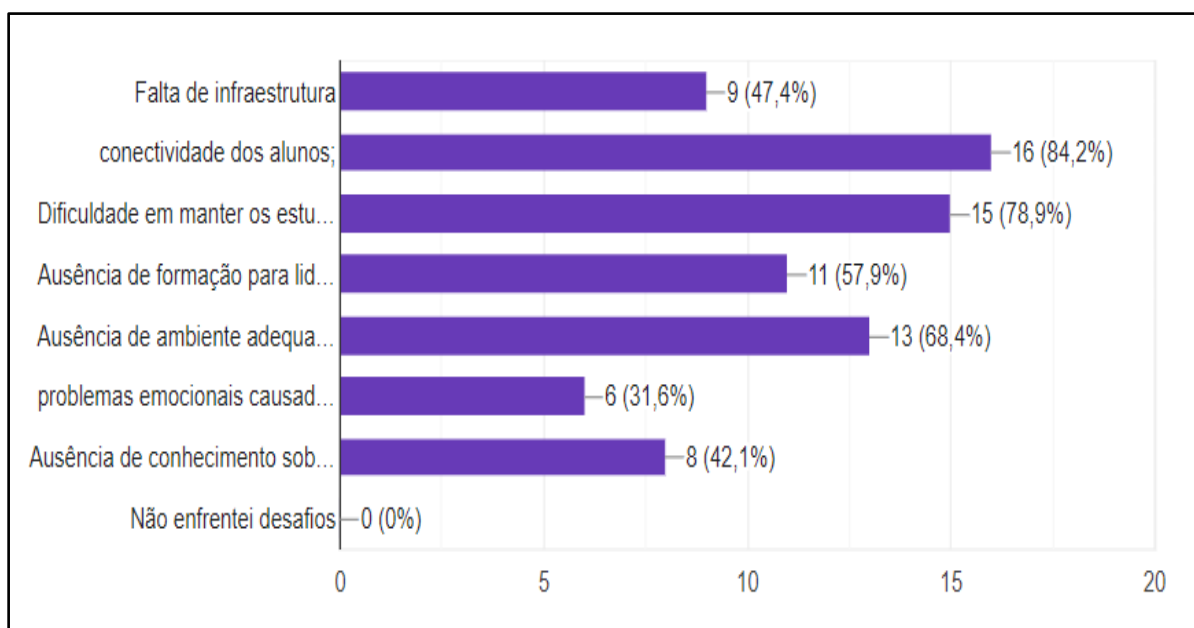
Primeira – a ilusão de que a educação está em todos os lugares e em todos os tempos, e que acontece “naturalmente” num conjunto de ambientes, sobretudo familiares e virtuais; Segunda – a ilusão de que a escola, como ambiente físico, acabou e, a partir de agora, a educação terá lugar sobretudo “à distância”, com recurso a diferentes “orientadores” ou “facilitadores” das aprendizagens; Terceira – a ilusão de que a pedagogia, como conhecimento especializado dos professores, será substituída pelas tecnologias, “dopadas pela inteligência artificial”.

Educação é construção e reconstrução, renova-se diante das constantes transformações às quais a sociedade é submetida de tempos em tempos, com guerras, catástrofes e pandemias. O papel do professor é esse também, além de tentar se manter humano para trabalhar na busca de uma educação emancipadora e omnilateral.

Sobre os desafios enfrentados na prática docente durante a pandemia, os pesquisados informaram que 84,2% responderam que a conectividade dos alunos foi o maior deles, seguido pela dificuldade em manter os estudantes engajados com 78,9%. A ausência de ambiente adequado em casa 68,4%, a ausência de formação para lidar com o ensino remoto, foi apontado por 57,9%.

Já a ausência de infraestrutura e de conhecimento sobre o manuseio dos recursos tecnológicos apareceram com 47,4% e 42,1% respectivamente. Os problemas emocionais causado pelo medo, incertezas somaram 31,6% segundo os docentes, como grande desafio. Vale ressaltar que, os pesquisados poderiam responder mais de um item.

Gráfico 11 - Desafios enfrentados na prática docente durante a pandemia



Fonte: elaborado pela autora (<https://docs.google.com/forms>) – 2022.

São muitos os problemas que afligem os profissionais da educação marcados pelos desafios enfrentados constantemente em escolas que não oferecem estruturas físicas adequadas, laboratórios de pesquisa, livros, salários dignos, valorização profissional entre outras adversidades que se fazem presentes na luta por melhores condições de trabalho antes mesmo do ensino remoto, que intensificou a situação dos profissionais da educação, como escreveu Freitas e Silva (2016, p. 134)

Analizando as literaturas sobre a saúde do trabalhador docente é possível constatar que o seu processo de adoecimento está ligado, inegavelmente, à sua atividade profissional, que exige esforço físico e psicológico diariamente,

principalmente no atual contexto de mundialização, onde as relações de trabalho se encontram em constantes mudanças e o trabalhador em permanente vulnerabilidade.

A precarização, flexibilização e exploração laboral docente em curso há algum tempo encontrou no confinamento, que resultou no fechamento das escolas e na adoção ainda que emergencial do ensino remoto, a oportunidade que os governos neoliberais já executam veladamente aos olhos do senso comum.

Sindicalistas, professores, profissionais liberais, entre outros segmentos, alertam para o desmonte das universidades, corte nos investimentos, ausência do fomento em políticas públicas, para a desvalorização profissional, para a tentativa de substituição do ensino presencial pela EaD, entre outros. São circunstâncias vividas pela conjuntura política que afetam a educação, intensificada durante a pandemia do *Covid 19*, que provocaram o enfraquecimento das conquistas asseguradas em lei e encontraram no formato remoto a oportunidade de implementação do projeto neoliberal.

Ao final da pesquisa oferecemos um espaço para os professores discorrerem sobre suas experiências vivenciadas durante a pandemia com o ensino remoto, para que pudessem expressar os impactos, pontos positivos e negativos, expectativa e adversidades enfrentadas.

Dos 19 professores participantes da pesquisa, apenas 11 docentes utilizaram o espaço reservado para tecer algum comentário. Destes, um professor(a) informou que não teve nenhum tipo de problema, outro(a) argumentou que se sentiu contemplado(a) com as perguntas do questionário e que já expressou o que sentiu e vivenciou no período. Assim, restaram 9 professores que expressaram impressões positivas e negativas sobre o período.

Entre os pontos considerados positivos, porém desafiadores, apareceram: compreender a importância de novos aprendizados, adaptação, a permanência por mais tempo com a família, saída da zona de conforto e ir em busca de aprendizagens relacionada às tecnologias, contato e empatia com a família e estudantes e, por fim, cuidados com a saúde.

Entre os pontos negativos e impactantes foram mencionados: estrutura física inadequada, falta de familiaridade com alguns aplicativos e *softwares* educacionais, falta de preparo com a metodologia de ensino remoto (formação), sem planejamento dificultou muito sua aplicação e efetividade, salários defasados, internet lentamente e desinteresse dos alunos são as queixas apontadas pelo professores pesquisados.

É importante transcrever a fala do professor Veloso, quando afirmou que de alguma forma as dificuldades enfrentadas fortaleceram-no como pessoa e profissional: “Nos obrigou a sair da zona de conforto, aprender mais sobre as tecnologias, descobrir novos meios de

realizar nosso trabalho. Nos obrigou também a cuidar da nossa saúde e descobrir o essencial. Acho que a pandemia nos mudou de alguma forma”.

5.5 Algumas considerações

A ideia de que sairíamos melhores, mais ‘humanos’ preocupados com as mazelas sociais foi amplamente propagada nas redes sociais, em grupos de *whatsapp* programas televisivos durante o confinamento imposto pela *Covid 19*. Enfim, seres humanos comprometidos com o coletivo é um sentimento influenciado pelo sofrimento e empatia de cada ser humano, individualmente.

No entanto, essa ideia pode ser somente uma crença, pois isso depende de cada um, do que perdemos, de como vivemos e de como sobrevivemos. Ademais, vivemos sob o jugo do sistema capitalista que visa exclusivamente ao lucro, que, mesmo na crise, não se desviou de seus objetivos. Melhores ou mais individualistas? Temos memória curta? O tempo dirá.

O cenário social apresentado ao longo do confinamento, deixou rastros na sociedade em transformação, não pelo caráter, mas pelo individualismo avivado com a pandemia do coronavírus, sequelados emocionalmente e divididos pela enorme desigualdade social e pela exclusão digital intensificadas com a pandemia do coronavírus que aprofundou a crise econômica pela qual passávamos.

No campo social, a polarização política nos tornou sectários de conceitos disseminados nas redes sociais que substituíram o diálogo por verdades improváveis, as *fakes News*. Economicamente, herdamos mais pobreza e concentração de renda. O capitalismo já sinalizava uma crise em curso há tempos, que refletia em diversos setores, notadamente no trabalhista, retirando garantias e direitos conquistados com muitas lutas.

Para além das perdas trabalhistas, o aumento do desemprego, da informalidade, a precarização e exploração dos trabalhadores que têm arcado com o ônus, a uberização (Antunes, 2020) foram intensificadas e contribuíram para a perda das garantias asseguradas em lei, a exemplo da Lei Complementar nº 173 de 27 de maio de 2020 que estabelece o programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-coV-2(covid 19), altera a Lei complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 e dá outras providências.

No período de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021 a Lei Complementar 173/2020 impediu pagamentos e contagem de tempo relativa a anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e vantagens concedidas ao servidor público. Na prática, ela veda um elenco de garantias por 19 meses, de acordo com o Art. 8º do inciso IX. (BRASIL,

2022). Em 08 de março de 2022, nova Lei Complementar nº 191, que estabelece o programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (covid 19) foi sancionada para corrigir a Lei Complementar nº 173/2020.

Diz o Art. 2º do parágrafo 8º da Lei complementar 191/2022: “O disposto no inciso IX do caput deste artigo não se aplica aos servidores públicos civis e militares da área de saúde e da segurança pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.” (BRASIL, 2022). Ou seja, a correção beneficia apenas militares e servidores da saúde, que não terão a interrupção de seus anuênios, triênios, quinquênios, licenças prêmio e contagem de tempo de serviço total durante a pandemia que estiveram na linha de frente durante a *covid 19*.

Para professores e demais servidores de entes federados, a lei 191/2022 dá perda de direitos com retomada da contagem do tempo reiniciada em 1º de janeiro de 2022. Resumindo, os professores perderam a contagem de tempo e pagamento. Entendemos que o período da pandemia exigiu investimentos maciços na área da saúde, no entanto não concordamos que os trabalhadores da educação que também estiveram na linha de frente durante o confinamento, sejam alijados de seus direitos.

O professor não só cumpriu suas obrigações profissionais, mas ressignificou conceitos e aprendizagens, aumentou suas horas de trabalho, custeou os equipamentos de trabalho para que os estudantes não ficassem sem aulas. Enfim, o professor também ficou na linha de frente no enfrentamento a pandemia, quando montou na sala de sua casa a sala de aula.

Vale ressaltar que, além da perda dos direitos e garantias trabalhistas asseguradas em lutas históricas anteriores, adoecimento emocional/psicológico, os docentes enfrentam a pandemia em condições precárias de trabalho. É importante que a categoria compreenda a necessidade de reconhecer os prejuízos e lutar para reconquistar perdas trabalhistas, morais e no campo da saúde trazidas por sequelas adquiridas nesse período de perdas trabalhistas durante a pandemia que provavelmente farão parte da vida do professor no pós pandemia.

Faz-se necessário políticas públicas voltadas para a educação fomentando projetos que valorize os profissionais da educação, concursos públicos, melhores a estruturas das escolas e sobretudo que implante internet com equipamentos melhorar e atualizar as aulas, a fim de melhorar o desempenho dos estudantes sobretudo aqueles que desejam a inserção no mercado de trabalho que exige formação e conhecimento em tecnologias.

5.6 Produto Educacional- *Podcast: Voz Docente*

Após a coleta e análise dos dados do primeiro questionário que examinou o perfil do professor e o trabalho docente durante a pandemia do coronavírus com as aulas virtuais, iniciamos a segunda parte da pesquisa que consistia em gravar 3 episódios (áudios) para compor o *Podcast: Voz Docente*, um lugar de diálogos, sobre a precarização do trabalho docente e um questionário com questões para submeter o produto a aprovação dos professores sujeitos da pesquisa.

Os estudos para a construção dos áudios que compõem o *Podcast*, levou em consideração a linha de pesquisa crítica do materialismo histórico, dialogando com os professores convidados ao debate, para de forma clara e objetiva levar aos docentes, sujeitos da pesquisa, algumas provocações que permitissem analisar as transformações, impactos e o reconhecimento (ou não) das transformações ocorridas no trabalho docente, especialmente com a intensificação percebida na exploração sobre o professor, com a adoção das aulas remotas durante a pandemia da *Covid 19*.

Assim, enviamos o instrumento de coleta que se encontra disponível no apêndice C com os áudios e as questões para avaliação e aprovação do produto, por meio eletrônico, (*e-mail*), aos professores da escola profissionalizante em pesquisa, para apreciarem e retornarem com as respostas e suas considerações por um prazo de 15 dias.

Salientamos que o período do envio da coleta aos professores, antecedeu a preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio- ENEM, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará,-SPAECE e a feira do empreendedor, evento desenvolvido pela escola anualmente que exige muito trabalho e absorve todo o tempo do professor. Mesmo em meio a tantos eventos extra sala de aula que absorveu mais tempo e envolveu mais trabalho, os professores conseguiram escutar e enviar as respostas à pesquisadora em tempo hábil. Esse esforço se deu porque alguns professores confessaram que se sentiram atraídos pelo tema da pesquisa, despertando interesse em ouvir os episódios e responder às perguntas sobre a avaliação do produto que foram disponibilizadas de forma clara e objetivas com o intuito de contribuir com o retorno dos professores sem contudo prejudicar o estudo.

Vale ressaltar que alguns professores enviaram mensagens via *whatsapp* a pesquisadora expressando o entusiasmo pelo tema, o que foi motivo de alegria para nós. Durante o período de coleta, enviamos mensagens aos professores via *whatsapp* a pedidos dos próprios docentes da pesquisa pela demanda de atividades que exerciam, reforçando e caracterizando a precarização do trabalho docente em pesquisa.

O instrumento de coleta foi feito no *Google forms* dividido em 6 seções assim distribuídas: na primeira solicitamos a identificação do respondente e seus hábitos básicos sobre o uso da internet e utilização de podcast no cotidiano, composto por 6 questões objetivas e 1 objetiva. Na segunda parte, disponibilizamos os 3 episódios com os áudios. O primeiro áudio, versava sobre um diálogo sobre trabalho docente disponibilizado no seguinte link: áudio 1 (precarização do trabalho docente).

No segundo episódio, provocamos com as perguntas: meu trabalho é precarizado? Reconheço o processo de precarização (ou não)? disponibilizado no link: áudio 2(meu trabalho é precarizado?) e no último episódio, abordamos sobre possíveis impactos do ensino remoto na vida pessoal e profissional docente com as aulas remotas durante a pandemia do coronavírus com acesso no link: áudio 3 (Possíveis impactos das aulas virtuais durante a pandemia).

Na terceira parte do questionário, propomos a avaliação da pesquisa em relação a temática desenvolvida nos áudios para o podcast com 3 questões objetivas. Na quarta parte indagamos em 4 perguntas sobre a organização do podcast. Na quinta parte, em duas perguntas, interrogamos sobre o trabalho docente precarizado dialogado nos áudios e por fim solicitamos que avaliassem o *Podcast* com aprovação ou reprovação. Felizmente o produto foi aprovado por 100% dos professores pesquisados.

Os aportes utilizados como referências para a fundamentação do diálogo dos professores que participaram da gravação dos áudios, considerou a análise crítica dos escritos dos teóricos descritos no estudo que servem de aportes, além de pesquisa sobre as regulamentações oficiais aprovada nas leis sancionadas pelas autoridades competentes. Buscamos ainda, dialogar com base na experiência acumulada pelos professores que conhecem o “chão da sala de aula” há décadas e agora vivenciaram a experiência do “chão virtual” na tela do computador, portanto os dois lados da moeda que fortaleceram o aprendizado acumulado com as experiências experimentadas.

5.6.1 O que inferimos dos dados?

Nessa subseção inferimos a partir dos dados coletados que nosso estudo mostrou-se receptivo pelo público em pesquisa, conforme análise disponibilizada abaixo com base nas respostas dos professores que aceitaram participar da segunda parte da coleta.

Ressaltamos que os professores que participaram do primeiro instrumento de coleta não necessariamente eram obrigados a participarem da segunda parte de coleta sobre o produto. Assim, lembramos que 22 professores que assinaram o TCLE estavam aptos a responderem o

primeiro questionário de coleta, no entanto para a segunda coleta apenas 21 docentes se encontram capazes de responder em virtude de um (1) deles, se encontrar em licença para estudos de pós graduação, portanto inato a responder o questionário, de acordo com o texto do TCLE, restando 21 professores habilitados para a coleta.

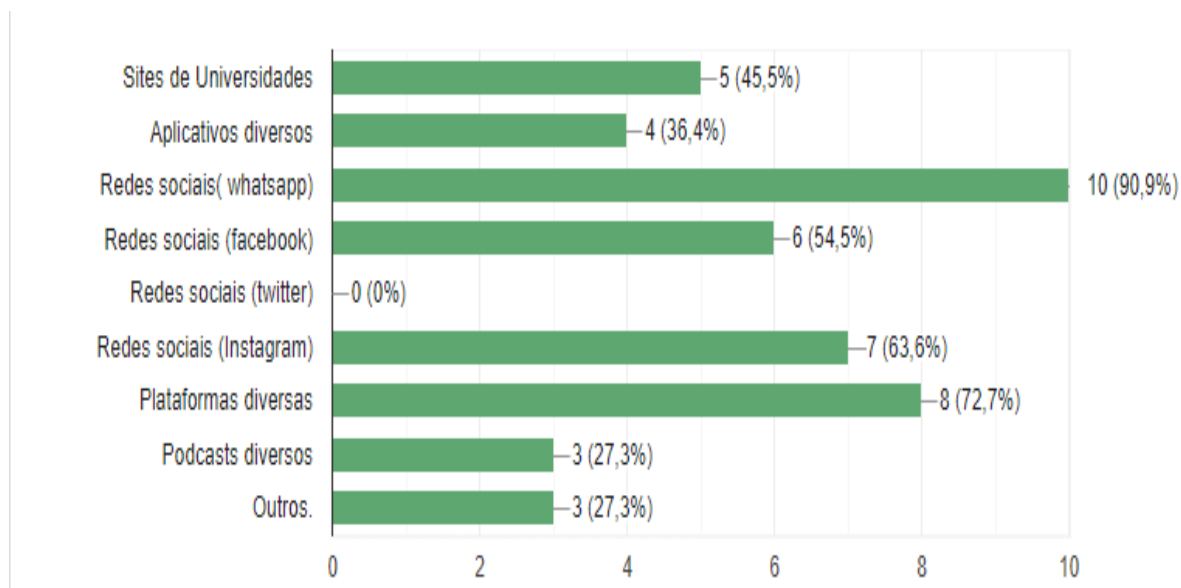
O segundo questionário foi enviado por meio eletrônico, via *e-mail*, aos 21 docente aptos a responder. Destes, 11 retornaram à pesquisadora respondido, portanto 52% dos professores que estavam aptos atenderam a pesquisa. Consideramos uma amostragem significativa que representa os docentes pesquisados pela diversificação de perfil e pela subjetividade de cada sujeito.

Entendemos que o número de participantes da pesquisa numericamente foi inferior em relação à primeira coleta em razão dos desafios enfrentados por esses profissionais em virtudes das demandas exigidas pelos eventos ENEM, SPAECE que absorvem muito trabalho dos docentes no apagar das luzes do último semestre letivo.

Dos 11 professores participantes da pesquisa nessa segunda parte, quatro são do gênero Masculino e sete feminino, revelando que as professoras demonstraram maior sensibilidade e interesse na pesquisa e no tema desenvolvido. Em seguida, perguntamos onde normalmente costumavam navegar na Internet por mais tempo, dos 11 professores que responderam, 90,9% informaram em casa, 36,4% no trabalho e 9,1% informaram em qualquer lugar. Informamos que em todas as questões subjetivas com múltiplos itens (mais de dois), a soma dos valores não fecham os 100% porque o entrevistado poderia marcar mais de um item.

Indagamos sobre o tipo de ambiente virtual que acessam na internet. Dos 11 entrevistados que responderam, 90,9% apontaram as redes sociais (whatsapp) como o ambiente mais utilizado, seguido de 72,7% nas plataformas diversas e 63,6% informaram as redes sociais (*Instagram*) conforme gráfico abaixo:

Gráfico 12 - Ambientes virtuais mais acessados na internet pelos professores.



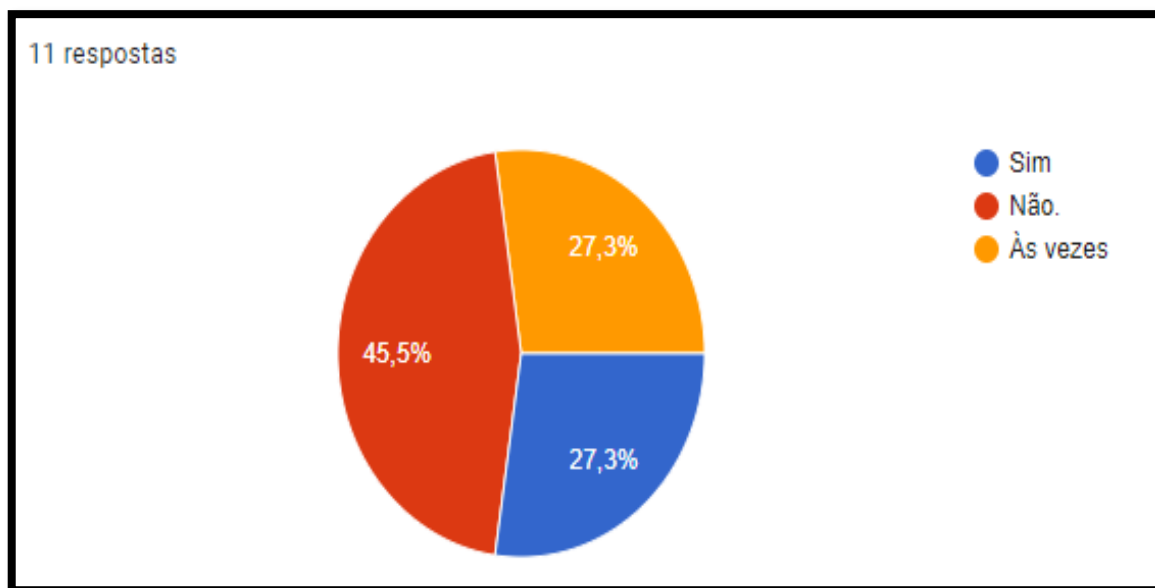
Fonte: Elaborado pela autora (questionário google forms- 2022)

No gráfico acima, os resultados acompanham a tendência da maioria das pesquisas feitas durante a pandemia CNTE, (2020), GESTRADO, (2021) quando o whatsapp aparece como a ferramentas mais utilizada, seja pela praticidade do acesso que já se popularizou antes mesmo da pandemia, pela rapidez no acesso na palma da mão facilitando e retorno na resposta à alunos, pais e de quem mais precisasse ou mesmo por ser a única ferramenta de comunicação acessível por muitos alunos com os docentes durante as aulas remotas.

Em relação ao tipo de dispositivo utilizado para acessar a Internet, 100% dos entrevistados responderam ser o *Smartphone*, seguido pelo *Notebook* com 63,6% e o computador com 45,5% das respostas. Ainda de acordo com o relatório da GESTRADO (2021), dos professores brasileiros entrevistados, 90 % apontaram o celular como o principal recurso tecnológico usado durante as aulas virtuais, seguido por 71% que usaram laptop (notebook). Quando perguntados sobre o hábito em ouvir podcast, 45% dos professores informaram que não tinham o hábito de ouvir, 27,3% informaram que ouviam e igualmente outros 27,3% informaram ouvir somente que às vezes.

Apesar dessa mídia ser conhecida há alguns anos, o seu uso se tornou mais intenso durante a pandemia com o confinamento, permitindo a flexibilidade de formatos, facilidade e praticidade oferecida aos ouvintes de assunto específicos que se tornam fiéis. É um recurso importante para as empresas que desejam divulgar suas marcas, a escola, são atrativos porque podem trazer, em pouco tempo informações específicas sobre determinados conteúdos que os professores desejem explorar.

Gráfico: 13 - Hábito em ouvir podcast.

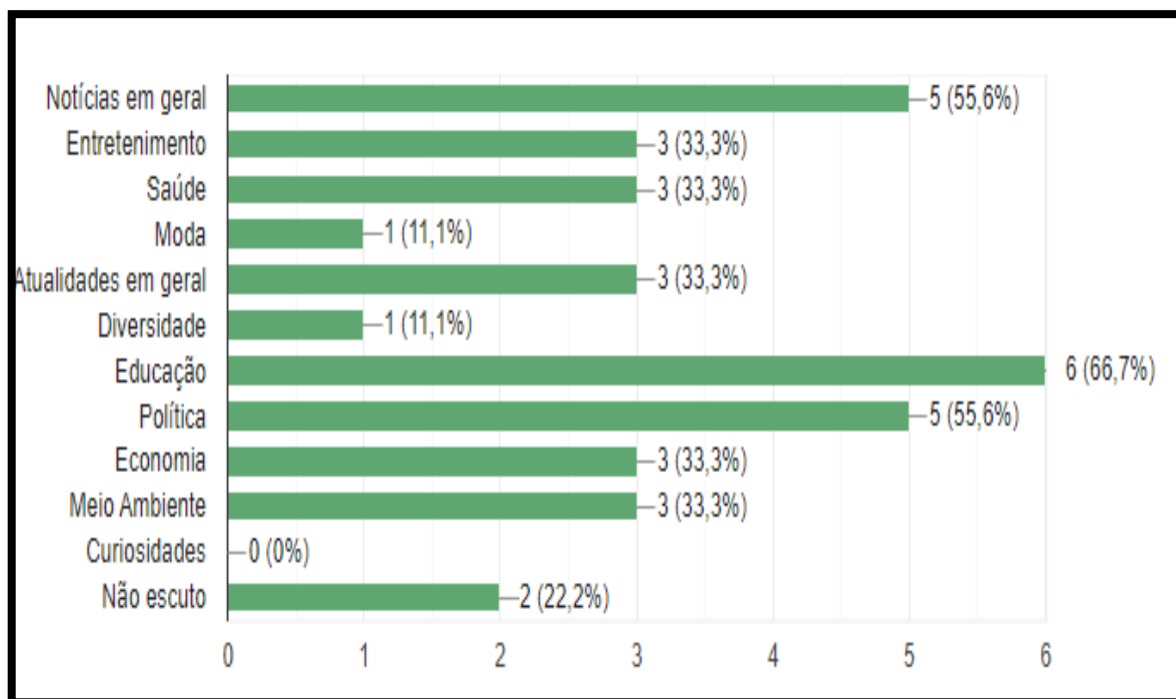


Fonte: Elaborado pela autora (questionário *google forms*- 2022)

Com a pandemia, esse tipo de recurso passou a ser bastante utilizado e divulgado nos ambientes educacionais como ferramenta pedagógica pela possibilidade de contribuir com os processos de aprendizagens, nos meios televisivos e jornalísticos usados sob demanda do ouvinte onde e quando quiser.

Dentre os entrevistados que informaram ouvir *Podcast*, os tipos que costumam escutar, de acordo com suas preferências, são: 66,7% afirmaram que escutam sobre educação, seguido por notícias em geral e política, cada um 55,6% respectivamente. Os resultados sobre o hábito dos professores pesquisados em ouvir *Podcasts* é ainda tímido, talvez em função da carga horária e do acúmulo de atividades que aparece na pesquisa como as principais queixas dos docentes ao longo do estudo.

Percebemos que a preferência pelo tipo de *Podcasts* que cada professor revelou escutar é de acordo com sua área de atuação, portanto a ideia é que existe a preocupação do professor em buscar conhecimentos para enriquecer suas aulas.

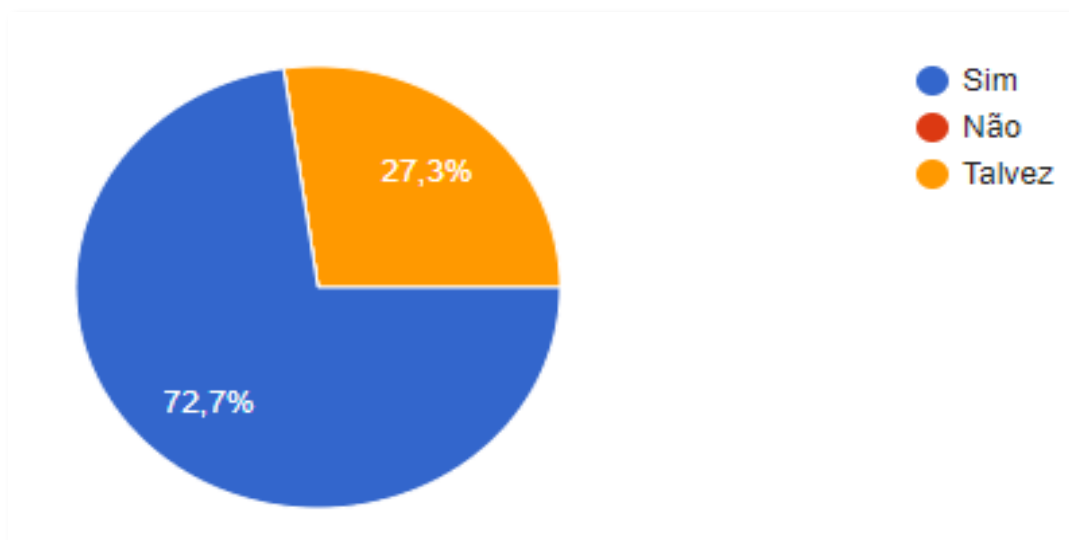
Gráfico 14 – Tipos de *Podcasts* ouvidos pelos professores

Fonte: Elaborado pela autora (questionário google forms- 2022)

Os resultados no gráfico mostram que os professores apresentam preferências bem diversificadas e demonstram preocupação com assuntos que evidenciam problemas sociais potencializados pela pandemia e que ainda se fazem presentes em setores da economia que seguem afetando a sociedade de um modo geral.

Essa mídia já bastante divulgada em empresas para divulgar uma “marca” comercial, nos meios de comunicação, nas escolas e nos espaços culturais pelo seu poder de divulgar e facilitar o acesso em qualquer local, a qualquer tempo, possui um público de qualquer faixa etária que se fideliza de acordo com o assunto de interesse.

Gráfico 15 – *Podcast* pode ser utilizado como uma ferramenta metodológica para a aprendizagem dos estudantes?



Fonte: Elaborado pela autora (questionário google forms- 2022)

Em outra questão, perguntamos aos professores se eram *podouvintes* de algum *Podcasts* específico. A maioria dos professores, 66,7% responderam que não, o que equivale a seis professores dos onze participantes. Dos cinco restantes, cada qual informou ser ouvinte de um *Podcasts* diferente. Vale ressaltar que as respostas coletas se assemelham a dados de outras pesquisas sobre as condições de trabalho enfrentadas por professores com a adoção em caráter emergencial do ensino remoto.

Em relação aos áudios, os professores narraram suas impressões sobre o conteúdo dialogado: precarização do trabalho docente entendendo a importância de discutir e compreender o processo que levou ao processo de precarização, bem como a potencialização verificada com a pandemia do coronavírus com as aulas remotas e seus impactos.

No áudio 1 que dialoga sobre a precarização do trabalho docente, destacamos o comentário descrito pela professora Joelma e sua preocupação com a intensidade do trabalho potencializado pelo aumento do trabalho com o uso de dispositivos e ferramentas nas aulas virtuais, que demonstram os impactos e desafios sofridos durante a pandemia da *Covid 19*, quando afirma que:

De fato sou horista e acredito que o trabalho fique mais complicado devido a poucas horas que temos para planejar e também porque nós exercemos muitas funções (eu como coordenadora de curso, ajudo com a orientação de estágio, ministro aula e ainda tenho que administrar o laboratório de edificações), também posso dizer que já era difícil segurar a atenção dos alunos, que na pandemia piorou muito, pois, esses alunos por trás dos computadores, não conseguiam administrar as horas de forma eficiente,

até por serem muito jovens. Na pandemia tivemos também colegas que tiveram suas cargas horárias reduzidas e a pressão de pensar se seriam demitidos logo depois, já que estávamos em uma situação de instabilidade econômica e sanitária. (Questionário *google forms*, 2022)

Em depoimento da professora Joelma, apresentou os desafios de ordem profissional e psicológica enfrentados ao ministrar aulas na modalidade remota. Sua preocupação é legítima e contempla sua própria condição enquanto professor horista e destaca a multifuncionalidade atribuída às funções que o professor já acumulava, demonstrou ainda em sua fala, o cuidado e zelo com a aprendizagem dos alunos com a aula ministrada pela tela do computador. E por fim, demonstrou preocupação com seus pares com risco de perder o emprego. Sua narrativa definiu a precarização do trabalho docente na prática.

Consideramos pertinente destacar o comentário do professora Regina ao expor suas considerações no campo do trabalho precarizado apresentando uma visão mais ampliada sobre as origens do fenômeno de precarização:

A precarização inicia na universidade quando não há relação de teoria e prática, as coisas ficam muito no campo das ideias e não condiz com a realidade do chão de sala. Muitas teorias não funcionam na prática. No chão de sala nos deparamos com ausência de materiais, livros, que não condizem com o nível de aprendizado dos alunos, ou falta recursos para que podamos realizar algumas propostas diferentes, criativas. Como recursos tecnológicos, paradidáticos, por exemplo. Também não nos é ofertado formação continuada. (Questionário *google forms*, 2022)

De fato a universidade apresenta deficiências na formação docente, há discrepâncias no currículo, na carga horária e sobretudo na formação para o campo de atuação em que os professores não são preparados para o enfrentamento dos desafios que se apresentam no cotidiano em sala de aula. A formação incipiente não oferece conhecimentos suficientes para relacionar teoria e prática, preparando o professor para atuar na formação do estudante no sentido de conscientizá-lo da condição à qual é submetido com o sistema capitalista vigente.

O diálogo do áudio 2 são provocações direcionadas aos professores participantes da pesquisa com as seguintes indagações: Seu trabalho é precarizado (ou não)? A pergunta tem a intenção de provocar nos ouvintes, após a escuta dos episódios, uma reflexão sobre ações e situações ocorridas no cotidiano que muitas vezes não são percebidas mas que contribuem com a precarização do trabalho docente. Assim expressou o professor César em relação ao episódio 2 do podcast, Voz Docente: lugar de diálogos.

O tema instiga os educadores a olhar para seu ambiente de trabalho. Situações que foram vivenciadas anteriormente e que não foram percebidas como uma forma de

trabalho precarizado, sobretudo na pandemia, saltam aos olhos e nos fazem refletir como, em muitas situações, realizamos nosso trabalho sem uma visão mais crítica. (Questionário google forms, 2022)

O comentário de César, se apresenta com fortes indícios de que as provocações intencionais atingiram o objetivo de trazer à tona um “olhar” crítico sobre o cotidiano que muitas vezes é despercebido, em razão das múltiplas tarefas e em virtude da extensa carga horária. Já a professora Regina afirmou em relação ao seu reconhecimento dentro do processo de precarização afirmando que: “Sim, quando percebo a rotina acelerada, o quantitativo de alunos, a falta de estrutura para o professor e a possibilidade de estudo continuados e formações acadêmicas.” Ao que parece, é essa a ideia, ocupar o máximo possível de tempo no trabalho, para não ter tempo de refletir sobre a exploração que se abate sobre si e seus pares.

Em relação aos comentários do terceiro episódio sobre o impactos que as aulas virtuais durante o ensino remoto tiveram sobre o trabalho e a vida dos professores, os pesquisados que responderam foram unânimes em afirmar que foram atingidos no tocante às dificuldades com as ferramentas, ausência de formação adequada além de outros fatores relatados pelo professor João Vitor:

Os possíveis impactos das aulas virtuais durante a pandemia são inúmeras, o ensino virtual trouxe consequências tanto para professores quanto para os alunos, temos como exemplos: a adaptação de professores e alunos ao novo "modelo" de ensino, a mudança radical da sua própria casa para sala de aula, a falta de equipamentos de professores e alunos para o acompanhamento das aulas, a falta de habilidades de alguns professores para utilizar as ferramentas tecnológicas, a acentuação dos problemas psicológicos tanto de professores e alunos, fatores estruturais, emocionais etc comprometeram a vida de todos. (Questionário *google forms*, 2022).

Na mesma seara, a professora Regina enfatizou que os impactos incidiram mais intensamente nas questões tecnológicas conforme comentário descrito abaixo:

Impactos que tivemos foi da necessidade de aprendizado urgente em manusear equipamentos tecnológicos, *apps*, planilhas e vários outros que foram necessários para o período de Pandemia, não tínhamos na escola esses recursos e muito menos em casa. Tivemos que adquirir do próprio bolso esses equipamentos e aprender a utilizá-los. Os alunos também não tinham condições de acesso a internet ou equipamentos. Em tempo Record e sem recursos financeiros fizemos o que melhor que pudemos.

De fato, ao professor coube a tarefa de manter o calendário letivo durante o período da Covid 19, assumindo a responsabilidade de conduzir o processo ensino aprendizagem mesmo diante das deficiências que se apresentaram pela ausência de preparação dos professores para o uso das ferramentas tecnológicas, que se apresentaram como falhas ignoradas ao longo do tempo, expostas com a adoção do ensino remoto.

Faz-se necessário e urgente a formação continuada e específica direcionada para o uso de ferramentas tecnológicas nas aulas, não há mais como retroceder em relação a inserção das tecnologias dentro das escolas. Os estudantes precisam de formação que lhes permitam concorrer ao mercado de trabalho em pé de igualdade em conhecimentos tecnológicos com jovens que tiveram sólida formação tecnológica.

5.6.2 A avaliação do produto educacional

Na última parte do questionário, apresentamos perguntas aos professores sujeitos da pesquisa, para que avaliassem o produto educacional- PE, o *Podcasts: Voz docente*, lugar de diálogos, sempre levando em consideração a precarização do trabalho docente no período remoto durante a pandemia.

Iniciamos indagando a importância da abordagem sobre a temática, trabalho docente precarizado. Dentre os onze professores participantes da pesquisa, todos responderam por unanimidade (100%) que sim. Perguntados se ficou evidente nos áudios do *Podcast* a discussão sobre a temática Precarização do Trabalho Docente, 81,8% responderam que sim, contra 18,2% que responderam não justificando que no diálogo dos áudio faltou fundamentação na opinião dos dois (2) professores que responderam não.

Perguntados se consideravam adequada a forma como os convidados abordaram os conteúdos nos episódios, 90,9% afirmaram que sim, conforme resultados coletados e sintetiza na tabela.

Tabela 5 – Respostas sobre a avaliação dos áudios do podcast Voz docente

Perguntas	Pesquisados	Sim	Não
É importante a abordar sobre o trabalho docente precarizado com os profissionais da educação?	11	100%	0
Ficou evidente nos áudios do Podcast a discussão sobre a temática?	11	81,8%	18,2%
A forma como os convidados abordaram os conteúdos nos episódios foi adequada?	11	90,9%	9,1%
Sobre a abordagem do tema no áudio 1	11	81, 1%	18,2%
Sobre a abordagem do tema no áudio 2	11	90,9%	9,1%
Sobre a abordagem do tema no áudio 3	11	100%	0
A linguagem utilizada nos áudios é clara e objetiva?	11	81, 1%	18,2%

Com a adoção de aulas remotas durante a pandemia intensificou-se a precarização laboral como sugere os professores entrevistados nos áudios do podcast?	11	100%	0
Os áudios trouxeram informações que contribuíram para melhorar a compreensão sobre o trabalho docente precarizado?	11	90,9%	9,1%
O podcast: Voz Docente, lugar de diálogos na sua opinião foi aprovado?	11	100%	0

Fonte: elaborada pela autora com base nas respostas retiradas do questionário *google forms* - 2022

Com base na análise, os professores representados nos dados da tabela demonstram que o produto desenvolvido pela pesquisadora foi aprovado por todos os professores submetidos à avaliação. Considero salutar ressalvas feitas por professores retratadas em suas respostas, pois serão acolhidas e analisadas como sugestão no sentido de melhorar o produto que foi produzido para os professores como um lugar de diálogos.

Assim, transcrevemos a opinião do professor Erlon sobre o conteúdo disponibilizado nos áudios do *Podcasts: Voz docente*.

A temática sobre a precarização do trabalho docente durante a pandemia é extremamente relevante e o podcast me despertou a atenção pela forma clara e objetiva de como foi tratado o tema: nos apresentou o contexto socio-histórico-cultural, compartilhou aquilo que nós vivenciamos no contexto de lar como espaço escolar durante o isolamento. Vimos tbm de que forma a triste reforma de 2017 e a reforma do Ensino Médio fortaleceram as questões neoliberais e as consequências das tais reformas. Devido a abrangência de tal temática, aponto a sugestão sobre a precarização do trabalho docente após o retorno presencial como uma possibilidade de sequência a esse trabalho valoroso. (Questionário *google forms*, 2022).

A transcrição acima relatada pelo professor Erlon, sugere que a abordagem da temática e o produto desenvolvido foram satisfatórios, atingindo seus objetivos. Ainda segundo o relato, a pesquisa deve seguir em estudo pela abrangência e importância em discutir esse fenômeno de precarização do trabalho docente.

Considero salutar as críticas sobre o produto apresentado, como a sugestão dada em relação aos recursos áudiovisuais do produto apontada pelo professor Joseli, foram levadas em consideração para a gravação de outros episódios futuramente. Em relação a crítica apontada pelo professor Marcos, de que o *Podcasts* não é um instrumento que deve ser utilizado como produto educacional para ser submetido a avaliação, por falta de tempo dos docentes para ouvir os áudios é compreensível do ponto de vista da sobrecarga de trabalho.

O *Podcasts* é um tipo de mídia atemporal que pode ser ouvido a qualquer tempo e lugar. De posse dos links, os professores pesquisados poderiam ouvir os episódios, refletir sobre a carga horária e o tema que ressalta justamente o fenômeno de precarização laboral. Não seria uma boa oportunidade para refletir sobre o assunto?

6 PRODUTO EDUCACIONAL – VOZ DOCENTE

No mestrado profissional há uma exigência que se produza um material ou produto educacional- PE como resultado da pesquisa, de forma que possa contribuir com a formação continuada do professor para a ampliação de saberes inerente a profissão que associados a teoria sejam adotados afim de contribuir na viabilização a prática pedagógica.

A obrigatoriedade na criação de um produto educacional pelos mestrados profissionais é regulamentada pelo Documento da Área 46 de Ensino da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES, Ministério da Educação - MEC (2019).

Para os cursos de mestrado e doutorado profissional, destaca-se a produção técnica/tecnológica na área de ensino, entendida como produtos e processos educacionais que possam ser utilizados por professores e outros profissionais envolvidos com o ensino em espaços formais e não formais. (BRASIL: 2019, p. 10)

O mesmo documento afirma que existem inúmeros tipos de produtos que se apresentam como “facilitadores” no apoio pedagógico dos processos de ensino aprendizagem. Uma vez validado e entregue, o produto educacional tem a função de agregar valores às instituições onde é aplicado, valorizando experiências e saberes compartilhados.

O mestrando necessita desenvolver um processo ou produto educativo e aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de vídeo-aulas, um equipamento, uma exposição, entre outros. A dissertação/tese deve ser uma reflexão sobre a elaboração e aplicação do produto educacional respaldado no referencial teórico metodológico escolhido. (BRASIL, 2019 p. 15)

Com base na legislação e cumprindo as exigências solicitadas na área de ensino para o mestrado profissional, o produto pretendido será um guia auditivo, composto por áudios de curta duração conhecidos por *Podcasts* que são programas de áudios gravados previamente de acordo com a demanda de público que tem liberdade de acessar de acordo com sua disponibilidade.

Uma característica importante dos *Podcasts* é a acessibilidade, pois permite ao ouvinte utilizá-lo de onde e quando quiser, ao contrário dos programas de rádio tradicionais por exemplo, que possuem horários pré-determinados e não ficam gravados e nem disponíveis.

Esse tipo de áudio surgiu em 2004, se popularizou no Brasil pelo acesso fácil em diversos dispositivos, desde que tenham conexão com a internet. Possui muitos formatos,

podendo abranger uma variedade de assuntos referentes à política, à economia, à cultura, entretenimento, à educação, aos esportes, a atualidades.

Trata-se de uma mídia surgida como consequência dos avanços e inovações tecnológicas, contribuindo com a autonomia humana em decorrência da internet. Pierre Levy (1999; p.208) preconiza, “estou profundamente convencido de que permitir que os seres humanos conjuguem suas imaginações e inteligência a serviço do desenvolvimento e emancipação das pessoas é o melhor uso possível das tecnologias digitais.”

De acordo com o Grupo de Trabalho (GT) da CAPES, existe uma classificação para os produtos educacionais, são eles: Tecnologia Social, Material Didático, Software/Aplicativo, Manual/Protocolo e Processo educacional. Tais categorias contemplam as tipologias já previstas em documentos da área de Ensino desde 2013 (BRASIL, 2013; 2017), e que foram reorganizadas de acordo com o relatório do grupo de trabalho produção tecnológica da CAPES (BRASIL, 2019b).

Além da escolha do tipo de produto que se deseja desenvolver, ressaltamos a importância de descrever a metodologia adotada e o percurso percorrido até a elaboração do Produto Educacional (PE). Para a construção do produto, é necessário seguir algumas etapas iniciando pela prototipagem ou seja a simulação do funcionamento do Produto educacional-PE. A validação elaborada posteriormente, consiste na interpretação dos resultados e ocorre em duas instâncias: durante a aplicação do produto entre os sujeitos pesquisados e na validação com a apresentação e defesa na banca de dissertação.

O GT de Produção Técnica da CAPES, orienta que o PE seja avaliado nos seguintes eixos que funcionam como requisitos importantes para sua composição, entre eles:

Complexidade: Compreende-se como uma propriedade do Produto/ Processo Educacional – PE relacionada às etapas de elaboração, desenvolvimento e/ou validação do Produto Educacional. Aqui é avaliada a relação do PE com a questão de pesquisa, a forma de aplicação e análise com base nos referenciais teóricos e teórico-metodológicos empregados. Esse item da ficha é o mais próximo de uma avaliação mais qualitativa do PE, embora o peso da análise incida sobre o que está escrito na dissertação/tese e não no produto em si.

Impacto: Considera-se a forma como o PE foi utilizado e/ou aplicado nos sistemas educacionais, culturais, de saúde ou CT&I (Ciência, Tecnologia e Inovação). É importante destacar se a demanda foi espontânea ou não.

Aplicabilidade: Relaciona-se ao potencial de facilidade de acesso e compartilhamento que o produto educacional possui, para que seja acessado e utilizado de forma integral e/ou parcial em diferentes sistemas. Deve-se analisar a aplicação ou aplicabilidade do PE.

Acesso: Relaciona-se à forma de acesso ao PE, analisando-se de possui e qual tipo de acesso.

Aderência: Compreende-se que PE deve ter origens nas atividades oriundas das linhas e projetos de pesquisa do PPG.

Inovação: Considera-se que o PE é/foi criado a partir de algo novo ou da reflexão e modificação de algo já existente revisitado de forma inovadora e original (RIZZATTI *et al*, 2020, p. 10)

Esses requisitos apesar de serem meramente dados técnicos ajudam a detectar possíveis falhas no PE. Na maioria das vezes, a tese da dissertação em si recebe maior atenção e rigor por parte da banca em detrimento do produto quando submetido à avaliação.

Sobre a necessidade de validar o PE, Rizzatti (2020), afirma que essa “consiste em identificar evidências que permitam avaliar a adequação e a interpretação de resultados desse (produto/processo), a partir de critérios previamente estabelecidos.” Os aportes qualitativos serão usados para avaliar se o produto se adequa a sua utilidade, interpretação e resultados para sua aplicabilidade.

6.1 O que é um *Podcast*?

A escolha do material educativo ou PE foi um programa conhecido nas mídias digitais no mundo todo como Podcast, com uma série de 03 episódios cujos áudios tem duração de 10 a 15 minutos cada, abordando nuances sobre a temática precarização do trabalho docente.

O *Podcasts* é um processo midiático que surgiu nos primeiros anos do século XXI nos Estados Unidos da América – EUA, posteriormente em outros países, chegando ao Brasil por volta de 2006 com o surgimento do *Nerdcast* e o Café Brasil, primeiros programas dentro desse formato. O *Nerdcast* traz em seu bojo, “tom informal discutem vários assuntos da cultura e atualmente também publica edições especiais regulares sobre tecnologia, finanças, inglês e empreendedorismo”. (CORADINI, 2020, P. 07).

Para Coradini (2020, p. 07) a definição de *Podcast* pode ser descrita como:

Um conteúdo em áudio distribuído pela internet que pode ser ouvido sob demanda. Geralmente, esses áudios são organizados em episódios de podcast que tratam cada um deles sobre um assunto específico e que, em conjunto, formam um programa de podcasts que é focado em um ou mais temas, de maneira similar à organização das emissoras de televisão.

O *Podcasts* tem características de programa de rádio, embora não se trate disso, pois existem características que os diferenciam. Nele, o conteúdo fica gravado para ser ouvido a qualquer hora e lugar, não precisa de equipamento específico e sofisticado para acontecer e o

*podouvinte*¹¹, tem autonomia e poder de escolha em suas mãos. O *Podcasts* se popularizou no Brasil pelo fácil acesso em diversos dispositivos, desde que tenham conexão com a internet.

Segundo a Associação Brasileira de *Podcasters* –ABPod (2018) *Podcasts* são:

Programas de áudio ou vídeo, cuja principal característica é um formato de distribuição chamado podcasting. Podcasting é um meio de publicação de arquivos de mídia digital através de feed RSS, o que permite aos seus assinantes o acompanhamento ou download automático do conteúdo à medida que é atualizado.

Essa mídia, possui diversos formatos, é versátil, de fácil acesso, abrange uma variedade de assuntos sobre política, economia, cultura, entretenimento, educação, esportes, atualidades entre outros temas. Surgiu em consequência dos avanços e inovações tecnológicas, contribuindo para a autonomia humana em decorrência da internet. As grandes emissoras de televisão adotaram os *Podcasts* para replicar a notícia divulgada nos telejornais, fomentando o debate de determinados assuntos que repercutem na sociedade e precisam de maior atenção e estejam em foco. Essa mídia, atrai muitos ouvintes e oferece conteúdos diversificados sobre: racismo, polarização, democracia, pandemia, violência, abuso às mulheres, crianças e idosos entre outros.

Os *Podcasts* se apresentam como um recurso tecnológico de fácil produção, baixos custos, para quem já tem os equipamentos como celular, internet, computador e atende a um público específico. Faz-se necessário que os temas selecionados tenham relevância para seu público alvo, sejam pesquisados e escritos para posteriormente serem gravados no formato de áudios. Recomenda-se que os dispositivos de gravação tenham boa qualidade para otimizar o som do conteúdo produzido.

É uma forma de comunicação relativamente nova em relação ao rádio, possuem menos concorrência, dependendo do conteúdo e do público que se deseja atingir, possui baixa saturação em relação aos blogs e canais, permitindo menos competitividade. Podemos dizer que os *Podcasts* formam um público fiel e específico.

Sobre a importância e desenvolvimento da tecnologia em prol da humanidade, Pierre Lévy (1999; p.208) afirmou: "Estou profundamente convencido de que permitir que os seres humanos conjuguem suas imaginações e inteligência a serviço do desenvolvimento e emancipação das pessoas é o melhor uso possível das tecnologias digitais."

Apesar da tecnologia de *Podcast* já existir há algumas décadas, este é um mercado que cresceu significativamente sobretudo quando grandes emissoras como a TV globo e jornais de

¹¹ Como é chamado o consumidor de podcasts. (CORADINI, 2020, p. 12)

referência como jornais impressos de grande porte como a folha de São Paulo, o Estadão começaram a incorporar o uso de podcast após a notícia veiculada, sobretudo nos últimos anos com a pandemia da *covid 19*.

Nosso *Podcast* intitula-se Voz Docente, lugar de diálogos! É um recurso que se utiliza de tecnologia *streaming*¹², serviço *on-demand*¹³ por isso é prático e acessível, não precisa necessariamente baixar nenhum programa para assisti-lo. Tanto no computador quanto no celular, você pode acessar e ouvir *Podcasts* através do navegador de internet, mas, se preferir baixar, existem inúmeras plataformas e aplicativos apropriados a exemplo do *Spotify Anchor* entre tantos outros disponíveis. É possível ainda baixar o *Podcast*, salvar em *pendrive*¹⁴ e ouvir no som do carro, dada sua versatilidade

A escolha do *Podcast* como material educacional, deu-se pela gratuidade, facilidade de acesso e manuseio, pode ser ouvido em qualquer tempo e lugar por isso é atemporal, bem como por sua disponibilidade na internet, além de ter uma linguagem didática, atual e de fácil compreensão.

Seu acesso é simples, precisa apenas que o *podovinte* escolha o tipo de *Podcasts* que deseja ouvir e escolher em qual dispositivo deseja ouvir. De acordo com pesquisa feita entre os *podovintes* brasileiros pela Associação Brasileira de *Podcasters* ABPOD em 2018, dentre os dispositivos mais utilizados para a escuta de podcast se encontra o celular/*smartphone* apontado por 92,1% dos usuários entrevistados. Essa mídia que já era disponibilizada ganhou notoriedade e apareceu em franca ascensão sobretudo durante o período da pandemia da *covid 19*, possibilitando a comunicabilidade entre usuários do mundo inteiro.

A liberdade, a variedade e a mobilidade que a mídia *Podcast* oferece tem contemplado a educação e motivado professores e alunos a produzir materiais com conteúdos curtos, em linguagem clara e objetiva sobre diversos assuntos em qualquer área do conhecimento, a fim de contribuir com a aprendizagem. Os áudios gravados em episódios curtos que detenham informações sobre um tema de seu interesse, tem atraído um público cada vez mais jovem na audição de *Podcasts*, pelo fato de poder ser ouvido em qualquer lugar, sua atemporalidade e facilidade de acesso via *Smartphone*.

Nosso *Podcast*, além de trazer diálogos sobre a temática em foco sobre precarização do trabalho docente, representa um elemento de resistência nesse momento de perseguições a entes

¹² É um serviço que transmite conteúdos pela internet sem a necessidade de baixar nada. (<https://tecnoblog.net>)

¹³ É um serviço que demonstra que é possível assistir o que quiser na hora que quiser. Todo serviço *on-demand* é transmitido usando a tecnologia *streaming*. (<https://tecnoblog.net>)

¹⁴ É um dispositivo constituído por uma memória flash e que possui a função de armazenamento de dados. (<https://mundoeducacao.uol.com.br>)

sindicais e representatividade para os docentes que ficaram com o ônus que a adoção do ensino remoto exigiu dos profissionais.

6.2 O caminho trilhado

Para a elaboração do produto educacional podcast seguimos algumas etapas, iniciando com:

- a) A busca em sites especializados na internet sobre a criação e materiais necessários para a produção dos áudios;
- b) A escolha dos temas abordados na pesquisa como a precarização do trabalho docente na pandemia para elaborar o material teórico;
- c) Pesquisa e montagem da proposta dos áudio, contratação de profissionais e estúdio de gravação;
- d) Convite aos professores participantes do podcast;
- e) Gravação dos áudios e edição;
- f) Disponibilização dos áudios para aprovação dos professores sujeitos da pesquisa avaliaram.

Após a escolha dos assuntos para cada episódio que compõem o *Podcast*, organizamos um calendário compatível com a disponibilidade dos convidados, marcamos a gravação dos áudios para em seguida, após a provação dos professores, disponibilizarmos na plataforma que o hospedará para publicização.

O objetivo geral é produzir um *Podcast*, cujo material repercuta junto a categoria e demais interessados da área, sobre o fenômeno da precarização do trabalho docente durante o ensino remoto e seus impactos durante a pandemia da *covid 19*.

Os objetivos específicos do PE consistem em:

- a) Construir um produto educacional que possibilite ao professor o acesso as informações sobre a ‘nova’ configuração do trabalho docente com a adoção do ensino remoto;
- b) Registrar através dos áudios produzidos para o *Podcast*; Voz docente, a importância de dialogar sobre a precarização laboral;
- c) Destacar a importância do diálogo sobre precarização, flexibilização e exploração laboral entre professores e seus impactos durante a pandemia do coronavírus;

- d) Dialogar sobre as implicações do ensino remoto no trabalho e na vida docente com a adoção de aulas virtuais durante a pandemia da *Covid 19* levando em consideração a percepção do docente;
- e) Submeter o produto educacional a avaliação dos professores, sujeitos da pesquisa, para posteriormente divulgar na internet.

O *Podcast* “Voz Docente”, convida os profissionais da educação pesquisados e demais interessados a ouvir os áudios dialogados entre professores sobre trabalho docente e ensino remoto durante a pandemia de forma descontraída, inteligente, acessível e coordenada dentro de uma linguagem simples, clara e objetiva para a categoria que precisa pensar nos impactos que tal fenômeno trouxe para sua vida profissional e pessoal.

Ele pretende se apresentar como um lugar de fala para o docente diante do complexo contexto político e social que nos encontramos, para o enfrentamento da precarização laboral, reconhecendo se enquanto categoria consciente da necessidade de formação contínua para a compreensão da necessidade dos processos formativos dos estudantes de EPT, para a formação emancipadora.

É importante que o produto seja eficaz ao atender o propósito das demandas de professores e demais interessados, e que possa contribuir na busca do conhecimento. Os professores protagonistas do processo de pesquisa serão convidados a ouvir os áudios a fim de emitir parecer favorável ou não para a validação do produto educacional *Podcast: Voz Docente!*

6.3 O resultado da coleta de dados dos áudios

Para verificar se a ‘nova’ configuração adotada com as aulas virtuais durante o período de isolamento social com a chegada da Covid, coletamos dados através de questionários para analisar as impressões dos sujeitos da pesquisa.

Esperamos que os docentes da EPT participantes da pesquisa percebam e compreendam o grave momento vivido no país, especialmente no setor educacional, afetado pelas mudanças iniciadas anteriormente na legislação, à exemplo da Emenda Constitucional- EC 95 de 2016, que cortou investimentos em gastos públicos restringindo investimentos na educação, a reforma do ensino médio, a BNCC e tantas outras que afetaram profundamente a educação e, por consequência, as relações trabalhistas, especialmente o trabalho docente, o processo de ensino aprendizagem dos estudantes e as relações humanas.

Com isso, esperamos que os conteúdos dos áudios que compõem o produto educacional e se apresentam como um convite ao diálogo e a reflexão sobre a precarização do trabalho docente intensificado durante a pandemia, seja instrumento de denúncia, debate e discussão na luta por direitos trabalhistas, melhoria nas condições de trabalho, aparelhamento das escolas, valorização profissional através de políticas públicas que fomentem melhores condições de trabalho que implicam diretamente no processo de ensino aprendizagem.

Todo profissional da educação deve estar atento às mudanças que parecem estar sempre a serviço do projeto gestado e promovido pelo estado em consórcio com empresários que tencionam sequestrar a educação pública e de qualidade para o setor privado.

7 CONCLUSÃO

As importantes transformações verificadas no trabalho docente com o ensino remoto, ocorreram em função de um conjunto de exigências necessárias ao funcionamento das aulas virtuais, com uso de ferramentas tecnológicas e dispositivos eletrônicos para comunicação em tempo real e *on line*, feitas por meio das redes sociais, mediados por aplicativos como *whatsapp*, plataformas interativas e outros instrumentos utilizados para a efetivação do processo de ensino e aprendizagem.

Os efeitos da crise sanitária atingiram a todos os setores da sociedade, afetando à economia, à cultura e à educação. A inserção tecnológica no modo de ensinar e nos processos educacionais com as aulas remotas, foi a responsável pela transição instantânea trazendo para o trabalho docente, consequências que afetaram a vida profissional e pessoal docente, e também a sociedade de um modo geral. Não queremos dizer, que, a escola regular tenha deixado de existir, ela apenas assumiu novas feições com a virtualidade adotada nas aulas remotas, bem como nos demais setores da economia, política e na vida em sociedade.

A mudança no setor educacional atingiu a sociedade que percebeu a importância da escola na vida das pessoas com o fechamento dos espaços escolares. O ônus das transformações recaiu de forma mais impactante sobre os professores, posto que estes tiveram que arcar com a intensificação da rotina de trabalho, na ampliação do tempo de preparação das aulas e das atividades didáticas, reuniões para reorganização do calendário e planejamento dos dias letivos e cumprimento da carga horária.

Os docentes tiveram que investir em formações, a partir dos seus próprios esforços para aquisição de habilidades e competências, para o uso das novas tecnologias, em vista da ausência de formação por parte das escolas às quais pertenciam, acúmulo de funções assumidas, impactos no orçamento dos professores, afetado pela aquisição/compra de equipamentos tecnológicos e pacotes de internet, para melhor interação no processo de mediação pedagógica.

Outras consequências foram verificadas no setor econômico e social que ampliou as desigualdades sociais, a exemplo da fome, que levou 33,1 milhões de brasileiros, (15,5% da população) com insegurança alimentar, de acordo com IBGE e Rede Penssan (2022). As tecnologias através das mídias digitais, tiveram um papel importante junto a sociedade, denunciando e dando visibilidade às mazelas sociais que já existiam, mas que foram ignoradas pelas autoridades competentes, mas que durante a crise sanitária, receberam notoriedade.

As dificuldades se fizeram presentes pela ausência de planejamento e preparação dos profissionais da educação para encarar o novo modelo que se configurava nos espaços escolares. A ausência de formação continuada e específica na área tecnológica para o uso de dispositivos e ferramentas digitais necessárias para as aulas virtuais ocorrerem, a escassez de equipamentos adequados como a internet, dispositivos robustos para professores ministrarem suas aulas fora do espaço escolar, revelou deficiências formativas e a exclusão social a digital.

Analizamos os impactos provocados na vida profissional e pessoal dos professores com as aulas remotas e sua contribuição para o recrudescimento da exploração laboral dos profissionais da educação, frente às mudanças estruturais em curso e impostas pelas relações trabalhistas atreladas aos interesses de governos neoliberais.

Tomando como base os escritos desenvolvidos na pesquisa sobre as categorias: educação e trabalho docente com a nova configuração adotada em face do isolamento social com a chegada da pandemia da *Covid 19*, ficam evidentes os desafios impostos aos professores, vivenciados durante 2020 e 2021 no ambiente doméstico e virtual de trabalho diante do cenário de crises estruturais do capital acentuado com a crise sanitária do *Covid-19*.

A inserção de novas tecnologias, imprescindíveis para a continuidade do processo escolar no período da pandemia, mediados pelas ferramentas digitais, contribuíram significativamente para o processo de ensino-aprendizagem.

Contudo, a aplicabilidade da cultura digital na prática docente, exige conhecimentos tecnológicos, competências e habilidades dos profissionais que em sua maioria não utilizavam ferramentas tecnológicas no cotidiano escolar. Com as aulas virtuais surgiram dificuldades e um certo pânico entre os docentes que se sentiram incapazes de assumir as exigências que o novo formato exige. Esse quadro revela a ausência de formação docente direcionada ao uso de ferramentas para mediar as práticas e ações pedagógicas.

A ausência de formação docente é uma temática bastante criticada no meio acadêmico que acirra o debate destacando a importância da formação inicial e continuada nos processos de formação universitários que apresenta lacunas que prejudica a relação teoria e prática, como um dilema que respinga no fazer pedagógico tanto no “chão” da sala de aula, quanto na “telinha” virtual. Os docentes sentiram dificuldades de acompanhar essas mudanças por não estarem capacitados para interagirem com os alunos já tão inseridos neste ambiente tecnológico. Educação à distância, ensino remoto e aprendizagem híbrida são modelos de ensino que podem vir a contribuir no ensino eficaz na era digital, entretanto, o professor, como sujeito partícipe neste processo, precisa ser valorizado.

Concluimos que é preciso investir em políticas públicas, que desenvolvam projetos de formação inicial e continuada para capacitar os docentes no enfrentamento das novas demandas

exigidas por diferentes metodologias herdadas pelo ensino remoto e que se apresentam como legado para o pós-pandemia. Além, de capacitação profissional, faz se necessário o aparelhamento das escolas com equipamentos tecnológicos, capazes de oferecer aos professores e alunos condições para melhor as práticas, que incidirão sobre estudantes, tendo em vista o excepcional desenvolvimento tecnológico que afetou o mercado e a vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PODCASTERS. **PodPesquisa 2018**. [S. l]: ABPOD, out. 2018. Disponível em: <http://abpod.com.br/wp-content/uploads/2018/10/PodPesquisa2018.pdf>. Acesso em: 22 maio 2022.
- AGÊNCIA BRASIL. **Fome avança no Brasil em 2022 e atinge 33 milhões de pessoas**. Disponível em: <https://projeto colabora.com.br/ods1/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-33-milhoes-de-pessoas/> Acesso em: 02 nov. 2022.
- ALESSI, S. M.; SOARES, M. S.; PEREIRA, C.; MARTINEZ, M. M. C.; MARCH, C. A crise sanitária aliada às consequências da pandemia pela Covid-19 no contexto da crise do capital. **Revista Universidade e sociedade**, n. 67, jan. 2021. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf. Acesso em: 02 nov. 2021.
- ANTUNES, R. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. Coleção Pandemia Capital. São Paulo: Editora Boitempo, 2020. Acesso 02 set. 2022.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, Edição comemorativa 20 anos. 16. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as Metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANTUNES, R.; BRAGA, R. (org.). **Infoproletários: a degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, A.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc., Campinas**, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 15 nov. 2021.
- BRASIL. **Medida Provisória nº 1108/22**, de 25 de março de 2022. Dispõe sobre disciplinar as relações de trabalho após a pandemia causada pela COVID-19 e trouxe algumas alterações referente as regras da CLT. Brasília, DF. Acesso em 17 set. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Documento de Área: Ensino**. Brasília, 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Documento de Área – Ensino**. Brasília, 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Grupo de trabalho Produção Técnica**. Brasília, 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf> Acesso em: 18 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº. 13.467, de 13 de Julho de 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF, jul 2017. Disponível em; https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Considerações sobre Classificação de Produção Técnica:** Área de Ensino, Brasília, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/ENF_ConsideraessobreClassificaodeProdutoTcnicaeTecnologica.pdf. Acesso em: 18 dez. 2021.

BRASIL. **Medida Provisória. 759/2016.** Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2122078>http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acessado em 05/11/2021. Acesso em 14 Out. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016.** O Plenário do Conselho Nacional de Saúde em sua Quinquagésima Nona Reunião Extraordinária, realizada nos dias 06 e 07 de abril de 2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 19 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.2009.** Recuperado em 20 novembro, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em 15 Jun. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, 2008a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm>. Acesso em: 28 jun. 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008b. Disponível em: <http://www.porto.ifto.edu.br:8082/documentos/doc_oficiais/Lei_11892.doc_INSTITUTOS_FEDERAIS.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996, que estabelecem as diretrizes e bases da

educação nacional, e dão outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejadecreto5154.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em 14 mai. 2021

BRASIL. **Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em 18 Ago. 2021.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista:** a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro. Guanabara, 1987.

CEARÁ. DECRETO Nº 33.936, de 17 de fevereiro de 2021. Prorroga o Isolamento Social e Estabelece Medidas Preventivas direcionadas a evitar a Disseminação Da Covid-19, no Estado do Ceará, e dá outras Providências. **Diário Oficial do Estado**, Ceará, 17 Fev. 2021. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/DECRETO-No33.936-de-17-de-fevereiro-de-2021.pdf>. Acesso em 05 Nov. 2022.

CEARÁ. Secretaria de Educação do Ceará. **Educação Profissional.** 2020. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/educacao-profissional/> Acesso em: 14 nov. 2022.

CEARÁ. Decreto n. 33.532 de 20 de março de 2020. Dispõe sobre as medidas adotadas pelo estado do Ceará para contenção do avanço do novo coronavírus, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Ceará, 30 mar. 2020. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=390721>. Acesso em 22 nov. 2021.

CEARÁ. Decreto nº 33510 de 16/03/2020. Decreta situação de emergência em saúde e dispõe sobre medidas para enfrentamento e contenção da infecção humana pelo novo coronavírus. **Diário Oficial do Estado**, Ceará, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://coronavirus.ceara.gov.br/project/decreto-no-33-510-de-16-de-marco-de-2020/>. Acesso em 18 set. 2021.

CEARÁ. Lei n. 16.287 de 20 de julho de 2017. Institui a política de ensino médio em tempo integral no âmbito da rede estadual de ensino do Ceará. **Diário Oficial do Estado**, Ceará, 21 jul. 2017. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao>. Acesso em 02 out. 2022.

CEARÁ. LEI N.º 16.025, DE 30 de maio de 2016. Dispõe sobre o Plano Estadual De Educação. (2016/2024). **Diário Oficial do Estado**, Ceará, 01 jun. 2021. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao>. Acesso em 02 set. 2021.

CEARÁ. Lei nº 14.273 de 19 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, no âmbito da Secretaria da Educação e dá outras providências. **Diário Oficial do Ceará**, Ceará, 23 Dez. 2008. Fortaleza, 2008. Disponível em: <http://www.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2008/14273.htm>. Acesso em: 28 set. 2022.

CIAVATTA, M. O trabalho docente e a produtividade: recuperando marcos fundadores da Educação. **Revista do Centro de Educação**, v. 38, n 3, p. 495-505 set./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/9049>. Acesso em 17 fev. 2021

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n.3, 6 dez. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.3i3.p612>. Acesso em: 18 dez. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Norma Operacional CNS nº 001/2013**. Norma elaborada aprovada pelo Plenário do Conselho Nacional de Saúde, de 11 e 12 de setembro de 2013. Data da Expedição: 30/09/2013. Brasília-DF, 2013b. Acesso em 15 fev. 2021

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**, n. 98, 2016.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Nota pública de 25 de outubro de 2021**. Frente pela vida considera gestão de Bolsonaro” show de horrores”. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2114-nota-publica-frente-pela-vida-considera-gestao-de-bolsonaro-show-de-horrores>. Acesso em: 25 set. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Recomendação nº 022, de 09 de abril de 2020**. Recomenda medidas com vistas a garantir as condições sanitárias e de proteção social para fazer frente às necessidades emergenciais da população diante da pandemia da COVID-19. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1112-recomendac-a-o-n-022-de-09-de-abril-de-2020>. Acesso em: 25 set. 2022.

COLEMARX. Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social: porque os Trabalhadores não devem aceitar aulas remotas. **Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE. Faculdade de Educação – FE**. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2020. Disponível em: <https://fdocumentos.tips/document/em-defesa-da-educacao-pblica-comprometida-com-a-igualdade-o-colemarx-ppgeufrj.html?page=1>. Acesso 13 Ago. 2022.

CORADINI, N. H.K. **Podcasts na Educação Profissional e Tecnológica. 2022**. Mestrado (Educação profissional), Instituto Federal De Educação Ciências Rondônia - IFRO, Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação, Porto Velho, Rondônia, 2020. Acesso em 22 out. 2021.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010. 388p. (Mundo do trabalho; Coleção Marx-Engels).

ESTADO DE S.PAULO. **Admirável Mundo Novo?** Entrevista Ricardo Antunes. São Paulo, 2009. Christian Carvalho Cruz em 12/10/2009. Disponível em: https://www.ergopublic.com.br/?pg=descricao_conteudo&id=37&categoria=6&subcat=21. Acesso em 15 out. 2022.

FERREIRA, A.V. *et al.* **Precarização do trabalho docente nas universidades públicas brasileiras**. Fortaleza, EdUECE, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/78014>. Acesso em 13 set. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, P. A. L. de M.; Silva, M. S.e. Trabalho docente cercado por circunstâncias que são fontes de adoecimento. **R. Direitos, trabalho e política social**, CUIABÁ, V. 2, n. 2, p. 126-151, JAN./JUN. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/am/article/view/13502>. Acesso em 11 fev. 2022.

G1. Com pandemia, número de mortes no Brasil tem salto de quase 15% em 2020, aponta IBGE, Rio de Janeiro, nov. 2021. Por Daniel Silveira, Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/11/18/com-pandemia-numero-de-mortes-no-brasil-tem-salto-de-quase-> Acesso em: 21 nov. 2022.

G1. Trabalho-precário intermitente-e-a-antessala-do-desemprego. São Paulo, 2019. Marcos Hermanson Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/29/trabalho-precario-intermitente-e-a-antessala-do-desemprego-diz-ricardo-antunes/>. Marcos Hermanson Brasil de Fato | São Paulo (SP), 29 de Abril de 2019 às 08:05. Acesso em 20 jan.2020.

GESTRADO/CNTE. **Trabalho docente em tempos de pandemia**. 2020. 24 p. (Relatório Técnico). Disponível em: https://www.cnte.org.br/images/stories/2020/cnte_relatorio_da_pesquisa_covid_gestrado_julho2020.pdf. Acesso em 12 set. 2022.

GESTRADO. Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente. **Trabalho Docente em Tempos de Pandemia**. Base de dados. Belo Horizonte: FaE/UFMG, 2020a.

GIL, C. A. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IHU On-Line. **(Opinião e entrevista) entrevista com antunes**: “A expansão do trabalho uberizado nos levará à escravidão digital”. 2020. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/ricardo-antunes-a-expansao-do-trabalho-uberizado-nos-levara-a-escravidao-digital/>. Acesso em: 20 out. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. INEP. **Orientações para o preenchimento do Questionário**: resposta educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil – Educação Superior. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/talis>. Acesso em: 19 dez. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Histórico**. 2015. Disponível em: <https://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/Institucional/historico#:~:text=Criado%20oficialmente%20no%20dia%2029,de%20Crato%20e%20de%20Iguatu>. Acesso em: 18 dez. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Comitê de Ética em Pesquisa**. Disponível em: <https://ifce.edu.br/prpi/comite-de-etica-em-pesquisa>. Acesso em: 19 nov. 2021.

INSTITUTO PENÍNSULA. **Relatório de pesquisa Percepção da população brasileira sobre a profissão professor**. Disponível em: https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2022/10/Relatorio_Final_Inst_Peninsula_2.pdf. Acesso em: 25 out. 2022.

KUENZER, A. A formação de professores para o ensino médio: velhos problemas, novos desafios. **Educ. Soc., Campinas**, v. 32, n. 116, p. 667-688, jul.-set. 2011 Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/> Acesso em: 12 nov. 2021.

KAPLÚN, G. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, [S. l.], n. 27, p. 46-60, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>. Acesso em: 20 dez. 2021.

LEITE, P. S. C. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. **CIAIQ**, v. 1, 2018. Disponível em: <https://www.proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656>. Acesso em: 01 nov. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MAGALHÃES, J. (Org.) **Trabalho docente sob fogo cruzado**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021. Disponível em: http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wpcontent/uploads/2021/05/ebook_-Trabalho-Docente-Sob-Fogo-Cruzado-2-final.pdf. Acesso em: 10 mai. 2021.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARX, K. **O Capital**: Livro I – Crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. e ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Teorias da mais-valia**: História Crítica do Pensamento Econômico. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

MARX, K. **Inquérito Operário e Luta Política**. Porto, 1974. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1880/04/20.htm>. Acesso em 26 set. 2022.

MÉSZÁROS, I. **Educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição: tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011. (Mundo do trabalho).

MENEZES,;K. M, MARTILIS,; L. F. de S.; MENDES.V. P. S. Os impactos do ensino remoto para a saúde mental do trabalhador docente em tempos de pandemia **Revista**

Universidade e sociedade, n. 67, jan. 2021. Disponível em:

https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf
f. Acesso em: 02 nov. 2021.

MORIN, E. **Educar na era planetária**: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2007.

MOURA, D. H. **Trabalho e formação docente na educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/editora/livros-para-download/trabalho-e-formacao-docente-na-educacao-profissional-dante-moura>. Acesso em 15 nov. 2021.

MOURA, L. R. de; MENDES SEGUNDO, M. das D.; AQUINO, C. A. B. de. Do docente efetivo ao docente uberizado: a precarização contratual do professor no Brasil. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 30, n. 3, p. 67–85, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/29404>. Acesso em: 13 out. 2022.

NÓVOA, (PORTUGAL), A.; ALVIM (BRASIL), Y. C. Covid-19 e o fim da educação: 1870 – 1920 – 1970 – 2020. **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 25, p. e110616, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/110616>. Acesso em: 28 set. 2022.

NÓVOA, (PORTUGAL)A. **Professores Imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

OLIVEIRA, D.A. Trabalho docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: **trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/429-1.pdf>. Acesso em 06 set. 2022.

OLIVEIRA, D. A. et.al. Trabalho docente em tempos de pandemia. Belo Horizonte. **Gestrado**, 2021. ISBN 978-65-00-22963-9. Disponível em: <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2021/09/trabalho-docente-em-tempos-de-pandemia-3108-compactado.pdf>. Acesso em 06 set. 2022.

PIMENTA, S.G.; LIMA, M.S.L. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poíesis**, v. 3, n. 3 e 4, p.5-24, 2005/2006. Disponível em: <https://www.professorrenato.com/attachments/article/159/Est%C3%A1gio%20e%20doc%C3%A1ncia-diferentes%20concep%C3%A7%C3%B5es.pdf>. Acesso em 18 set. 2021

PIMENTA, S. G.(org). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 1999

PIRES, M. G. L. **Novos marcos de dualismo educacional na sociedade contemporânea: o caso do Projovem Urbano Fortaleza**. 2011. 159f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza-CE, 2011. Acesso 10 Jul. 2022.

Rede PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (II VIGISAN): relatório final. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. São Paulo, SP: **Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN**, 2022. Acesso em: 19 set. 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>.

REVISTA NOVA ESCOLA. A situação dos professores no Brasil durante a pandemia. São Paulo. 2020. Disponível em: <https://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/junho/ne-pesquisa-professor-final-1.pdf>. Acesso em 24 fev. 2022

RIZZATTI, I. M.; MENDONÇA, A. P.; MATTOS, F.; RÔÇAS, G. SILVA, M. A. B. V. da; CAVALCANTI, R. J. S.; OLIVEIRA, R. R. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657>. Acesso em: 16 nov. 2021.

RODRIGUES, L. Z.; PEREIRA, B.; MOHR, A. Recentes Imposições à Formação de Professores e seus Falsos Pretextos: as BNC Formação Inicial e Continuada para Controle e Padronização da Docência. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, p. e35617, 1–39, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/35617>. Acesso em: 10 out. 2022.

SANTOS, B. de S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra, PT: Almeida, 2020.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. Vol. 12, nº34, jan./abril de 2007, [pp. 152-65]. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br>. Acesso em 15 set. 2021.

SAVIANI, D.; GALVÃO, A. C. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **Revista Universidade e sociedade**, ano 21, n. 67, jan. 2021. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

SILVA, P. F. da. **A expansão da educação superior e o trabalho docente no instituto federal do norte de Minas Gerais**. 2015. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Acesso em 15 set. 2021.

SOUZA, K. R. *et al.* Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, p. e00309141, 2021. Disponível em: <https://www.sinpromacae.com.br/trabalho-remoto-saude-docente-e-greve-virtual-em-cenario-de-pandemia-2/>. Acesso em 08 abr. 2022.

SOUSA, A. de A; OLIVEIRA, E. G. **Educação Profissional: Análise contextualizada**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

SOARES, F. P. A influência do Banco Mundial e da OCDE na educação básica no Brasil e no ensino de geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, [S. l.], v. 24, p. e15, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/41843>. Acesso em: 14 out. 2022.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005. Disponível em: http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/educacao_cidadania_e_emancipacao_humana.pdf. Acesso em: 04 mar. 2022.

VALENTE, J. C. L. Trabalho e Tecnologias da Informação e Comunicação: para uma crítica da noção de trabalho digital e uma abordagem marxista do fenômeno. In: ALVES, Giovanni (org.). **Trabalho e valor: O novo (e precário) mundo do trabalho no século XXI**. Marília: Projeto Editorial Práxis, 2021. Acesso em 14 mai. 2022.

ZIENTARSKI, C.; SOUSA, E. M. O.; MARTINS, I. C. C. Trabalho docente em tempos de pandemia: a realidade vivenciada por professores e equipes gestoras de instituições de ensino da região metropolitana de Fortaleza/CE. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 1012–1036, 2021. DOI: 10.14393/REPOD-v10n3a2021-62165. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/62165>. Acesso em: 5 set. 2022.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TRABALHO DOCENTE NO ENSINO PROFISSIONAL TECNOLÓGICO - EPT: FLEXIBILIZAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO LABORAL DURANTE A PANDEMIA

Antônia de Fátima Rodrigues de Sousa

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos:

A justificativa em pesquisar o tema, decorre das inquietações verificadas entre colegas de profissão, mediante a efervescência observada em sociedade com a chegada do vírus que acelerou transformações em curso, pela importância em examinar como ocorreu o trabalho docente com a adoção do ensino remoto em meio a pandemia, diante das mudanças que apontam para o recrudescimento da precarização, flexibilização laboral e exploração dos profissionais da educação.

Tais mudanças ocorrem em meio as exigências capitalistas em curso, que cobram dos trabalhadores o ônus gerado no momento de crise sanitária e social. É de suma importância o registro do estudo sobre essa temática para que futuras gerações de pesquisadores que tencione num tempo histórico, verificar registro, comparar, confrontar dados do período em questão.

O objetivo geral do estudo consiste em examinar como o ensino remoto/híbrido adotado durante a pandemia afetou o trabalho docente. Os objetivos específicos consistem em: Investigar as transformações no mundo do trabalho, analisar as razões da flexibilização laboral intensificada com a pandemia, explicar as razões que precarizam o trabalho docente com a adoção do ensino remoto/híbrido durante a pandemia e elaborar um produto educacional, definido durante a pesquisa que contribua com os docentes nas discussões sobre o mundo do trabalho durante a pandemia.

Procedimentos:

Participando do estudo você está sendo convidado(a) a contribuir com a coleta de dados para a pesquisa sobre trabalho docente, com o preenchimento de dois questionários em momentos distintos. No primeiro momento, convidamos você a preencher o questionário intitulado; instrumento de consulta e coleta de dados sobre o trabalho docente dividido em duas seções; I e II.

Na seção I, o questionário possui questões predominantemente objetivas com múltiplas escolhas que você poderá optar por mais de uma resposta em algumas perguntas, e questões subjetivas (abertas). As questões contém itens sobre o seu perfil pessoal como o nome, gênero, idade, seu perfil profissional com perguntas sobre tempo de serviço, vínculo profissional, formação, carga horária.

Na seção II, as perguntas são exclusivamente sobre o trabalho docente com a adoção do ensino remoto durante a pandemia, onde você é convidado(a) a relatar sobre desafios enfrentados, dificuldades pedagógicas, tecnológicas, carga horária, investimentos/orçamento e os impactos que possam ter causados na sua vida pessoal e profissional durante o uso do formato remoto/virtual adotado para as aulas.

Você levará cerca de 40 minutos para responder as perguntas, cujas respostas serão de grande valia para examinar como o ensino remoto/híbrido afetou o trabalho do professor de Educação Profissional e Tecnológica- EPT, bem como os impactos causados na vida pessoal durante a pandemia, e servirá para selecionar conteúdos sugestivo para os áudios para compor o Produto Educacional – PE, que será um podcast intitulado, fala aí professor, posteriormente.

É importante informar que, após seu consentimento e aceite para participar dessa pesquisa, o questionário será enviado via e-mail no formato google forms que terá o prazo de 30 dias corridos após o recebimento do questionário para devolve-lo respondido via e-mail a pesquisadora.

Após 3 meses do preenchimento do primeiro questionário, convidamos você a participar do segundo momento da pesquisa, constituído pelo segundo questionário e 3 áudios que compõem o **podcast Voz Docente**, que tem duração entre 10 e 15 minutos cada, como produto educacional do programa de mestrado profissional, publicado em plataforma de hospedagem disponível na internet, sobre trabalho docente no contexto da pesquisa. Você receberá via *e-mail* informações explicando a ideia e identidade do podcast, (temas, público alvo, referências) e sobre a plataforma para ouvir com orientações de acesso.

Após ouvir os áudios, convidamos você a responder o segundo questionário intitulado; instrumento de validação do produto educacional, compondo assim o segundo momento de

coleta de dados, com perguntas que versam sobre seu perfil, tempo e local onde acessa a Internet, tipo de podcast que escuta e ao final emitir um parecer que você informará marcando um (X) no item “SER FAVORÁVEL” (aprovação)ou “NÃO SER FAVORÁVEL” (não aprovado) ao produto educacional; fala aí, professor, para que possa validar o produto em questão.

Esse questionário contém menos questões para responder em relação ao primeiro. Entre a escuta dos áudios e as respostas do questionário, a duração aproximada é de 40 minutos. Você terá 15 dias para ouvir os áudios, responder o segundo questionário e enviar as respostas a pesquisadora via *e-mail*.

Vale ressaltar que, por se tratar de uma coleta de dados realizada em ambiente virtual, os dois questionários e este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE, serão enviados via *Gmail*, com lista oculta de destinatários para preservar o participante e em *links* do *Google forms*.

A assinatura do participante será realizada clicando na “caixa de seleção” específica para cada instrumento de pesquisa. Assim, não haverá necessidade de deslocamento para preenchimento dos instrumentos de pesquisa e poderão ser respondidos de acordo com dia e local que melhor lhe convier. Lembramos que é seu direito recusar participar de uma etapa ou mesmo desistir de todo o processo de pesquisa a qualquer tempo.

Desconfortos e riscos:

Você **não** deve participar deste estudo se não tiver ministrado aulas em qualquer disciplina regular ou eletiva no formato remoto durante a pandemia por pelo menos 03 meses, se tiver afastado por licença médica ou aposentadoria, ou ainda se não se sentir suficientemente confortável e esclarecido sobre a pesquisa.

Os riscos da pesquisa são considerados baixos e estão relacionados ao cansaço e ao tempo que o entrevistado disporá para ler e responder às perguntas dos questionários e escutar os áudios para do *podcast*. No entanto, para minimizar esses desconfortos e riscos, a pesquisadora garante resguardar as informações em total confidencialidade, assegurando a privacidade dos dados coletados dos pesquisados, além das seguintes medidas descritas a seguir:

Enviar os questionários via e-mail com antecedência para que tenham tempo hábil para responder confortavelmente.

Coletar somente informações relevantes para a pesquisa e garantir sigilo nas respostas coletadas, bem como na identificação nominal dos questionários que não serão reproduzidos ou citados nos resultados para não expor o entrevistado.

Garantir ao entrevistado a interrupção do preenchimento dos questionários e a audição dos podcast a qualquer tempo, caso desista de participar da pesquisa;

Os dados coletados serão baixados por meio de download e armazenados em HD externo, em seguida os registros serão apagados de qualquer ambiente virtual ou “nuvem” Estes dados ficarão disponíveis na unidade armazenada por até cinco anos, podendo ser acessados pelos participantes a qualquer momento (caso desejem), sendo deletados após o período citado;

Benefícios:

Os registros da pesquisa bem como o produto educacional servirão em colaboração com a prática pedagógica, para ajudar o professor na sala de aula a abordar e discutir temas que apresentem significados relevantes para a formação dos estudantes, como as mudanças ocorridas nas relações sociais, econômicas, políticas, tecnológicas e trabalhistas, construindo assim, uma consciência capaz de transformá-los em cidadãos livres e emancipados para que possam desenvolver suas potencialidades e por consequência, melhores oportunidades de vida.

Acompanhamento e assistência:

Apesar da pesquisa apresentar um nível de gradação mínima de riscos, a pesquisadora garantirá o acompanhamento e assistência necessárias de danos imateriais, físico ou psicológico que venha a ocorrer com você em decorrência de sua participação na pesquisa, caso sejam devidamente comprovados

Sigilo e privacidade:

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado nos questionários, salvo se o próprio entrevistado colocar.

Ressarcimento e indenização:

Você terá direito ao ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa e à indenização pelos danos resultantes desta, nos termos da Lei. No entanto, reiteramos que por se tratar de questionário enviado eletronicamente e caso necessite a pesquisadora se deslocará ao local da pesquisa, portanto, não há nenhuma previsão de custos ao participante da pesquisa.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Antônio de Fátima Rodrigues de Sousa, na Escola Maria Dolores Menezes de Almeida (Polo Novo Pabussu- Caucaia) na Rua da Consolação nº 465 Bairro Novo Pabussu Caucaia – Ceará. Telefone (85) 987098052, e-mail: fátma.sousa38@aluno.ifce.edu.br/fatimaatom@gmail.com.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFCE das 08:00hs às 12:00hs e das 13:00hs as 17:00hs no IFCE Reitoria - R. Jorge Dumar, 1703 - Jardim América, Fortaleza - CE, 60410-426; fone (85) 34012332 e-mail: cep@ifce.edu.br

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar e declaro estar recebendo uma via digitalizada deste documento, enviado por e-mail, rubricada em todas as páginas e assinada pelo pesquisador:

() Depois de ter esclarecido sobre todas as informações e procedimentos da pesquisa, CONCORDO em participar voluntariamente do estudo.

() Depois de ter sido esclarecido sobre todas as informações e procedimentos da pesquisa, NÃO CONCORDO em participar voluntariamente do estudo.

Nome do Participante:

Telefone (whatsapp) e e-mail:

Fortaleza – CE, ____ de _____ de ____.

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 510/2016 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante em formato digital, enviada por e-mail. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

Nome do(a) pesquisador(a): Antônia de Fátima Rodrigues de Sousa

Fortaleza – CE, ____ de _____ de ____.

Assinatura do pesquisador

APÊNDICE B - INSTRUMENTO DE CONSULTA E COLETA DE DADOS SOBRE O TRABALHO DOCENTE

Prezado docente,

Este instrumento será utilizado na pesquisa intitulada “Trabalho docente no ensino profissional tecnológico - EPT: flexibilização no mundo do trabalho, precarização e exploração laboral durante a pandemia, dividido em duas seções; I e II.

Na seção I deste questionário, será possível coletar informações sobre formação acadêmica e profissional, na seção II sobre o trabalho remoto desenvolvido durante a pandemia, para examinarmos como ocorreu o cotidiano do trabalho docente com a multifuncionalidade exercida em virtude da adoção do ensino remoto e o uso das tecnologias digitais e suas implicações na vida pessoal e profissional.

Apenas o professor(a) da EEEP Professor Antônio Valmir da Silva, com disciplina(s) em qualquer área, e que não se encontre afastada(o), licenciada (o), que tenha trabalhado por pelo menos 3 meses na escola durante a pandemia, poderá participar do estudo. A pesquisa está sendo realizada pela professora Antônia de Fátima Rodrigues de Sousa, pesquisadora e mestranda do ProfEPT/IFCE.

Após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE e assinalado o consentimento para participação na pesquisa, solicitamos a gentileza de responder as perguntas deste questionário. Pedimos autorização para que os dados fornecidos sejam analisados sob a responsabilidade da pesquisadora.

É importante o retorno desse questionário respondido composto por perguntas objetivas, subjetivas e complexas que levará cerca de 30 minutos e ficará disponível do dia 15 de março a 15 de abril de 2022, portanto 30 dias.

Quando finalizar o preenchimento do questionário é importante que assinale a opção **"Autorizo a análise das informações fornecidas sob responsabilidade do pesquisador e ASSINO este questionário"** para garantir seus direitos e consentimento como participante.

Os assuntos abordados no questionário constam na descrição do TCLE, enviado anteriormente. Caso tenha alguma dúvida, poderá responder em outro momento após ser esclarecido(a), entrando em contato com o pesquisador.

Pesquisadora Responsável: Antônia de Fátima Rodrigues de Sousa – Mestranda ProfEPT/IFCE e professora do município de Caucaia, Ce. Contato: (85) 987098052
Orientadora: Profa. Dra. Antônia de Abreu Sousa (ProfEPT-IFCE)

SEÇÃO I – PERFIL PESSOAL E PROFISSIONAL

1. Nome (opcional): _____
2. Gênero?
- () Masculino () Feminino () outros
3. Formação Acadêmica:
- () Graduado () Especialização () Mestrado () Doutorado
4. Há quanto tempo atua nessa escola?
- () 1 a 3 anos () 7 a 10 anos
() 4 a 6 anos () 11 anos
5. Vínculo profissional?
- () Efetivo () Temporário () Substituto () Outros
6. Área de Formação?
- () Formação regular () Formação profissional () Formação diversificada
7. Qual a carga horária mensal nesta escola?
- () 200h 75h
() 100h () outros

SEÇÃO II - TRABALHO DOCENTE

1. Em decorrência da pandemia da COVID-19, muitas escolas substituíram as aulas presenciais por aulas virtuais (ensino remoto) em 2020. Caso você tenha ministrado aulas no ensino remoto, informe o local de onde ministrou aulas e se era adequado em termos de estrutura física, iluminação, silêncio?

Quais ferramentas tecnológicas você usou em suas aulas virtuais ANTES a pandemia da Covid 19?
(Pode marcar mais de um item)

- () Data show
- () Softwares, aplicativos
- () Notebook, tablet, smartphone com internet
- () Jogos e mapas conceituais digitais
- () Nenhum
- () Lousa, mesa, caneta digital
- () Outros. Qual? _____
- () Programas interativos, plataformas virtuais

2. Quais ferramentas tecnológicas você usou em suas aulas virtuais DURANTE a pandemia da Covid 19? (Pode marcar mais de um item) () Data show
() Notebook, tablet, smartphone com internet

- ☐ Lousa, mesa, caneta digital
- ☐ Programas interativos, plataformas virtuais
- ☐ Softwares, aplicativos
- ☐ Jogos e mapas conceituais digitais

3. Com que frequência você utilizou ferramentas tecnológicas em suas aulas durante o ensino remoto no período da pandemia da Covid 19?

4. Com que frequência você participou de reuniões com gestor/professor para discutir ações, orientações, estratégias, ajustes e adaptações nos currículos a serem adotadas no ensino remoto/híbrido durante a pandemia?

- ☐ Nunca ☐ Raramente ☐ Com Frequência

5. Na sua opinião, o que achou da experiência de ministrar aulas no sistema remoto?

- | | |
|------------------------------------|--|
| ☐ Excelente | ☐ Péssima |
| ☐ Ótimo | ☐ Não sei responder |
| ☐ Boa | ☐ Outros |
| ☐ Regular | |

6. Justifique sua resposta

7. Considerando o trabalho pedagógico, as atividades de apoio ao ensino, planejamento, correção de avaliações, trabalhos, atividades, preenchimento de diários, relatórios, formulários, aulas presenciais na escola, quantas horas de trabalho você dedicava em uma SEMANA letiva normal?

8. Considerando o trabalho pedagógico, as atividades de apoio ao ensino, planejamento, correção de avaliações, trabalhos, atividades, preenchimento de diários, relatórios, formulários, quantas horas você dedicou de trabalho em uma SEMANA letiva normalmente DURANTE o período de ensino remoto na pandemia?

9. Você comprou algum equipamento tecnológico como notebook, celular, impressora, Suporte para celular, ring light, microfone, entre outros para ministrar aulas durante a pandemia com seus recursos financeiros próprios?

- ☐ Sim
- ☐ Não

10. Durante a pandemia da covid 19 com a adoção do ensino remoto (aulas virtuais) seu orçamento foi afetado?

- | | |
|-----------------------------------|--|
| ☐ Sim | ☐ bastante |
| ☐ Não | ☐ Não sei responder |
| ☐ Um pouco | ☐ Outros |

11. Justifique sua resposta

12. Você considera que com a adoção do ensino remoto, sua vida PROFISSIONAL sofreu algum impacto positivo/negativo)?

- | | |
|-----------------------------------|--|
| ☐ Sim | ☐ bastante |
| ☐ Não | ☐ Não sei responder |
| ☐ Um pouco | ☐ Outros |

13. Justifique sua resposta

14. Você considera que sua vida PESSOAL sofreu algum impacto (positivo/negativo) com a adoção do ensino remoto durante a pandemia

- | | |
|---|--|
| ☐ Sim | ☐ Não |
| ☐ Sim, um pouco | ☐ Talvez |
| ☐ Sim intensamente | ☐ Não sei responder |

15. Você percebeu alguma alteração no seu comportamento (emocionais/ psicológicas) em função do trabalho remoto durante a pandemia? Indique quais itens abaixo podem ter contribuído. (Pode marcar mais de um)

- | | |
|--|--|
| ☐ Pressão psicológica no trabalho | ☐ Dificuldade para concentração |
| ☐ Cansaço físico | ☐ Demandas exigidas pelo trabalho |
| ☐ Cansaço mental | ☐ Dores de cabeça constantes |
| ☐ Medo de contrair o vírus | ☐ Nenhuma alteração ocorreu |
| ☐ medo perder emprego | ☐ Outros _____ |
| ☐ Insônia | |
| ☐ Tristeza | |
| ☐ Ansiedade | |
| ☐ Irritabilidade | |
| ☐ Distúrbio no sono | |
| ☐ Distúrbio na alimentação | |
| ☐ Falta de ânimo | |

16. Você necessitou utilizar algum tipo de medicamento durante o trabalho remoto na pandemia da Covid 19?

☐ Não ☐ Sim ☐ Usei temporariamente ☐ Sim, continuo usando ☐ outros

17. Você já ouviu falar em precarização do trabalho docente?

☐ Sim

☐ Não

18. Sobre a precarização do trabalho docente, marque a opção que você considera que pode estar relacionada a esse fenômeno na educação? (Pode marcar mais de um item)

☐ Ampliação da jornada de trabalho

☐ Desvalorização profissional, salários incompatíveis com a função

☐ Perda de autonomia no trabalho

☐ Perda dos direitos trabalhistas

☐ Aumento da carga horária de trabalho

☐ Desregulamentação nos horários de repouso (atendimento a qualquer hora, em qualquer lugar)

☐ Perda de privacidade e tempo para lazer/entretenimento.

☐ Acúmulo de funções, o professor passou a exercer múltiplas funções

☐ Salários não compatíveis com a função

☐ Proletarização do trabalho (venda da força de trabalho em troca de salário)

☐ Desvalorização profissional

19. Você considera que o ensino remoto trouxe novas atribuições ao trabalho docente? Se sim, cite quais?

20. Sobre os desafios enfrentados na prática docente durante a pandemia, quais dentre os itens abaixo você considera ter contribuído?

☐ Falta de infraestrutura

☐ Conectividade dos alunos;

☐ Dificuldade em manter os estudantes engajados;

☐ Ausência de formação para lidar com o ensino remoto;

☐ Ausência de ambiente adequado em casa

☐ Problemas emocionais causado pelo medo, incertezas

☐ Ausência de conhecimento sobre o manuseio dos recursos tecnológicos;

☐ Não enfrentei desafios

21. Professor esse espaço é seu, utilize-o para escrever o que julgar importante. Relate suas experiências com o ensino remoto/híbrido durante a pandemia. (Flexibilização, precarização laboral e exploração, desafios, dificuldades, adversidades entre outros).

APÊNDICE C - INSTRUMENTO DE CONSULTA PARA AVALIAR O PRODUTO EDUCACIONAL

Prezado (a) docente,

Te convidamos a responder a este instrumento de consulta que será utilizado na pesquisa intitulada "trabalho docente no ensino profissional tecnológico - EPT: flexibilização no mundo do trabalho, precarização e exploração laboral durante a pandemia, para avaliar o produto educacional criado como pré requisito para a conclusão do mestrado ProfEPT do IFCE. Trata-se de um Podcast, com áudios em 03 episódios dialogado por professores sobre a temática da pesquisa. O Podcast é um convite aos docentes da escola que atuaram durante a pandemia do coronavírus e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE para participar da pesquisa. Suas impressões e análises sobre esse material são de suma importância para a conclusão da pesquisa de mestrado.

Ressaltamos que o nome do *podcast* foi alterado por questões autorais, mas sem nenhum prejuízo ao conteúdo. Assim, te convidamos professor para responder essas questões e em seguida ouvir os 3 episódios do *Podcsat* Voz Docente, lugar de diálogos sobre trabalho docente precarizado, uma alternativa para os profissionais da educação como um lugar de fala. Aguardamos sua avaliação ao final do questionário.

Esta pesquisa está sendo realizada pela professora e pesquisadora Antônia de Fátima Rodrigues de Sousa, mestranda do ProfEPT/IFCE. “Investigar é criar novos conhecimentos”
“Investigar é criar novos conhecimentos” – Neil Armstrong

Perfil do professor e uso da Internet

Nome? _____

1. Onde você costuma navegar na Internet por mais tempo? (Pode marcar mais de um)

() Em casa () No trabalho () Em qualquer lugar

2. O que você costuma acessar na internet? (Pode marcar mais de um)

() Sites de universidades () Redes sociais (*Instagram*)

() Aplicativos () Plataformas diversas

() Redes sociais(*whatsapp*)

() Redes sociais (*facebook*) () Podcast Diversos

() Redes sociais (*twitter*) () Outros Qual? _____

3. Que tipo de dispositivo você costuma utilizar para acessar a Internet? (Pode marcar mais de um)

☐ Computador

☐ Smartphone

☐ Notebook

☐ Outro(s). Qual(is)? _____

☐ Tablet

4. Você tem o hábito de ouvir Podcasts?

☐ Sim

☐ Não

☐ Às vezes

5. Qual o tipo de assunto que você costuma escutar em Podcasts? (Pode marcar mais de um item)

☐ Notícias em geral

☐ Política

☐ Entretenimento

☐ Economia

☐ Saúde

☐ Meio Ambiente

☐ Moda

☐ Curiosidades

☐ Atualidades em geral

☐ Não escuto

☐ Diversidade

☐ Outros. _____

☐ Educação

6. Você acha que o Podcast pode ser utilizado como uma ferramenta metodológica para a aprendizagem dos estudantes?

☐ Sim

☐ Não

☐ Talvez

7. Você é **podouvinte** (ouvinte de podcast) assíduo(a) de algum Podcast específico? Qual?

AUDIÇÃO DOS EPISÓDIOS

Link para ouvir o **áudio 1** (precarização do trabalho docente) [áudio 1 \(precarização do trabalho docente\)](#)

Link para ouvir áudio 2 (meu trabalho é precarizado?) [áudio 2 \(meu trabalho é precarizado?\)](#)

Link para ouvir o **áudio 3** (Possíveis impactos das aulas virtuais durante a pandemia) [áudio 3 \(Possíveis impactos das aulas virtuais durante a pandemia\)](#)

AVALIAÇÃO QUANTO A TEMÁTICA/CONTEÚDOS DO PODCAST

8. Você considera importante a abordagem dessa temática trabalho docente precarizado entre os profissionais da educação?

☐ Sim

☐ Não

9. Na sua opinião a temática sobre a Precarização do Trabalho Docente, ficou evidente nos áudios do Podcast?

() Sim () Não

10. Considera adequada a forma como os convidados abordaram os conteúdos nos episódios?

() Sim () Não

QUANTO A ORGANIZAÇÃO DO PODCAST

11. Considera que no 1º áudio: **Trabalho docente precarizado**, o tema foi abordado adequadamente pelos professores entrevistados?

() Sim () Não

12. Considera que no 2º áudio: **como me percebo no processo de precarização ou não**, os professores entrevistados discutiram o episódio de forma coerente, apropriada?

() Sim () Não

13. O diálogo desenvolvido pelos entrevistados no 3º áudio do podcast: **os impactos das aulas virtuais/remotas no trabalho docente durante e pandemia** contemplou a temática do episódio?

() Sim () Não

14. A linguagem utilizada nos áudios é clara e objetiva?

() Sim () Não

15. Você considera que com a adoção de aulas remotas durante a pandemia do coronavírus, intensificou-se a precarização laboral docente como sugere os professores entrevistados nos áudios do podcast?

() Sim () Não

16. Na sua opinião, os áudios trouxeram informações que contribuíram para melhor compreensão sobre o trabalho docente precarizado?

() Sim () Não

17. Nesse espaço coloque suas impressões, críticas, elogios e sugestões sobre o **Podcast: Voz Docente!**

18. Nesse espaço coloque suas impressões, sugestões, críticas sobre o Podcast Voz Docente!

AVALIAÇÃO DO PRODUTO

Considero o Produto Educacional, Podcast: Voz Docente!

() APROVADO

() REPROVADO

APÊNDICE D - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA PESQUISA

Segue a previsão do cronograma de execução do projeto intitulado “Trabalho docente no ensino profissional tecnológico - EPT: flexibilização no mundo do trabalho, precarização e exploração laboral durante a pandemia” a ser realizado pela pesquisadora Antônia de Fátima Rodrigues de Sousa.

Nesse âmbito, ressaltamos que a citada pesquisa será iniciada somente após a sua aprovação pelo sistema CEP-CONEP, conforme disposto nas Resoluções Nº 466 de 12 de dezembro de 2012, (no item 10 da seção X3, no Capítulo X) e Nº 510 de 07 de Abril de 2016, (no art.28, inciso I do Capítulo VI e Norma Operacional Nº 001/2013, especificamente na alínea “f” da seção 3.3, no capítulo 3), apresentadas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) e no Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa do IFCE, em seu art.35, conforme previsto no cronograma de execução disponibilizado do CEP.

Quadro 1 – Cronograma com as fases da pesquisa

FASEs da Pesquisa	PERÍODO	
	Início	Término
Visitação à escola e ao núcleo gestor para o primeiro contato e levantamento do número de professores da escola	05/04/2022	05/04/2022
Submissão ao Comitê de Ética e Pesquisa - CEP	05/04/2022	05/04/2022
Contato com os docentes, solicitar adesão, assinatura do termo de consentimento-TCLE via e-mail	14/04/2022	18/04/2022
Envio e preenchimento do 1º questionário: instrumento de consulta e coleta de dados sobre o trabalho docente aos docentes via e-mail.	18/04/2021	18/05/2022
Qualificação do Projeto	22/04/2022	22/04/2022
Escrita da Dissertação	23/04/2022	30/11/2022
Análise da Coleta de Dados do 1º questionário: instrumento de consulta e coleta de dados sobre o trabalho docente durante a pandemia	19/05/2022	25/07/2022
Elaboração do Produto Educacional-PE, Podcast “Fala aí Professor”	05/04/2022	11/08/2022
Período de envio do 2º questionário: instrumento de consulta para validar o produto educacional podcast, fala aí, professor e os áudios para escuta e avaliação do produto via e-mail	19/08/2022	19/08/2022
Recebimento das respostas do 2º questionário: instrumento de consulta para validar o produto educacional podcast, fala aí, professor! Avaliação do produto/escuta dos áudios (Aplicação do PE)	19/08/2022	02/09/2022
Análise dos resultados do 2º questionário: instrumento de consulta para validar o produto educacional podcast, fala aí, professor!	19/08/2022	30/09/2022
Artigo para submissão de artigo em revista	10/07/2022	10/07/2022
Revisão final da Dissertação	30/09/2022	30/11/2022
Apresentação/Defesa pública da dissertação e do produto educacional	08/12/2022	08/12/2022

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

APÊNDECE E - FORMATAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL – PE



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
IFCE – CAMPUS FORTALEZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA (PROFEPT)
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

ANTÔNIA DE FÁTIMA RODRIGUES DE SOUSA

PRODUTO EDUCACIONAL

PODCAST VOZ DOCENTE, LUGAR DE DIÁLOGOS

FORTALEZA

2022



ANTÔNIA DE FÁTIMA RODRIGUES DE SOUSA

FICHA TÉCNICA

EDITORIAL

Edição: Antônia de Fátima Rodrigues de Sousa

Revisão: Antônia de Fátima Rodrigues de Sousa

Orientadora: Antônia de Abreu Sousa

VISUAL

Projeto gráfico: Antônia de Fátima Rodrigues de Sousa

Diagramação: Antônia de Fátima Rodrigues de Sousa

SUMÁRIO

Apresentação	163
Objetivos.....	165
Geral	165
Específicos	165
DESENVOLVIMENTO	166
ACESSO AO PODCAST	169
VALIDAÇÃO DO PODCAST	170
REFERÊNCIAS.....	171
SOBRE A AUTORA	173

Apresentação

O produto educacional *Podcast Voz Docente*, lugar de diálogos, distribuído em três episódios, é parte integrante da dissertação intitulada: **Trabalho docente em Educação profissional e tecnológica- EPT: Flexibilização, Precarização e Exploração laboral docente em tempos de pandemia**, pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), campus Fortaleza.

Episódios foram gravados em três áudios. O primeiro episódio dialoga com professores da rede pública de ensino, sobre o que é a precarização do trabalho docente, de forma bem didática, fundamentado nos aportes utilizados na pesquisa. No segundo episódio, dialogamos sobre os impactos positivos e negativos das aulas remotas adotadas durante a pandemia da covid 19, na vida pessoal e profissional dos professores. No terceiro e último episódio, o diálogo entre os professores foi sobre como o professor vê o seu trabalho docente, indagando: seu trabalho é precarizado? Os áudios foram construídos com base na temática da pesquisa e nas reflexões dos professores pesquisados inferidas a partir das respostas coletadas por meio eletrônico.

Esperamos que o conteúdo produzido nesse material, sobre a precarização do trabalho docente intensificado durante a pandemia da *Covid 19*, disponibilizado em formato digital para professores e demais profissionais de educação, contribua como um instrumento de informação, lugar de fala, denúncias e resistência docente na luta por direitos trabalhistas, melhoria nas condições de trabalho, aparelhamento das escolas, valorização profissional através de políticas públicas que fomentem melhores condições de trabalho que implicam diretamente no processo de ensino aprendizagem.

Os conteúdos dos episódios do *Podcast* é um convite ao profissional da educação para que fique atento às constantes mudanças que parece estar sempre a serviço do projeto gestado e promovido pelo estado em consórcio com empresários que tencionam sequestrar a educação pública e de qualidade para o setor privado. Estamos atentos e vigilantes!

DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO EDUCACIONAL PODCAST: VOZ DOCENTE, LUGAR DE DIÁLOGOS

Origem do Produto: Trabalho docente no ensino profissional tecnológico - EPT: flexibilização no mundo do trabalho, precarização e exploração laboral durante a pandemia.

Produção: Antônia de Fátima Rodrigues de Sousa

Orientação: Prof.^a Dra. Antônia de Abreu Sousa.

Co- orientação: Prof. ^a Dra. Elenice Gomes de Oliveira.

Linha de pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Divulgação: Meio digital

Instituição envolvida: EEEP Professor Antônio Valmir da Silva

Plataforma de elaboração do produto: Aprovado

Plataforma agregadora do podcast: Spotify

Idioma: Português

Cidade: Fortaleza- CE / **País:** Brasil

Ano: 2022

Como usar o Podcast no celular?

Passo 1: faça o download do Google Podcasts na *App Store* ou *Google Play*.

Passo 2: inicie o *App* e toque no ícone de pesquisas - na parte inferior da tela - para localizar *podcasts* separados em categorias como “Para você”, “Notícias”, “Cultura”, “Ensino”, “Negócios”, “Artes”, “Tecnologia” e diversas outras.

Como usar o Podcast no celular?

Passo 1: faça o download do Google Podcasts na *App Store* ou *Google Play*.

Passo 2: inicie o *App* e toque no ícone de pesquisas - na parte inferior da tela - para localizar *podcasts* separados em categorias. Você também pode digitar o nome de algum *podcast* que já conheça para que o Google Podcasts o localize na plataforma.

Passo 3: para ouvir um *podcast*, basta tocar sobre ele. Você pode tocar no ícone de “+”, localizado na própria capa, para se inscrever e ter acesso ao conteúdo.

Objetivos

Geral

Contribuir como um instrumento de informação lugar de fala, denúncias e resistência docente na luta por direitos trabalhistas, melhoria nas condições de trabalho, aparelhamento das escolas, valorização profissional através de políticas públicas que fomentem melhores condições de trabalho que implicam diretamente no processo de ensino aprendizagem

Específicos

- ✓ Oferecer acesso à informação sobre a ‘nova’ configuração do trabalho docente com a adoção do ensino remoto;
- ✓ Registrar a importância de dialogar sobre a precarização laboral;
- ✓ Destacar a importância do diálogo sobre precarização, flexibilização e exploração laboral entre professores e seus impactos durante a pandemia do coronavírus;
- ✓ Dialogar sobre as implicações do ensino remoto no trabalho e na vida docente com a adoção de aulas virtuais durante a pandemia da *Covid 19* levando em consideração a percepção do docente;

DESENVOLVIMENTO

O *Podcasts* é um processo midiático que surgiu nos primeiros anos do século XXI nos Estados Unidos da América – EUA, posteriormente em outros países, chegando ao Brasil por volta de 2006 com o surgimento do *Nerdcast* e o *Café Brasil*, primeiros programas dentro desse formato. Tem características de programa de rádio, embora não se tratar disso, pois existem características que os diferenciam. Nele, o conteúdo fica gravado para ser ouvido a qualquer hora e lugar, não precisa de equipamento específico e sofisticado para acontecer e o *podouvinte*¹⁵, tem autonomia e poder de escolha em suas mãos.

O *Podcasts* se popularizou no Brasil pelo fácil acesso em diversos dispositivos desde que tenham conexão com a internet.

Essa mídia, possui diversos formatos é versátil, de fácil acesso, abrange uma variedade de assuntos sobre política, economia, cultura, entretenimento, educação, esportes, atualidades entre outros temas. Os *Podcasts* se apresentam como um recurso tecnológico de fácil produção, baixos custos, para quem já tem os equipamentos como celular, internet, computador e atende a um público específico.

Faz se necessário que os temas selecionados tenham relevância para seu público alvo, sejam pesquisados e escritos para posteriormente serem gravados no formato de áudios. Recomenda-se que os dispositivos de gravação tenham boa qualidade para otimizar o som do conteúdo produzido.

A escolha do *Podcast* como material educacional, deu-se pela gratuidade, facilidade de acesso e manuseio, pode ser ouvida em qualquer tempo e lugar por isso é atemporal, bem como por sua disponibilidade na internet, além de ter uma linguagem didática, atual e de fácil compreensão. Seu acesso é simples, precisa apenas que o *podouvinte* escolha o tipo de *Podcasts* que deseja ouvir e escolher em qual dispositivo deseja ouvir.

O *Podcast* intitula-se Voz Docente, lugar de diálogos. É um recurso que se utiliza de tecnologia *streaming*¹⁶, serviço *on-demand*¹⁷ por isso é prático e acessível, não precisa necessariamente baixar nenhum programa para assisti-lo. Tanto no computador quanto no celular, você pode acessar e ouvir *Podcasts* através do navegador de internet, mas, se preferir baixar existem inúmeras plataformas e aplicativos apropriados a exemplo do Anchor entre

¹⁵ Como é chamado o consumidor de *podcasts*. (CORADINI, 2020, p. 12)

¹⁶ É um serviço que transmite conteúdos pela internet sem a necessidade de baixar nada. (<https://tecnoblog.net>)

¹⁷ É um serviço que demonstra que é possível assistir o que quiser na hora que quiser. Todo serviço *on-demand* é transmitido usando a tecnologia *streaming*. (<https://tecnoblog.net>)

tantos outros disponíveis. É possível ainda baixar o *Podcast*, salvar em *pendrive*¹⁸ e ouvir no som do carro, dada sua versatilidade

Esse tipo de mídia que já era disponibilizada na internet, ganhou notoriedade e apareceu em franca ascensão sobretudo durante o período da pandemia da *Covid 19*, possibilitando a comunicabilidade entre usuários do mundo inteiro. Verificou-se que com o isolamento social e o uso exacerbado de ferramentas necessárias às aulas virtuais durante a pandemia da *Covid 19*, o *Podcast* foi mais utilizado em virtude da versatilidade com que se apresenta.

O objetivo da construção do Produto Educacional (PE), foi produzir um material para repercutir junto a categoria docente e demais interessados da área, a temática sobre o fenômeno da precarização do trabalho docente durante o ensino remoto e seus impactos durante a pandemia da *covid 19*.

Os objetivos específicos do PE são:

- a) Construir um produto educacional que possibilite ao professor o acesso as informações sobre a ‘nova’ configuração do trabalho docente com a adoção do ensino remoto;
- b) Registrar através dos áudios produzidos para o *Podcast*; Voz docente, a importância de dialogar sobre a precarização laboral;
- c) Destacar a importância do diálogo sobre precarização, flexibilização e exploração laboral entre professores e seus impactos durante a pandemia do coronavírus;
- d) Dialogar sobre as implicações do ensino remoto no trabalho e na vida docente com a adoção de aulas virtuais durante a pandemia da *Covid 19* levando em consideração a percepção do docente;
- e) Submeter o produto educacional a avaliação dos professores, sujeitos da pesquisa, para posteriormente divulgar na internet.

O *Podcast* “Voz Docente” é um convite aos profissionais da educação pesquisados e demais interessados a ouvir os áudios dialogados entre professores sobre trabalho docente e ensino remoto durante a pandemia de forma descontraída, inteligente, acessível e coordenada e em linguagem simples, clara e objetiva para a categoria docente. O *Podcast* Voz docente, lugar de fala, se apresenta como um lugar de fala para os docentes diante do complexo contexto político e social com a inserção das ferramentas nas aulas virtuais, no enfrentamento da precarização laboral, reconhecendo se enquanto categoria consciente da necessidade de formação contínua para a compreensão da necessidade dos processos formativos dos estudantes de EPT, para a formação emancipadora.

¹⁸ É um dispositivo constituído por uma memória flash e que possui a função de armazenamento de dados. (<https://mundoeducacao.uol.com.br>)

O primeiro passo para a construção do produto educacional, correspondeu à pesquisa na internet e apropriação do conhecimento sobre o tipo de mídia desenvolvida e o planejamento para conhecer a mídia e elaborar os episódios do *Podcast: Voz docente, lugar de diálogos*. No segundo passo, de posse dos conhecimentos necessários sobre esse tipo de mídia, iniciamos as etapas do processo de criação até a divulgação do material para divulgar com os professores pesquisados seguindo as seguintes etapas: a) gravação dos áudios em estúdio, b) escolher um software para gravação e edição. Optou-se pelo *software* livre *Spotify* e *Anchor*. c) escolher a plataforma para hospedar o *podcast* para gerar o *feed* RSS, em outras palavras, armazenar o conteúdo.

O terceiro passo, apresentar o *podcast: Voz docente, lugar de diálogos*, com os 3 episódios gravados. O quarto passo, a análise da avaliação e validação do produto educacional pelos docentes por meio eletrônico, finalizando as etapas. O Produto Educacional *Podcast: Voz docente, lugar de diálogos* obteve 100% de aprovação pelos sujeitos da pesquisa e pelos professores examinadores da banca de defesa.

ACESSO AO PODCAST

Link Spotfy: <https://open.spotify.com/show/19CZY0RfOY2rYXKKKHj2hh>

Link Anchor: <https://anchor.fm/fatima-sousa666>

O acesso pode ser realizado pelo QR Code:



VALIDAÇÃO DO PODCAST

É exigência do programa de mestrado profissional a criação de um produto educacional como resultado da pesquisa, que seja aplicado e avaliado, preferencialmente pelo público-alvo ao qual se destina, sendo assim, os professores da escola profissionalizante pesquisada em Caucaia onde se realizou a pesquisa foram convidados à participar da avaliação e validação do *Podcast: Voz Docente*, lugar de diálogos. (RIZZATTI et al., 2020).

A intenção da avaliação e validação do produto educacional é verificar se a proposta é pertinente e adequada para o objetivo que se pretende atingir com a pesquisa na entre os profissionais da educação. Para embasar o processo de avaliação e validação do produto educacional foram utilizados os três eixos temáticos de Kaplún (2003).

O produto considerou as metodologias que contemplam os aspectos comunicacionais, pedagógicos, teóricos e críticos, considerando os eixos temáticos proposto por Kaplún (2003) que são: eixos **Conceitual** encarregado de gerar conhecimentos profundos sobre os temas, conceitos e sujeitos para a quem o produto será direcionado, o **pedagógico** que norteia e aponta o caminho a ser seguido pelo mestrando para a construção do produto e o eixo **comunicacional** que indica o formato e a linguagem utilizada, no caso do nosso produto, para os áudios que formam a série de episódios.

Portanto, o caminho percorrido deve ser pensado, debatido e sobretudo avaliado coletivamente pelos envolvidos desde a sua construção até a utilização, pelo bem comum da comunidade escolar a quem o produto se destina. Envolver os que utilizam o produto final, desde a confecção, significa respeitar as escolhas metodológicas dos educadores, pensar na importância e utilidade desses produtos como ferramentas que melhore e contribua os professores na reflexão e discussão sobre temas alusivos ao trabalho docente. Segundo o autor, o material educativo ou mensagem educativa é o material que facilita ou apoia o desenvolvimento de aprendizado, que gera mudança conceitual, afetiva, de habilidades ou atitudes, para isso ao elaborar os materiais educativos o autor deve levar em consideração três eixos citados: o conhecimento do contexto e dos sujeitos destinatários do material educativo.

A validação elaborada posteriormente, consiste na interpretação dos resultados e ocorre em duas instâncias: durante a aplicação do produto entre os sujeitos pesquisados e na validação com a apresentação e defesa na banca de dissertação.

O GT de Produção Técnica da CAPES, orienta que o PE seja avaliado nos seguintes eixos que funcionam como requisitos importantes para sua composição, entre eles: Complexidade: Compreende-se como uma propriedade do Produto/ Processo Educacional – PE relacionada às

etapas de elaboração, desenvolvimento e/ou validação do Produto Educacional. Aqui é avaliada a relação do PE com a questão de pesquisa, a forma de aplicação e análise com base nos referenciais teóricos e teórico-metodológicos empregados. Esse item da ficha é o mais próximo de uma avaliação mais qualitativa do PE, embora o peso da análise incida sobre o que está escrito na dissertação/tese e não no produto em si.

Impacto: Considera-se a forma como o PE foi utilizado e/ou aplicado nos sistemas educacionais, culturais, de saúde ou CT&I (Ciência, Tecnologia e Inovação). É importante destacar se a demanda foi espontânea ou não.

Aplicabilidade: Relaciona-se ao potencial de facilidade de acesso e compartilhamento que o produto educacional possui, para que seja acessado e utilizado de forma integral e/ou parcial em diferentes sistemas. Deve-se analisar a aplicação ou aplicabilidade do PE.

Acesso: Relaciona-se à forma de acesso ao PE, analisando-se de possui e qual tipo de acesso.

Aderência: Compreende-se que PE deve ter origens nas atividades oriundas das linhas e projetos de pesquisa do PPG.

Inovação: Considera-se que o PE é/foi criado a partir de algo novo ou da reflexão e modificação de algo já existente revisitado de forma inovadora e original (RIZZATTI et al, 2020)

Esses requisitos apesar de serem meramente dados técnicos ajudam a detectar possíveis falhas no PE. Na maioria das vezes, a tese da dissertação em si recebe maior atenção e rigor por parte da banca em detrimento do produto quando submetido à avaliação.

Sobre a necessidade de validar o PE, Rizzatti (2020), afirma que essa “consiste em identificar evidências que permitam avaliar a adequação e a interpretação de resultados desse (produto/processo), a partir de critérios previamente estabelecidos.” Os aportes qualitativos serão usados para avaliar se o produto se adequa a sua utilidade, interpretação e resultados para sua aplicabilidade.

REFERÊNCIAS

CORADINI, N. H.K. **Podcasts na Educação Profissional e Tecnológica. 2022.** Mestrado (Educação profissional), Instituto Federal De Educação Ciências Rondônia - IFRO, Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação, Porto Velho, Rondônia, 2020. Acesso em 22 out. 2021.

KAPLÚN, G. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 27, p. 46-60, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>. Acesso em: 21 out. 2022.

LEITE, P. S. C. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. **Atas - Investigação Qualitativa em Educação**, v. 1, p. 330-339, 2018. Disponível em: <https://proceedings.ciai.org/index.php/ciai2018/article/view/1656>. Acesso em: 21 set. 2022.

RIZZATTI, I. M. et al. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaborador. **Actio: Docência em Ciências**, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. Acesso 05 nov. 2022

SOBRE A AUTORA



Professora da educação básica da rede municipal de Caucaia, licenciada em história pela Universidade Estadual do Ceará- UECE e em Educação Profissional, Científica e Tecnológica-EPCT, pelo Instituto de Federal de Educação, Ciência e Tecnologia -IFCE. Natural da região centro norte do Ceará. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do IFCE,

Fonte: elaborado pela autora (2022)

APÊNDECE F - TABELA COM OS EPISÓDIOS DOS ÁUDIOS E PROFESSORES EM GRAVAÇÃO DO PODCAST: VOZ DOCENTE, LUGAR DE DIÁLOGOS

Tabela 1: Gravação dos áudios em estúdio

Áudio	Temática	Objetivo	Data
1	O que é Precarização do Trabalho Docente.	Aborda sobre o trabalho docente durante o ensino remoto.	21/10/2022
2	Enquanto professor, reconheço se meu trabalho é precarizado.	Examinar os desafios do ensino remoto durante a pandemia impostos ao professor	24/10/2022
3	Os impactos que o ensino remoto trouxe na vida profissional e pessoal docente.	Impactos do ensino remoto na vida pessoal e profissional durante a pandemia	28/10/2022

Fonte: elaborado pela autora – 2022

Figura 1 - Estúdio da rádio e TV Cauípe- Caucaia, gravação dos áudios

Airton Amaral (à esquerda) é professor da rede pública de ensino no município de Caucaia, ministra aulas de história. É graduado em Filosofia e membro do Fórum de Educação do município de Caucaia. Manuel Veloso (à direita) é Jornalista e Professor na rede pública de ensino estadual em turmas de ensino médio integral. Convidados à dialogar juntamente com professora Fátima Sousa, aluna do ProfEPT sobre: Precarização do Trabalho docente.

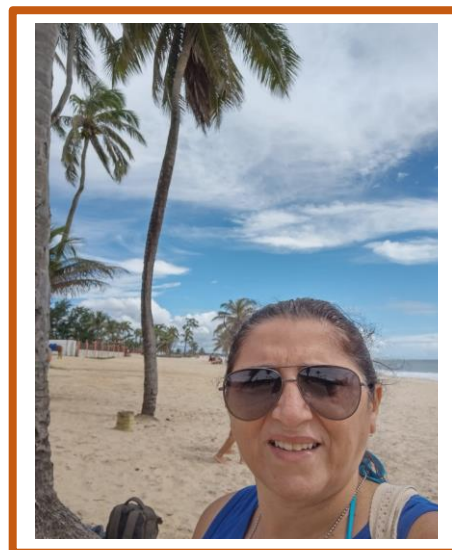


Fonte: elaborado pela autora (2022)

FICHA CARTOGRÁFICA

Figura 2 – Foto da Pesquisadora

Antônia de Fátima Rodrigues De Sousa, graduada nas Licenciatura: História (2000) e em Educação profissional, Científica e Tecnológica –EPCT (2018). Especialista em Educação Ambiental pela Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará (IFCE) Atualmente é professora efetiva da educação básica no município de Caucaia, CE, atua na EaD no Polo novo Pabussu Caucaia



Fonte: Foto retirada pela própria autora

Figura 3 – Foto da professora orientadora da pesquisa

Antônia de Abreu Sousa é Doutora em Educação com ênfase em Financiamento da Educação, pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente desenvolve suas atividades de docência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE. É integrante do Núcleo de Pesquisa em Educação Profissional (NUPEP) e do Laboratório de Estudos sobre o Trabalho e Qualificação Profissional (LABOR).



Fonte: foto retirada das redes sociais da professora orientadora.

Figura 4 - Foto da Professora coorientadora da pesquisa.

Elenilce Gomes de Oliveira é Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará, UFC. Desenvolve atividades no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Membro do Fórum Estadual de Educação do Ceará. Colabora com o Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira/UFC. Coordena o Laboratório de Estudos do Trabalho e Qualificação Profissional (LABOR).



Fonte: retirada da rede social (whatsapp) da professora co-orientadora

Figura 5 Foto o Professor- membro interno da banca

Jefferson Queiroz de Lima é Professor D404 do Instituto Federal do Ceará (IFCE) - Campus Caucaia. Possui Licenciatura em Química (2003), Mestrado (2005) e Doutorado (2010) em Química pela Universidade Federal do Ceará (UFC). É professor do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) e atualmente ocupa o cargo de Diretor Geral do IFCE Campus Caucaia. Tem experiência na área de Química de Produtos Naturais, Recursos Hídricos e Ensino de Química.



Fonte: retirado currículo lattes do professor examinador

Figura 6 - Foto da Professora- membro externo da banca

Marcia Gardênia Lustosa Pires é Doutora em Educação Brasileira pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará - UFC. Mestre em Educação Brasileira pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará - UFC. Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB-CG, Coordenadora do Laboratório Marxista de Pesquisas sobre Juventude e Trabalho - LAMPEJU. Área de estudo: Trabalho, Educação e Juventude.



Fonte: retirado do currículo lattes da professora- membro externo da banca

ANEXO A - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA CEP/IFCE -

Figura 1: Parecer aprovado pelo CEP

 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ 				
Continuação do Parecer: 5.361.215				
Orçamento	orcamento.pdf	18/02/2022 16:43:05	DE SOUSA	Aceito
Folha de Rosto	folharosto.pdf	18/02/2022 16:37:43	ANTONIA DE FATIMA RODRIGUES DE	Aceito
Situação do Parecer: Aprovado Necessita Apreciação da CONEP: Não FORTALEZA, 20 de Abril de 2022 Assinado por: Emmanuel Alves Carneiro (Coordenador(a))				

Fonte: Retirado da plataforma Brasil

ANEXO B- IMAGENS DA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PROFESSOR ANTONIO VALMIR DA SILVA

Figura 1: Imagem da EEEP Professor Antônio Valmir



Fonte: retirada da rede social da escola (*instagram*)